

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIA HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

A RAZÃO SENSÍVEL:
LITERATURA E TEORIA SOCIOLOGICA EM ÉMILE DURKHEIM

VENÂNCIO JOSÉ MICHILES MARINHO

Manaus – AM
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

VENÂNCIO JOSÉ MICHILES MARINHO

**A RAZÃO SENSÍVEL:
LITERATURA E TEORIA SOCIOLOGICA EM ÉMILE DURKHEIM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof^o. Dr. Marco Aurélio Coelho de Paiva

Manaus – AM

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M624r	<p>Michiles Marinho, Venâncio José A razão sensível : literatura e teoria sociológica em Émile Durkheim / Venâncio José Michiles Marinho. 2018 118 f.: 31 cm.</p> <p>Orientador: Marco Aurélio Coelho de Paiva Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>1. Émile Durkheim. 2. Sociologia. 3. Teoria Sociológica. 4. Literatura Francesa . I. Paiva, Marco Aurélio Coelho de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p>
-------	---

VENÂNCIO JOSÉ MICHILES MARINHO

**A RAZÃO SENSÍVEL:
LITERATURA E TEORIA SOCIOLOGICA EM ÉMILE DURKHEIM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Aurélio Coelho de Paiva
Orientador

Prof. Dr. Lileana Mourão Franco de Sá
Examinadora

Prof. Dr. Gilson Pinto Gil
Examinador

Por – e para – Edgar. Meu filho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que se fizeram presente, direta ou indiretamente, na confecção deste trabalho de investigação em sociologia. Mais especialmente àqueles cuja contribuição extrapola o campo das atividades propriamente acadêmicas.

A meu orientador Prof. Dr. Marco Aurélio Coelho de Paiva, sem o qual este trabalho não seria possível.

À Prof. Dr. Lileana Mourão de Franco Sá e ao professor Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto pela participação no exame de qualificação, e por suas avaliações e sugestões para o desenvolvimento do trabalho.

Ao Prof. Dr. Gilson Pinto Gil, por atenciosamente aceitar participar de minha banca examinadora.

A Fabíola Emanuelle da Silva Villar, Tatiane de Souza Mota, Marluce Lima e demais colegas e professores do Programa.

Ao querido livreiro Zé Maria e suas preleções sobre o mercado editorial.

A meu pai, minha mãe e minha irmã por todo o suporte.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que financiou integralmente o trabalho.

RESUMO

O trabalho procura compreender as relações entre a teoria sociológica de Émile Durkheim e *Esplendores e misérias da cortesãs*, de Honoré de Balzac, *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, e *Naná*, de Émile Zola, com o objetivo de bosquejar e sintetizar seus principais elementos característicos, associando-os à tradição e à modernidade da vida social na França do século XIX. A partir dos principais trabalhos de Émile Durkheim e dos romances citados, a pesquisa se concentrou em compreender os principais pontos constantes da análise sociológica, assim como em identificar, na temática de cada romance, facetas da vida social francesa que também foram objetos de observação da ciência sociológica na virada do século. Partindo da premissa da gradual autonomização dos campos literário e científico, e as respectivas lutas simbólicas nestes espaços de produção, procuramos analisar as obras sociológicas e literárias atrelando-as ao contexto político, histórico e social no qual eclodiram.

Palavras-chave: Émile Durkheim; Teoria Sociológica; Campo Científico; Campo Literário.

ABSTRACT

The paper seeks to understand the relationship between Émile Durkheim's sociological theory and Courtesan's Splendors and Miseries, by Honoré de Balzac, Madame Bovary, by Gustave Flaubert, and Naná, by Zola, with the aim of outlining and synthesizing its main characteristic elements, associating them with the tradition and modernity of social life in nineteenth-century France. From the main works of Émile Durkheim and the novels cited, the research concentrated on understanding the main points of sociological analysis, as well identifying, in the theme of each novel, facets of French social life that were also objects of observation of the sociological science at the turn of the century. Starting from the premise of the gradual autonomization of the literary and scientific fields and the respective symbolic struggles in these spaces of production, we seek to analyze the sociological and literary works by linking them to the political, historical and social context in which they emerged.

Keywords: Émile Durkheim; Sociological Theory; Scientific Field; Literary Field.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
DURKHEIM E BALZAC: MATÉRIA E MORALIDADE	12
Cenários	13
As cores no horizonte.....	26
AS ESTRUTURAS DO SUICÍDIO	36
Literatura e sociologia	38
Nos rastros do suicídio.....	41
A AUTONOMIZAÇÃO DOS CAMPOS DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA	71
Alicerces do naturalismo	104
Texto e contexto em Do romance.....	107
Descrevendo o meio ideológico	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

INTRODUÇÃO

Procuramos traçar, no presente trabalho, possíveis relações entre a teoria sociológica de Émile Durkheim e as obras literárias de Balzac, Flaubert e Zola, com o objetivo de bosquejar e sintetizar seus principais elementos característicos, associando-os à tradição e à modernidade da vida social na França do século XIX. A sociologia durkheimiana atraiu inúmeros adversários no ambiente intelectual francês ao final do século, pois suas premissas teórico-metodológicas representavam uma grande ameaça ao conjunto de autores já consagrados nas instituições do sistema de ensino superior. A partir dos anos 1870, a antiga formação humanista dos grupos sociais mais conservadores, que então dominava o ensino secundário e superior, começou a perder o prestígio do qual desfrutava e pelo qual angariava postos administrativos e cadeiras em escolas e universidades. O setor mais conservador do campo intelectual procurou, então, desclassificar as “revoluções” epistemológicas operacionalizadas por aquele que veio a se tornar o “ideólogo da Terceira República Francesa”.

Todo o empreendimento de Émile Durkheim se edificou num certo tipo de vigilância metodológica que se contrapunha diametralmente à exegese filosófica e especulativa de seus adversários intelectuais. Desta forma, o investigador dos fenômenos sociais, o objeto de sua ciência sociológica, estaria capacitado para esmiuçar, compreender e deslindar os principais vetores dessa realidade tão complexa e fragmentada que é a própria sociedade. A sociologia durkheimiana, destarte, assentava-se nos avanços das ciências positivas e afirmava-se como a maior opositora de um conhecimento baseado na especulação filosófica e literária.

As obras romanescas, por sua vez, também contribuíram para a apreensão, compreensão e apresentação de facetas da realidade social ao longo do século XIX. Em alguns casos, a representação literária chegou mesmo a assumir uma postura mais “cientificizada” por meio de escritores inspirados pelos preceitos e avanços da ciência moderna. Mas os germes do que posteriormente viria a se tornar a Sociologia já haviam fertilizado o terreno da literatura francesa. Assim, não se podem menosprezar suas aptidões e potencialidades no que tange ao esclarecimento de certos fenômenos da realidade social.

A ciência de Durkheim e as obras literárias aqui examinadas ora convergem e ora destoam no que diz respeito aos modos de apropriação e abordagem dos aspectos da realidade sobre os quais desejam discorrer, e principalmente quanto à *maneira* de expor seus

“resultados”. Os diálogos entre sociologia e literatura auxiliam o esclarecimento acerca dos conflitos próprios ao ambiente intelectual francês, apresentando os diacríticos inerentes a cada uma das partes envolvidas e os associando ao contexto histórico e social em questão. Além do mais, esta interlocução entre dois modos distintos de representação da realidade ilumina os contrastes de suas intenções e recursos conectados à razão científica ou à sensibilidade literária.

Móviles de empreendimentos intelectuais, a razão e a sensibilidade angariam, à sombra de seus edifícios, os propósitos de sujeitos determinados a seguir nas veredas da ciência e da literatura. Aparentemente dispostas numa situação de oposição, de modo algum anulam-se mutuamente e puderam até apresentar-se simultaneamente nos projetos dos autores aqui analisados.

CAPÍTULO 1 DURKHEIM E BALZAC: MATÉRIA E MORALIDADE

Propõe-se aqui uma análise da obra de Émile Durkheim e como se deu a sua inserção no campo intelectual francês no período de consolidação da sociologia como ciência em finais do século XIX, momento de mudanças na ordem política mais ampla no âmbito da sociedade francesa. Uma interlocução com a literatura, nesse sentido, revelou-se um meio eficaz para deslindar os meandros e percalços para a efetiva legitimação da sociologia e seus métodos de investigação. Os romances de Balzac, dessa forma, podem ser considerados cruciais para revelar os termos do conflito entre tradicionalistas e modernos. *Esplendores e misérias das cortesãs* pode ser pinçado da volumosa obra de Balzac como um romance a propiciar uma primeira aproximação com os problemas de Durkheim. Mudanças estruturais que vinham se produzindo na França desde o fim do século XVIII, de um lado, e os conflitos dentro do ambiente acadêmico, de outro, orientaram o sentido, a feição, os temas e o caráter de suas pesquisas, que reclamaram para a ciência sociológica um *método* particular capaz de apreender uma nova ordem de problemas: os fenômenos sociais.

O exame do quadro histórico e institucional que circunscreve a produção de Durkheim fornece indícios acerca de seu sentido e temas, e em muito se deve à influência do modelo de educação humanista então prevalecente no ambiente intelectual francês, bem como em suas instituições de ensino superior representados sob a forma dos intelectuais “livres”, os *honnête homme*. Tais personagens se tornaram rivais de Durkheim, pois os princípios teórico-metodológicos que orientaram a produção e o desenvolvimento de suas pesquisas estavam em desacordo com aqueles correspondentes à tradição encarnados no modelo de ensino da cultura clássica nos quais os *honnête homme* se amparavam. O rigor científico que os trabalhos de Émile Durkheim comportam em seu desenrolar, à luz dessa rivalidade acadêmica, ganha outros contornos e deixa exposta sua adesão à modernidade na medida em que se entende essa adesão como uma constante preocupação com o método *apropriado* para o trabalho de investigação sociológica.

É sabido que o conteúdo das análises de *Da divisão do trabalho social*, obra inaugural a imprimir a marca do seu modo de fazer sociológico, reverberou por entre os muros das principais universidades francesas e não agradou os representantes de todo um conjunto de ciências que já se encontravam alojadas e estabelecidas do ponto de vista institucional no sistema educacional francês. *As regras do método sociológico*, obra que tenta condensar e

sistematizar os pressupostos seguidos no tratamento do material do modelo de análise apresentado em seu trabalho de estreia, aparece, então, como um reforço adicional no sentido de firmar com um pouco mais de afinco as conclusões a que chegara anteriormente em *Da divisão do trabalho social*.

Em 1887, quando foi para a Alemanha, Durkheim publicou um artigo, posteriormente intitulado *Ética e sociologia da moral*, onde concentra seus esforços sobre o “movimento ético” do socialismo de cátedra naquele país. Neste artigo podemos encontrar o pano de fundo de suas obras, e que culminaram em *Da divisão do trabalho social*. Partindo deste artigo, atravessando o conteúdo de *Da divisão do trabalho social* e chegando até *As regras do método sociológico*, procuraremos nos concentrar nos principais pontos constantes da sociologia durkheimiana relativos ao *método* sociológico que caracterizou o conjunto de sua obra. Mas para que possamos associar tal discussão com o romance *Esplendores e misérias das cortesãs*, faz-se necessário expor a dinâmica entre estes e outros personagens.

Cenários

No ano de 1842, Auguste Comte separa-se de Caroline Massin e finaliza seu *Curso de filosofia positiva* (cf. LEPENIES, 1996, p. 33) e Honoré de Balzac publica o prefácio à *Comédia humana*, texto esse que pretende apresentar o motivo pelo qual sua obra é assim batizada, bem como expor qual sua ideia, contar sua origem e explicar brevemente seu plano, “tentando falar dessas coisas como se eu não estivesse interessado nelas” (cf. BALZAC, 2008, p. 19). Se para Comte o ano de 1842 marcou o fim de uma relação que “lançaria uma sombra sobre toda sua vida”, para Balzac, por sua vez, representou a oportunidade de uniformizar, sob um mesmo título, um conjunto de romances que pôde denominar *Comédia humana*. Segundo Lepenies, no caso de Comte, é esse o ano em que expõe com uma agudeza radical suas considerações sobre a “questão da emancipação da mulher” em sua correspondência com John Stuart Mill, mobilizando “até mesmo resultados da anatomia comparada para provar que exceções em relação à superioridade masculina determinada pela natureza só ocorriam na esfera mais baixa do reino animal”. Estas considerações, ao que parece, são associadas pela análise de Lepenies ao fim de seu relacionamento com Caroline Massin, uma das prostitutas do Palais Royal com quem se casara e que consolidam as suas convicções acerca da “incapacidade para a abstração” das mulheres, bem como a “interferência das paixões sobre a *ratio*” no espírito feminino. De qualquer forma, para

Comte, as mulheres “eram por natureza e, portanto, sempre inferiores aos homens”. A propósito do aumento progressivo das *littératrices*, representavam, antes de tudo, “mais uma prova do lamentável estado de anarquia intelectual em que se encontrava a sociedade da época” (cf. LEPENIES, 1996, p. 34-35).

Essas reflexões conservadoras sobre as questões ligadas à emancipação da mulher na sociedade francesa assinalam, paradoxalmente, a fase de adesão incondicional à razão por parte de Comte, simplesmente pelo fato de a *razão* dever ser tomada como guia único do conhecimento positivo. Todavia, em 1845, “o ano sem igual”, seu pensamento sofre uma abrupta inflexão:

No final desse ano, as concepções de Comte sobre arte e literatura ter-se-iam modificado de modo tão radical quanto sua atitude com relação às mulheres. De sua teoria científica surgiu uma religião, e as necessidades afetivas de repente não eram mais uma questão pessoal, a arte recebia agora sua própria importância, e Comte, que se autodesignava o Sumo Sacerdote da Humanidade, *queria ser* [grifos nossos] simplesmente um poeta que reunisse em si as virtudes de Dante e Petrarca [...]. Nesse ponto de ruptura da biografia de Comte, surgiu aquela cisão do positivismo que, a partir do século XIX, influenciaria permanentemente não apenas a história das ciências sociais [...] (LEPENIES, 1996, p. 35).

Essa mudança é associada à relação que Comte manteve com Clotilde de Vaux, irmã de um de seus seguidores. O amor que alimentava por Clotilde lhe “livraria de sua miséria pessoal e daria novo estímulo a seu trabalho”, ao mesmo tempo em que o fazia redimensionar o papel que tinha o *sentimento* e a arte em geral no conjunto de sua obra: “A mudança que se consuma nas ideias de Comte é radical. Consiste numa reabilitação do sentimento – [...], numa revisão do papel que Comte até então atribuía à mulher, e até mesmo uma revalorização da literatura”; “daí por diante, o sentimento teria em sua doutrina a mesma importância que o intelecto” (cf. Lepenies, 1996, p. 36-37).

O relacionamento epistolar que mantinha com Clotilde, somado ao fato de que o alvo de seus afetos também resolvera seguir a carreira literária, o conduziram a igualar o sentimento com a *ratio* preponderante em sua primeira fase. Não parece tão necessário entrar em maiores detalhes sobre o paralelo desenvolvimento das carreiras de Clotilde e Comte. Basta-nos salientar, para os propósitos do trabalho, que “o romance de Comte, que permaneceu ascético como os romances dos trovadores por ele tão admirados, modificou a doutrina positivista de modo decisivo. Levaria, mais tarde, a se desenvolverem duas linhas da posterioridade de Comte que, no final do século XIX, entrariam em violento conflito” (cf. LEPENIES, 1996, p. 42).

Das principais obras de Comte ramificaram-se duas linhagens. De um lado, Durkheim e seus adeptos a valorizar o positivismo científico e, de outro, Gabriel Tarde e seus seguidores a preservarem o sentimento como marca da tradição francesa: “Comte justificava o fato de que no *Cours* [*Curso de filosofia positiva*] o intelecto comanda, enquanto no *Système* [*Sistema de política positiva*] domina o coração, afirmando que seu objetivo inicial fora o de demonstrar a superioridade intelectual do positivismo com relação a todos os sistemas teológicos, enquanto que mais tarde a questão era de demonstrar a excelência moral da única religião verdadeira” (cf. LEPENIES, 1996, p. 44). A constante preocupação de Émile Durkheim com as questões relativas ao método sociológico destinadas a eliminar as pré-noções do pesquisador, por si só, já parece indicar a fase comtiana a que adere para formular seus pressupostos teóricos: as obras iniciais de Comte a preconizar o uso da *razão* na produção do conhecimento científico. De fato, antes de seu relacionamento com Clotilde de Vaux, Comte deixou de lado os pontos propriamente relativos à ordem estilística, pois:

[...] nas ciências, segundo Comte, as questões de estilo eram irrelevantes – [...] o estilo de um cientista não deveria seguir regras artificiais, mas sim *corresponder aos objetos* tratados – e esse era o seu caso, pois não deixava se orientar por retóricos, mas por especialistas das ciências naturais, como Berthollet, Bichat e Cuvier. Ser comparado a eles seria o mais alto elogio (LEPENIES, 1996, p. 27-28).

Mesmo “a música, a pintura e a literatura permaneceram para Comte como simples meios de atingir seus objetivos: elas criavam as condições mentais para a produção intelectual, sem fazer parte dela. A arte era um meio indispensável para a intensificação da capacidade cognitiva, mas era incapaz de conhecimento; valiosa, mas não um valor em si” (cf. LEPENIES, 1996, p. 33). A proeminência da *razão* na primeira fase da obra comtiana indica uma ruptura em relação à tradição intelectual francesa de então, uma vez que as questões de conteúdo tornaram-se mais prementes que as estilísticas, próprias da tradição literária francesa e dos *honnête homme* que compunham os quadros de professores universitários na primeira metade do século XIX. Comte era “na verdade apenas um marginal na atividade científica francesa”. “As perspectivas de uma carreira normal, que cada vez se tornavam menores, faziam-no sentir que sua situação marginal era uma missão” (cf. LEPENIES, 1996, p. 30).

O ambiente intelectual francês na primeira metade do século XIX era ainda muito marcado pela tradição oriunda dos acontecimentos políticos ocorridos no século XVIII, e aquele Comte da primeira fase, ao salientar o papel da razão em prol do conhecimento científico, promovia uma ruptura com tal tradição: “via-se não somente continuador, mas também como aquele que concluiria a obra de Descartes”; “seu ascetismo era moderno, pois

estava manifestamente voltado para a produtividade” (cf. LEPENIES, 1996, p. 29-30). Não à toa permaneceu à parte das instituições de ensino superior francesas, uma vez que se opunha aos artifícios de retórica dos tradicionalistas e, portanto, pouco se preocupava com as questões de estilo próprias da tradição literária, deixando de lado elementos clássicos da cultura francesa que orientavam a produção de seus opositores. Por outro lado, no segundo momento de sua carreira, tais elementos passam a ser reconsiderados e reavaliados, em parte por sua relação com Clotilde de Vaux, mas igualmente devido ao peso da tradição intelectual. Contudo, era ridicularizado por alguns em função de suas “profecias”: “Prognósticos desse tipo [sobre o fim da guerra na Europa] davam ensejo a cientistas como Pasteur de ridicularizar a sociologia de Comte, que pretendia ter fundado uma ciência natural do social” (cf. LEPENIES, 1996, p. 30).

Assim como ocorrera entre Comte e Clotilde de Vaux uma união entre razão e sentimento, nos romances de Balzac “havia-se unificado ciência e poesia”. Mais precisamente: Balzac idealizara desde cedo se equiparar aos grandes nomes das ciências naturais, tal como almejado por Comte, e, dessa forma, empreender uma *história dos costumes* sob a forma romanesca. Assim, poderia dedicar-se sob o duplo ponto de vista, o estilístico e o analítico, isto é, evocando reflexões inspiradas nas ciências naturais. Enquanto 1842 é o ano que marca o estopim do posterior desenvolvimento do positivismo de Comte, a *Comédia humana* de Balzac é reunida sob esse título por meio de seu famoso prefácio publicado já posteriormente aos primeiros romances assinados pelo escritor. Por meio dele, Balzac procurou reunir sob o mesmo título um conjunto de romances cujos objetos de representação seriam os costumes da sociedade francesa dos primeiros anos do século XIX. Além disso, poderia reivindicar para suas obras o mesmo valor e legitimidade contidos nas obras dos naturalistas, fonte de inspiração para um sem número de autores que tentavam seguir a carreira literária.

A vida de Balzac, assim como a vida de Comte, foi alimentada em sua mocidade pela atmosfera social e intelectual de Paris. De fato, a cidade “apodera-se dele, penetra-lhe na alma com o encanto sutil de sua atmosfera, satura-lhe o espírito com o fecundo veneno que se destila nas aulas da Sorbonne. Nos cursos do Museu de História Natural, nas lojas dos alfarrabistas, nas palestras do Bairro Latino”:

Balzac revista as bibliotecas, corre as ruas à procura dos rastros dos grandes homens que ali transitaram, delicia-se em acompanhar de longe um desconhecido, em deitar um olhar pelas janelas abertas, em ler o enigma das mil fisionomias que lhe ocorrem nos bulevares, em apanhar por um instante algum dos mil destinos que diariamente

cruzam o seu, em devorar livros e jornais, em escutar boquiaberto pessoas que viram os grandes homens do *século precedente*, como essa velha senhorita R..., amiga da mãe, que conhecera Beaumarchais de perto e dele recorda tantos fatos admiráveis.(RÓNAI, 1999, p. 35) (grifos meus).

O ambiente acadêmico e intelectual da Paris dos anos 1820 incrusta em Balzac a admiração pelos grandes homens do século precedente, os *honnête homme* estabelecidos nas instituições de ensino superior e na corte francesa pré-Revolução. Quando, em 1814, chegou a Paris com sua família, tornou-se aluno do Colégio Vendôme, “uma grande oficina, onde não havia férias; o aluno entrava analfabeto e só saía ao cabo de oito, nove ou dez anos, com a sua dose de cultura geral adaptada às necessidades da época, muitas humanidades e poucas ciências” (RÓNAI, 1999, p. 31). O que em Comte se manifestou no segundo momento de sua carreira, quando da reabilitação do sentimento e das artes em geral para a produção do conhecimento científico, em Balzac tal perspectiva há muito havia se cristalizado em suas intenções: “Balzac é o autor não apenas de certo número de livros excelentes, mas também de uma arrojadíssima tentativa destinada a suprimir os confins entre o mundo da realidade e os domínios da arte. Tentativa feita por intermédio de um único livro de cinquenta volumes que leva a orgulhosa epígrafe de *A Comédia Humana*” (cf. RÓNAI, 2012, p. 15). *Estudos de costumes* seria o subtítulo desse trabalho inspirado claramente nas ciências naturais, afinal a “sociedade não faz do homem, de acordo com os meios em que sua ação se manifesta, tantos homens diferentes quanto as variedades em zoologia?” (cf. BALZAC, 2008, p. 21).

Se o primeiro Comte buscava distanciar-se, quanto ao estilo, de autores como Buffon, Saint-Hillaire, Charles Bonnet, Balzac resgata dos naturalistas a noção de “meio” como princípio analítico a fundamentar a ideia de que o “animal vegeta como uma planta”, ou seja, de que o *princípio* animal varia conforme as diferenças dos *meios* em que se desenvolve. Buffon, sobretudo, exerce sobre Balzac influência determinante. O naturalista francês representava o modelo de intelectual/cientista que inspirou tanto Comte quanto Balzac, a despeito das divergências quanto à questão do estilo:

Mas era sintomático que visse a união exemplar entre o espírito científico e o artístico naquele intelectual cuja reputação tardia esse mesmo vínculo prejudicara: Buffon. O grande Buffon encarnava para Comte a indivisibilidade de toda cultura teórica verdadeira; sua obra era imortal. Buffon era o primeiro e maior representante da era moderna, um cientista que se aproximou do positivismo tanto quanto era possível numa época em que não havia sociologia (LEPENIES, 1996, p. 46).

A união entre arte e ciência positiva poderia alcançar aquela *condensation philosophique* dos poetas e romancistas do passado e, talvez, uma chance na carreira científica, mas “o espírito da época parecia conspirar contra ele, pois fracassaram todas as

tentativas de encontrar uma posição segura” (cf. LEPENIES, 1996, p. 29). A ressignificação do papel da literatura deve ser compreendida à luz do contexto e da biografia de Comte:

Trazia [a arte] para mais perto da realidade as mais abstratas reflexões da teoria, incentivava o homem prático a deixar ocasionalmente a realidade de lado e a tornar-se especulativo. [...]. Era *tarefa moral* da arte, sobretudo da literatura, fazer a mediação entre o afeto e a *ratio*. (LEPENIES, 1996, p. 46).

À medida que o papel da arte deslocava-se do terreno da apreciação regrada para o da valorização excessiva, em função da relação de Comte com Clotilde de Vaux, as recomendações a respeito dos problemas de estilo, antes considerados de maneira depreciativa, recebiam agora sua devida atenção. Pois o papel da literatura, juntamente com o sentimento, migrava de um plano secundário para o centro do seu sistema de pensamento, reatando em Comte as relações entre literatura e ciência. Dessa forma, o autor reconhece que “as carreiras científicas e artísticas tinham o mesmo direito” dentro das instituições de ensino superior francesas (cf. LEPENIES, 1996, p. 43).

Às abordagens daqueles autores atrelados ao cientificismo naturalista então versados em mesclar ciência e literatura seguiu-se, depois, uma apartação estilística entre as duas instâncias, tal como preconizada por Comte. Balzac, dessa forma, tentou preservar aquela associação entre ciência e literatura ao valorizar a tradição. “Balzac não pede emprestada às ciências naturais apenas as teorias, mas sim toda sua terminologia. Como um zoólogo ou botânico, não cessa de classificar, de dividir as suas personagens em espécies e classes. Faz contínuas aplicações do vocabulário da medicina e da fisiologia” (cf. RÓNAI, 2012, p. 121). A força no ambiente intelectual das ciências naturais e da tradição humanista orientada pela metafísica, e contra a qual o primeiro Comte se debateu no *Curso de filosofia positiva*, teria impedido a proliferação das suas ideias:

O pedantismo literário que reinava em sua época intimidava Comte diante da possibilidade de criar uma nova língua. Mesmo sem ela, permaneceu convencido da própria competência comunicativa. [...] Comte odiava os *littérateurs* que se serviam de artifícios retóricos para convencer seus leitores e ouvintes – [...]. *Mais tarde* [grifos nossos], Émile Durkheim repetiria esse julgamento, uma vez que se tratava ainda de diferenciar a ciência sociológica de seus precursores literários (LEPENIES, 1996, p. 32).

Tais argumentos de Comte parecem ganhar maior sentido quando apreciados os romances de Balzac:

Em suas obras de ficção o nosso romancista não hesita em abordar *todas as questões* – de metafísica, de *moral*, de medicina, de sociologia – que lhe agitam o espírito. É claro que nelas há lugar também para os problemas da criação artística, mistério cuja solução Balzac procurava constantemente. Tampouco o deixava sossegar o insucesso frequente do gênio em oposição às vitórias incessantes da mediocridade,

pois sentia-se a principal vítima dessa injustiça eterna (RÓNAI, 2012, p. 95-96) (grifos meus).

Portanto, ciência e literatura, na primeira metade do século XIX, caracterizavam-se como instâncias não apartadas. O conhecimento científico apoiava-se, sobretudo, nos relatos e análises dos naturalistas do século XVII e XVIII. A descrição das impressões de suas insólitas viagens era reproduzida em obras nas quais se imprimia, junto às detalhadas descrições paisagísticas, certo estilo literário ao inventário dos objetos de investigação e de curiosidade dessas longas jornadas¹.

Mesmo na primeira fase de sua carreira, enquanto ainda prepondera o elemento *racional*, quando Comte “faz lembrar o exagero de Buffon” (cf. LEPENIES, 1996, p. 31), ainda se percebe a convergência entre ciência e literatura. “[...] se, ao ler Balzac, frequentemente se tem a impressão de tratar com um historiador, outras vezes ele nos dá nitidamente a ideia de um homem de ciência e, em particular, de um naturalista” (cf. RÓNAI, 2012, p. 119-120). Não é à toa, pois, que Balzac e Comte, por diferentes motivos, são comparados a Buffon: ambos quiseram se igualar ao afamado autor, pois o peso dessa tradição inspirada em modelos humanistas da cultura clássica francesa era, ainda, muito forte para que se rompessem e se desvinculassem as duas formas de produção de conhecimento e de representação da realidade social:

Enfim, depois de ter buscado, não digo encontrado, aquela razão, aquele motor social, não seria preciso meditar sobre os *princípios naturais* e ver em que as sociedades se afastam ou se reaproximam da regra eterna do verdadeiro e do belo? Apesar da extensão das premissas, que poderiam ser por si só um trabalho, a obra, por ser inteira, pediria uma conclusão. Assim descrita, a Sociedade deveria trazer consigo a *razão de seu movimento* (BALZAC, 2008, p. 27-28) (grifos meus).

Não é tarefa das ciências expor as causas dos fenômenos que elas procuram investigar?² Não é essa uma das premissas da sociologia de Émile Durkheim? Não queria, por acaso, o Comte da primeira fase criar uma *física* social apoiado nos preceitos metodológicos já forjados nas ciências naturais, relegando à literatura um espaço secundário? No trecho acima, não parece Balzac partilhar de tais premissas no que tange às causas dos fenômenos que retrata em sua obra, procurando as razões do movimento da sociedade francesa?

¹ Segundo Rónai, Buffon passou pelo Brasil em uma de suas viagens. Talvez este seja um dos motivos pelos quais o país tem nas obras de Balzac certo espaço de representação. Cf. Rónai, 2012.

² Não parece necessário se aprofundar em questões dessa natureza. Do movimento que se conhece por Iluminismo até os dias de hoje, a atividade científica tem por objetivo explicar os múltiplos fenômenos dos mundos natural e social. Não quer dizer, vale ressaltar, que este fim seja único e exclusivo, não podendo tal atividade dedicar-se à interpretação (por oposição ao que se entende pelo termo explicação causal).

A sociedade francesa seria o historiador, eu seria apenas o secretário. Ao fazer o *inventário dos vícios e virtudes*, reunindo os principais fatos das paixões, pintando caracteres, escolhendo os acontecimentos principais da sociedade, compondo tipos pela reunião de traços de diversos caracteres homogêneos, pode ser que eu consiga chegar a escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes (BALZAC, 2008, p. 26-27) (grifos meus).

Se Balzac procurou aplicar o método historiográfico tal qual havia sistematizado em seu famoso prefácio à *Comédia humana*, isso se deu em função de ter escrito em um momento de predomínio da cultura clássica francesa. Além das ciências naturais, História e Psicologia, por exemplo, comportavam autores cujas obras imiscuíam características da ciência e da literatura. Mesmo fora do âmbito institucional, se reconheciam então alguns nomes da literatura francesa como legítimos portadores dessa tradição. Stendhal, nesse sentido, aparece como mais um exemplo:

Não é muito fácil descrever a sua posição interna perante os fenômenos sociais. É sua intenção captar cada uma das suas nuances; constrói com a maior exatidão a estrutura individual de cada ambiente, não possui qualquer sistema racionalista preconcebido acerca dos fatores gerais que determinam a vida social, nem uma imagem modelar de como deveria ser a sociedade ideal; mas, em seus pormenores, sua representação dos acontecimentos dirige-se, *em tudo de acordo com o sentido da psicologia clássica-moral*, para uma *analyse du coeur humain*, e não para uma pesquisa ou para um pressentimento de forças históricas; encontram-se nele motivos racionalistas, empíricos, sensualistas, mas dificilmente, motivos romântico-histórico (AUERBACH, 2009, p. 414) (grifos meus).

A adesão de Balzac e Stendhal à História e à Psicologia (e não se pode restringir esta adesão unicamente a essas disciplinas, pois, como pode-se notar pelos dados expostos, motivos os mais diversos os levaram a conformar suas obras nesta ou naquela direção, o que significa dizer que inúmeras outras disciplinas os influenciaram), assim como a do Comte da segunda fase à literatura e às teorias metafísicas, que antes rejeitara, indica aquilo que estamos tentando expor: o ambiente intelectual francês, na primeira metade do século XIX, impedira Comte de realizar seu objetivo de consolidar institucionalmente a última ciência positiva em função de como este ambiente estava configurado. Mais especificamente: em função da imbricação existente entre ciência e literatura e ambas estarem ligadas ao modelo clássico de formação humanista. De uma forma ou de outra, estes autores absorveram o espírito de sua época:

O realismo atmosférico de Balzac é um produto da sua época, é ele próprio parte produto de uma atmosfera. A mesma forma espiritual – isto é, a romântica –, que começava a perceber sensivelmente com tanta intensidade a unidade atmosférica de estilo das épocas anteriores, que descobria a Idade Média, o Renascimento e também a forma historicamente peculiar das culturas estrangeiras (Espanha, o Oriente), esta mesma forma espiritual desenvolveu também a compreensão orgânica para a peculiaridade atmosférica da própria época, em todas as suas variadas formas. O

historicismo e o realismo atmosférico estão em estreita correlação; Michelet e Balzac são arrastados pelas mesmas correntes (AUERBACH, 2009, p. 423).

Mas não se pode sobrecarregar demasiadamente com o peso da tradição e do conservadorismo os trabalhos de Stendhal e Balzac, pois suas contribuições para a literatura moderna ultrapassaram as fronteiras de seu país. “Na medida em que o realismo moderno sério não pode representar o homem a não ser engastado numa realidade político-sócio-econômica de conjunto concreta e em constante evolução – como ocorre agora em qualquer romance ou filme –, Stendhal é o seu fundador” (cf. AUERBACH, 2009, p. 414). Se Stendhal desejava, ansiosamente, investigar o *couer humain*, Balzac, por sua vez, também apresentou inovações do ponto de vista da elaboração e construção de seus romances: “Foi ele quem primeiro teve a ideia genial de basear a literatura de ficção em estudos e pesquisas, aplicando à sociedade de seu próprio tempo o método de documentação de Walter Scott, em seus romances históricos, transfigurava o passado” (cf. RÓNAI, 2012, p. 14).

Com Balzac é que toda realidade da vida moderna penetra no romance. O escritor quer dar a enciclopédia de todas as paixões, de todas as situações, de todas as classes sociais. O linguajar de todas as camadas, a gíria de todas as profissões [...] entram em *A comédia humana* [...]. Para representar o caos do mundo moderno, usa de todos os recursos da palavra [...] (RÓNAI, 2012, p. 121).

O que se pretende, ao lançar mão destes dados, é salientar o ambiente intelectual francês na primeira metade do século XIX, fazer ressaltar não a tonalidade conservadora (e moderna) das obras de autores vinculados à tradição literária francesa, mas realçar o jogo de tintas que cria as bases de sua produção. As mudanças estruturais e sociais que se efetuaram no contexto francês desde a Revolução tiveram seus impactos nas obras de autores como Stendhal e Balzac. Em Stendhal, porém, sente-se a força desse processo de modernização com mais intensidade, pois “a realidade com que se defrontava estava construída de tal forma que não podia ser representada sem referência constante às violentas mudanças do passado imediato e sem um tatear premonitório das mudanças futuras” (cf. AUERBACH, 2009, p. 413).

Outro escritor da geração romântica, Balzac, que possuía tanta capacidade criadora e muito maior proximidade do real, tomou a representação da vida contemporânea como uma tarefa pessoal e pode ser considerado, juntamente com Stendhal, como o criador do realismo moderno. É dezesseis anos mais novo do que este, mas os seus primeiros romances característicos aparecem quase simultaneamente com os de Stendhal, isto é, ao redor de 1830 (AUERBACH, 2009, p. 419) (grifos meus).

O primeiro Auguste Comte, que lia atentamente os autores das ciências naturais na tentativa de consolidar sua própria ciência natural acerca do social, cumpria o papel de um

autor moderno quando contrastado com o ambiente acadêmico e intelectual então vigente, e isso em função da excentricidade de suas formulações filosóficas assentadas na rejeição, em um primeiro momento, de toda a retórica metafísica e teológica a que recorriam seus rivais. Posteriormente, em função de seu envolvimento com Clotilde de Vaux, como já salientado, reconsidera o elemento *sentimental* e sua obra desemboca em uma valorização da religião. Mas esse retorno à tradição da cultura clássica francesa só ocorreu em 1845, após divorciar-se de sua primeira esposa. As ciências naturais exerciam um papel decisivo no âmbito da produção simbólica, e como as atividades científica e literária não eram de todo apartadas, talvez não houvesse para Comte possibilidade alguma de ocupar uma posição mais estável no aparato institucional vigente. Para Balzac, foram as ciências naturais que serviram de parâmetro da sua produção literária voltada para a história dos costumes:

[...] a época de Balzac era a época heroica das ciências naturais. As discussões dos cientistas provocam interesse geral, pois era crença de todos de que bastava a ciência aproximar-se de seu último fim, reunir o máximo de conhecimentos, para que melhorasse a sorte de toda a humanidade. Desde moço, Balzac patenteava interesse enorme pelos problemas científicos. Quando estudante, preferia às aulas de direito as do Museu de História Natural; seguia com atenção apaixonada a polêmica de Geoffroy Saint-Hilaire e Cuvier sobre a unidade de composição orgânica. Este último proclamava certos princípios cuja aplicação não é difícil encontrar em *A comédia humana* (RÓNAI, 2012, p. 120).

A ruptura entre ciência e literatura proposta pelo primeiro Comte inspirava-se nos avanços das ciências naturais como modelo epistemológico. Repudiou as questões de estilo e dedicou-se, sobretudo, às questões propriamente metodológicas, cuja premência não poderia ser ignorada em prol da sua concepção positivista do conhecimento. Por não identificar no aparato institucional do sistema escolar francês um ambiente adequado para a implantação do novo modelo de ciência por ele então forjado, propôs uma reforma educacional e, por conseguinte, contrapôs-se aos representantes daquelas instituições. Auguste Comte viu-se apartado das instituições de ensino superior e relegado a uma posição marginal dentro do campo intelectual. Tradicionalmente constituído por sujeitos advindos de setores aristocráticos, o quadro dos professores das instituições de ensino superior resistiu aos novos arranjos econômicos e sociais que se formavam na sociedade francesa. Mesmo os cargos da administração da pública ocupados pelos filhos da aristocracia, como é o caso de Stendhal, pareciam não mais garantir os logros de um passado não tão distante.

[...] Stendhal também trata das classes da sociedade que, segundo os seus ideais, deveriam estar-lhe próximas, de forma extremamente crítica [...]. A burguesia ativa na prática, que ganha decentemente o seu dinheiro, causa-lhe um enfado insuperável; [...]. Já não é o nascimento, e tampouco o espírito ou a autoformação como *honnête homme*, que é decisiva: é a destreza no ofício. [...] Stendhal é um

aristocrático filho da grande burguesia do *ancien régime*; não quer nem pode tornar-se um *bourgeois* do século XIX (AUERBACH, 2009, p. 415).

O processo de modernização e de ascensão da burguesia como classe dominante e dirigente na França da primeira metade do século XIX pôde exercer papel decisivo na elaboração das obras dos autores aqui citados. Contudo, a resistência por parte dos setores aristocráticos, desalojados de suas antigas posições de prestígio junto à corte francesa do *Ancien Régime*, transfigurou-se sob variadas formas, principalmente do ponto de vista da produção simbólica. Desde a reconsideração do sentimento como princípio epistemológico da filosofia positivista de Comte, a própria reconversão da carreira de Stendhal, alijado da administração pública no período bonapartista e o investimento na carreira literária. E, de acordo com seu prefácio, todo o projeto da *Comédia humana* balzaquiana teria por objetivo pessoal combater o avanço das consequências desse processo de modernização: “Os escritores que têm um objetivo, seja esse um retorno aos princípios que se encontram no passado justamente pelo fato de esses serem eternos [ou seja, teológicos] devem sempre preparar o terreno” (cf. BALZAC, 2008, p. 31). Isso pode justificar o fato de “a atitude que assume ante a sua ficção [ser] mais a de um historiógrafo que a de um ficcionista” (cf. RÓNAI, 2012, p. 118).

Dado o fato de que as atividades científica e literária ainda não haviam se especializado, não é de admirar que em Balzac a resistência à modernidade se expressasse por meio de seus esforços rumo à realização de um projeto literário da envergadura de sua *Comédia humana*:

Todos esses motivos: biológicos, históricos, *classicamente morais*, encontram-se efetivamente esparsos em sua obra. Gosta muito de comparações biológicas; fala em fisiologia ou zoologia *motivado por fenômenos sociais*, fala da *anatomie du coeur humain*; [...], compara os efeitos de determinado *meio social* com as exalações que produzem o tifo [...]. É desnecessário enumerar motivos históricos, pois o espírito atmosférico-individualizante do historicismo é o espírito de toda a sua obra [...], para mostrar que era constantemente consciente das concepções historicistas (AUERBACH, 2009, p. 427) (grifos nossos).

Balzac forjou seu projeto literário com o intento de apreender e representar a realidade a partir de uma compreensão particularizada acerca das relações entre diferentes grupos sociais enlçados no novo jogo social então delineado na sociedade francesa. Suas críticas à burguesia em ascensão e a ferrenha defesa da tradição aristocrática são reveladores não só do ponto de vista adotado pelo autor, mas também dos princípios a partir dos quais esquadrinha a nova sociedade moderna emergente.

No período pós-Revolução, com o fim da dominação política da nobreza, desencadeou-se uma série de mudanças gradativas no sentido de se rearranjar a nova correlação de forças entre os diferentes grupos sociais, inclusive do ponto de vista do aparato institucional do sistema de ensino. As barreiras que então impediram uma reforma educacional tal como proposta por Comte apenas sinalizam a resistência de uma tradição em vias de desmonte. Uma física social tal como proposta por Comte foi obnubilada pelos trabalhos que, como o de Michelet, abarcavam ao mesmo tempo as preocupações propriamente estéticas da língua materna e as questões ligadas à tradição historiográfica. Contrariamente às intenções do Comte, que preconizava o elemento racional como motor de produção do conhecimento científico, Balzac, desde que lhe brotou a ideia de condensar sob o mesmo título um conjunto de romances, sequer vislumbrou a possibilidade de distinguir os limites entre ciência e literatura:

No *Avant-propos à comédie humaine* (publicado em 1842), Balzac começa a explicação da sua obra com uma *comparação* entre o reino animal e a sociedade humana, para a qual se deixa inspirar pelas teorias de Geoffroy Saint-Hilaire. Este biólogo sustentava, sob a influência da filosofia natural especulativa alemã da época, o princípio da unidade típica na organização, isto é, a ideia de que na organização das plantas (e dos animais) haveria um plano geral: Balzac lembra, nesta ocasião, os sistemas de outros místicos, filósofos e biólogos (Swedenborg, Saint-Martin, Leibniz, Buffon, Bonnet, Needham), para formular finalmente os seus pensamentos [...] (AUERBACH, 2009, p. 424) (grifos meus).

A recorrente associação entre Buffon e as obras de Comte e Balzac apresenta, por via indireta, o modelo de intelectual arraigado à tradição francesa, um modelo que conjugava questões de ciência e de literatura para a produção de suas obras. O arcabouço epistemológico que dispunham tais tradições intelectuais, na primeira metade do século XIX, proporcionou a estes autores o fulcro de suas aspirações e empreendimentos junto ao ambiente intelectual francês daquele período. Disseminado pelas instituições de ensino superior, tal arcabouço estenderia seus domínios ao longo do século XIX, polinizando as obras de autores ligados às ciências sociais “livres”, algozes de Émile Durkheim em um período posterior. Bourdieu nos faz lembrar, todavia, das palavras de Durkheim (1953) a respeito dos excessos de sua influência no campo das ciências sociais:

A sociologia surgiu à sombra das ciências da natureza e em contato íntimo com elas. [...] é evidente que, entre os *primeiros sociólogos*, alguns estavam enganados ao exagerarem tal aproximação ao ponto de desconhecem a origem das ciências sociais e a *autonomia* que elas devem desfrutar em relação às outras ciências que as precederam. No entanto, tais excessos *não devem* levar a esquecer tudo o que há de fecundo nesses núcleos principais do pensamento científico (DURKHEIM, 1900, p. 127-159 apud BOURDIEU et al, 2015, p. 17) (grifos meus).

É neste campo que o debate entre tradicionalistas e modernistas se desenrola na segunda metade do século XIX. A ala modernista encabeçada por Émile Durkheim opunha-se àqueles interlocutores atrelados a tais tradições intelectuais e aos intelectuais ligados aos setores aristocráticos que compunham e detinham o poder político e social nas instituições de ensino superior. Estes, por seu turno, combatiam as premissas epistemológicas da sociologia durkheimiana, uma vez que tais princípios conquistavam cada vez mais espaço nestas mesmas instituições. Desejosos de evitar o desmonte do antigo sistema de ensino onde haviam forjado suas posições de prestígio e atuação profissional, os *honnête homme* não tiveram outra opção senão recorrer a autores que personificavam o modelo clássico da cultura francesa. Entre Buffon e Balzac encontrava-se o Auguste Comte da segunda fase. Alguns destes intelectuais encontraram em Balzac um ponto de apoio com o qual opor-se à sociologia durkheimiana:

Autores como Bourget buscavam *sociólogos* entre autores do passado que pudessem servir de modelo aos franceses em contraposição a Durkheim e sua escola. Em primeiro lugar estava Balzac, que se autodesignara *docteur en sciences sociales* e que retratara na *Comédie humaine* um panorama da sociedade francesa que podia servir de modelo para todo sociólogo. Balzac podia ser colocado ao mesmo tempo ao lado de Bossuet e de de Bonald; era um autêntico sociólogo, cujo exemplo mostrava que boa ciência e democracia não eram necessariamente solidários, como queriam os ideólogos da Terceira República (LEPENIES, 1996, p. 85) (grifos meus).

A direita francesa resgatou nas obras de Balzac um panorama e um “modelo de análise” da qual podiam lançar mão no seu projeto de combater a sociologia defendida por Durkheim e, assim, recuperar os princípios aristocráticos do sistema de educação que os havia formado. A “crítica da razão acadêmica” durkheimiana (cf. CONSOLIM, 2007; LEPENIES, 1996) por parte dos tradicionalistas ligados ao campo das ciências sociais “livres” voltava-se, sobretudo, para o que Lepenies denominou a “germanização da Sorbonne”, ou seja, em direção aos princípios epistemológicos historicamente atrelados aos teóricos alemães. Essa presença germânica, de fato, pode ser percebida no conjunto da obra de Émile Durkheim sintetizada no postulado do “todo sobre as partes”. Tal postulado era interpretado como uma contraposição à liberdade, à igualdade e à fraternidade do movimento iluminista francês, crucial para o desfecho da Revolução de 1789. Antepunha-se, também, aos pressupostos que orientavam a formação dos *honnête homme* da aristocracia francesa. Compreende-se, a partir disso, porque os romances balzaquianos puderam sustentar as combativas aspirações da ala tradicionalista da intelectualidade francesa em fins do século XIX, pois, “Balzac não é apenas um escritor realista que se limita a reproduzir com a maior fidelidade o que vê. Há nele, além

do observador, um grande poeta e, como tal, um poderoso criador de símbolos” (cf. RÓNAI, 2012, p. 55).

As cores no horizonte

Quando, em 1893, *Da divisão do trabalho social* é publicado, o ambiente intelectual francês foi impactado com a repercussão da obra, abalando a estabilidade institucional do tradicional sistema educacional. Como o título sugere, o objeto de investigação deste primeiro trabalho de Durkheim é nada menos que a divisão do trabalho, ou melhor, o processo de aguda diferenciação das atividades profissionais e suas consequências menos perceptíveis, pois seu progresso técnico e material saltava aos olhos de qualquer investigador que se pusesse a estudá-lo. Não há nenhuma novidade, como lembra o próprio autor ao longo do livro, em tomá-la como escopo de preocupações e análises. O itinerário analítico da obra recua no tempo, no espaço e se espalha nos mais diversos campos da tradição intelectual francesa.

Balzac recorreu aos trabalhos daqueles autores vinculados às ciências naturais como esteio para a elaboração e construção de seus romances. Um tema como a divisão do trabalho, por seu turno, não poderia deixar de estar presente em algumas de suas tramas:

A sociedade não faz do homem, de acordo com os *meios* em que sua ação se manifesta, tantos homens diferentes quanto as variedades em zoologia? As diferenças entre um soldado, um operário, um administrador, um advogado, um desocupado, um cientista, um estadista, um comerciante, um marinheiro, um poeta, um pobre, um padre são, embora mais difíceis de serem captadas, tão consideráveis quanto as que distinguem o lobo, o leão, o asno, o corvo, o tubarão, o cavalo-marinho, a cabra, etc. Então existiram e existirão em todos os tempos Espécies Sociais como existem Espécies Zoológicas. Se Buffon descrevia, ele finalizava a leoa em algumas frases; ao passo que na Sociedade, a mulher nem sempre é a fêmea do macho. Pode haver dois seres perfeitamente diferentes em um lar. A mulher de um comerciante é, por vezes, digna de um príncipe, e frequentemente a de um príncipe não vale a de um artista. O Estado Social tem destinos que a Natureza não se permite, pois ele é Natureza mais Sociedade. A descrição das Espécies Sociais seria então pelo menos o dobro das Espécies Animais, considerando-se apenas os dois sexos. Enfim, entre os animais, há poucos dramas, a confusão não existe; eles se atiram uns sobre os outros, eis tudo o que pode acontecer. Os homens também se atiram uns sobre os outros, mas a variação de sua inteligência torna o combate muito mais complicado. Se alguns cientistas ainda não admitem que a Animalidade transborde na Humanidade através de uma imensa corrente da vida, o quitandeiro torna-se certamente par da França e o nobre desce por vezes à mais baixa camada social. Além disso, Buffon deparou-se com uma vida excessivamente simples nos animais. O animal tem pouco mobiliário; não tem arte nem ciência; o homem, por uma lei que ainda precisa ser encontrada, tende a representar seus costumes, seu pensamento e sua vida em tudo aquilo que ele apropria a suas necessidades (BALZAC, 2007, p. 21-22) (grifos meus).

O ponto de vista do próprio Balzac que este trecho explicita com riqueza de detalhes acerca do que ele então pensava ser a sociedade, auxilia para a compreensão do tema da divisão social do trabalho: a adesão do autor à tradição discursiva das ciências naturais dos séculos XVII e XVIII, por um lado, e a tarefa a que se propõe de representar literariamente a inconstante estrutura da realidade social com a qual se defronta, por outro. Há, contudo, insinuações menos visíveis sobre pontos que devem ser examinados mais de perto a partir de seus próprios romances. Em *Esplendores e misérias das cortesãs*, o plano central da trama se concentra em quatro personagens principais: a prostituta Ester, o jovem poeta Lucien, o banqueiro alemão Nuncigen e o padre Carlos Herrera (que, na verdade, é Jacques Collin, um foragido das galés que adota inúmeros disfarces sob o pseudônimo Vautrin³). Como alerta Rónai (2012, p. 21), os perigos que trazem consigo os mais de cem personagens deste romance específico obriga o pesquisador a se concentrar em uns poucos e, mesmo entre estes, procurar aquele que possa exemplificar, por metonímia, a “classe” (ou grupo) a que pertence na “taxionomia” da *Comédia humana*. Este é o caso de Esther: uma jovem prostituta de origem judaica que, aos olhos do autor, não tivera outro destino que não ceder à força do *meio* em que cresceu e que a enredou nesse tipo de vida. Na introdução do exemplar utilizado para o presente trabalho, Paulo Rónai antecipa do que trata o romance ao salientar que “os dois ambientes principais do livro, o da prostituição e o dos galés, comunicam-se por meio de canais secretos [...] com os meios da alta finança e da aristocracia [...]”, e não deixa de mencionar que “a figura inesquecível de Ester van Gobseck é a encarnação mais perfeita dessa heroína romântica, que é a prostituta enobrecida e resgatada pela paixão” (cf. BALZAC, 1990, p. 17).

Se para o crítico a jovem prostituta encarna a aura heroica do romantismo, para Bixiou, um dos personagens coadjuvante da trama, a Torpedo (antigo apelido da prostituta) assemelha-se mais propriamente a determinado animal e o narrador, para situar o leitor, emenda logo a seguir o porquê de tal comparação:

Uma das perversidades agora esquecidas, mas em uso no começo deste século, era o luxo das ratinhas. Ratinha, termo já antiquado, aplicava-se a uma criança de dez ou onze anos, comparsa em qualquer teatro, principalmente na Ópera, que os libertinos iniciavam no vício e na infâmia. Uma ratinha era uma espécie de pajem infernal, um gaiato de saias, a quem se perdoavam as boas partidas. A ratinha podia furtar tudo; era preciso desconfiar dela como de um animal perigoso; [...]. Uma ratinha ficava

³ Este talvez seja, de acordo com a literatura, o mais emblemático dos personagens de Balzac: um criminoso dono de uma das mentes mais estrategistas dentro do plano da *Comédia humana*. Em mais de um romance, ele surge como o grande arquiteto dos acontecimentos que se desenrolam nos entrechos. É considerado quase um *alter ego* do próprio Balzac a projetar sua própria “visão de mundo”.

cara; não dava honra nem proveito nem prazer; a moda passou de tal maneira que hoje poucas pessoas sabiam desse pormenor íntimo da vida elegante anterior à Restauração, enquanto alguns escritores não se apossaram da ratinha como de um assunto novo (BALZAC, 1990, p. 36).

A analogia com um rato, metáfora comumente utilizada para se pôr em suspensão os atos e a índole de determinados sujeitos que geram desconfianças, deve ser compreendida em dois níveis: o primeiro, e que excessivamente enfatizamos até hoje, diz respeito à associação do escritor às ciências naturais quanto ao entendimento da realidade social que deseja representar; o segundo, estrutural do ponto de vista narrativo, antecipa ao leitor qual será daí por diante o papel de Esther e sua participação no desenrolar da trama. A prostituta participa do jogo de extorsão destinado ao enriquecimento de Lucien, seu grande amor.

Ao se imaginar os tipos de ambientes em que é possível encontrar em demasia a presença de ratos, logo nos recordamos de imagens que sugerem a insalubridade daqueles e, de passagem, ainda associamos o animal à peste bubônica que dizimou metade da população europeia na Idade Média. Não é possível identificar tal associação entre os principais vetores da peste bubônica e a prostituição nos romances de Balzac (quer dizer, não há passagens em que a causa da “decadência da sociedade francesa” seja atribuída diretamente à prostituição), mas é válido, todavia, supor que em tal comparação persista de maneira subjacente considerações moralistas e aristocráticas que faziam parte do conjunto de valores defendidos pelo autor. O que é característico em seus romances, por sua vez, é o plano sequencial de apresentação de seus personagens: tanto em *Pai Goriot* quanto em *Esplendores e misérias das cortesãs*, as protagonistas femininas, Mme. Vauquer e Esther Gobseck, respectivamente, são introduzidas como elementos acessórios do “quadro ambiental” que as circunda, completando, então, sua “fauna” característica. Se tomarmos, por exemplo, o caso da prostituta em *Esplendores*, encontraremos aqueles elementos que Auerbach (2009) já apontara ao examinar mais atentamente o plano de apresentação da pensionista Vauquer. Elementos estéticos que jogam para a “capacidade de representação mimética do leitor” toda a responsabilidade de julgar os personagens:

A rue de Langlade, como as adjacentes, *desonra* o Palais-Royal e a rue Rivoli. Essa parte de um dos mais brilhantes bairros de Paris conservará por muito tempo a nódoa dos montículos produzidos pelas imundices da velha Paris e sobre as quais antigamente havia moinhos. Essas ruas estreitas, sombrias e lamacentas, onde se exercem indústrias pouco cuidadosas das aparências, tomam de noite uma fisionomia misteriosa e cheia de contrastes. [...] Às correntes do gás sucede uma sombra espessa. [...] Um frio insalubre estende sobre nossos ombros seu manto úmido. [...] A Câmara Municipal ainda não pode lavar aquela *sentina*, porque de há muito a prostituição estabeleceu ali o seu quartel-general. [...] Quem passa por ali durante o dia não pode imaginar o que todas aquelas ruas são à noite; por elas

passam criaturas estranhas que não pertencem a nenhuma esfera; formas seminuas e brancas enfeitam as paredes; a sombra é animada. [...] Esse conjunto de coisas dá vertigem. As condições atmosféricas ali são anormais: no inverno faz calor, frio no verão. Mas, seja qual for o tempo, aquela *natureza estranha* oferece sempre o mesmo espetáculo; [...] (BALZAC, 1990, p. 42-43) (grifos meus).

Não chegamos sequer ao derradeiro momento em que Ester é encontrada pelo padre Carlos Herrera (Vautrin) à beira da morte, mas já alimentamos a impressão vertiginosa que nos causa a descrição do ambiente da sua residência. No longo prelúdio que antecede o encontro entre padre e prostituta, desenvolve-se, ainda, outra descrição:

A rapariga ofendida no baile da Ópera morava, havia um ou dois meses, na rue de Langlade, numa casa de aparência ignóbil. Encostada a um prédio imenso, essa construção, mal caiada, sem profundidade e de uma altura prodigiosa, recebe luz da rua, e dá ideia de um *poleiro de papagaio*. Em cada andar há uma habitação de dois compartimentos. A casa é servida por uma escadaria estreita, achatada de encontro à parede e singularmente iluminada por uns caixilhos que desenham exteriormente o corrimão, e onde cada andar é indicado por um cano de pia, uma das mais horríveis particularidades de Paris. A loja e a sobreloja pertenciam então a um funileiro; o senhorio morava no primeiro andar; os outros quatro andares eram ocupados por grisetes muito decentes que obtinham do senhorio e da porteira suas condescendências, explicáveis pela dificuldade de arrendar uma casa tão extravagantemente construída e situada. O destino do bairro explica-se pela existência de uma grande porção de casas semelhantes a esta, que o comércio não quer, e que só podem ser exploradas por indústrias inconfessáveis, precárias e sem dignidade (BALZAC, 1990, p. 44) (grifos meus).

Do bairro para a casa, do interior desta, passando pela exaustiva descrição dos objetos, para a personagem propriamente dita. Assim é o método de descrição repetidamente posto em causa na elaboração e na construção de seus romances, em consonância com os discursos propalados pelas ciências naturais. A palavra *meio*, em suas obras, denota um sentido ligado conforme os usos por parte daquela tradição intelectual: às diferentes paisagens naturais correspondem faunas próprias, originadas pelas “condições ecológicas” de cada região do espaço social correspondente que, neste caso, é a Paris dos primeiros trinta anos do século XIX. Em Durkheim, por outro lado, os termos *ambiente* e *meio*, quando surgem, não estão direta e efetivamente atrelados àquela noção naturalista tal como empregada por Balzac. Para o autor de *Da divisão do trabalho social*, essas categorias do entendimento não podem e não devem ser confundidas com sua premissa propriamente ecológica, pois, de fato, não é o mundo natural que determina os fenômenos de ordem social e moral. Antes, historicamente, “toda comunidade religiosa constituía, então, um *ambiente moral*, do mesmo modo que toda disciplina moral tendia necessariamente a adquirir uma forma religiosa” (cf. DURKHEIM, 1999, p. 21) (grifos meus).

Portanto, para Durkheim, o mundo natural não se confunde com o *meio natural* no qual são formados os fenômenos de ordem social. Em contrapartida ao sentido atribuído por Balzac, o termo *meio* aparece em seus trabalhos referindo-se aos grupos sociais que formam o todo da sociedade, como, por exemplo, a propósito do prefácio da segunda edição de seu primeiro trabalho, o grupo profissional.

Foi assim que a corporação nasceu: ela substituiu a família no exercício de uma função de que início fora doméstica, mas que já não podia conservar esse caráter, [...]. Do mesmo modo que a família foi o *ambiente* no seio do qual se elaboraram a moral e o direito domésticos, a corporação é o *meio natural* no seio da qual devem se elaborar a moral e o direito profissionais (DURKHEIM, 1999, p. 25) (grifos meus).

Da mesma forma que em Comte e Balzac, também as tradições intelectuais legitimadas na primeira metade do século XIX serviram de esteio para seu programa de pesquisa, lembrando que o Comte cuja filosofia adere não se confunde com aquele que setores mais conservadores da sociedade francesa tomaram como exemplo a ser seguido para um embate com modernistas representados por Durkheim. Desde a primeira edição de *Da divisão do trabalho social* (1893), sabemos de antemão quais são os intentos a que objetivam seus esforços:

Este livro é, antes de mais nada, um esforço para tratar os fatos da vida moral a partir dos métodos das ciências positivas. Mas fez-se dessa palavra [método] um emprego que desnatura seu sentido e que não é o nosso. Os moralistas que deduzem sua doutrina não de um princípio *a priori*, mas de algumas proposições tomadas de empréstimo a uma ou várias ciências positivas, como a biologia, a psicologia, a *sociologia*, qualificam sua moral de científica. Não é esse o método que nos propomos seguir. Não queremos tirar a moral da ciência, mas fazer a ciência da moral, o que é muito diferente. Os fatos morais são fenômenos como os outros; eles consistem em regras de ação que se reconhecem por certas características distintivas; logo, deve ser possível observá-los, descrevê-los, classificá-los e procurar a lei que os explicam. É o que faremos para alguns deles. Alguns objetarão com a existência da liberdade. Mas se ela de fato implicasse a negação de qualquer lei determinada, seria um obstáculo insuperável, não apenas para as ciências psicológicas e sociais, mas para todas as ciências, [...], no entanto, ninguém contesta a possibilidade das ciências físicas e naturais. Reclamamos o mesmo direito para nossa ciência. Assim entendida, essa ciência não está em oposição a nenhuma espécie de filosofia, porque se coloca num *terreno totalmente diferente* (DURKHEIM, 1999, p. 43-44) (grifos meus).

Logo, tendo em vista a clareza com que situa seus objetivos em um plano diferente do plano da filosofia dos moralistas, tanto os sentidos dos termos que podem denotar qualquer ligação com o mundo natural quanto o *método* que virá a empregar no desdobramento de suas pesquisas não se confundem com o modo como estes servem àqueles. Entre estes pode-se incluir Balzac que, na primeira metade do século, também tomara de empréstimo proposições das ciências da natureza, cujos principais representantes, como Buffon, conjugavam a um só

tempo ciência e literatura. Se para Durkheim o meio natural não se confunde com o meio propriamente social, caso da família ou do grupo profissional, para Balzac, seguindo a linha sequencial que antecipa o encontro entre os dois pilares do trecho de *Esplendores*, o grupo (profissional) das cortesãs parece incapaz de superar o julgamento moral que o meio lhes impingiu.

As mulheres que têm levado a vida agora tão violentamente repudiada por Ester chegam a uma indiferença absoluta sobre as formas exteriores do homem. Elas se parecem com o crítico literário de hoje, que, sob certos aspectos, pode-lhes ser comparado, e que chega a uma profunda indiferença por fórmulas de arte: tem lido tantas obras, tem visto tantas passar de moda, tem-se acostumado tanto às páginas escritas, tem sofrido tantos desenlaces, visto tantos dramas, feito tantos artigos sem dizer seu pensamento, traído tantas vezes a causa da arte em benefício de suas amizades ou inimizades, que acaba enjoado de tudo e apesar disso continua a julgar. É preciso um milagre para que esse escritor produza uma obra, da mesma que o amor puro e nobre exige outro milagre para desabrochar no coração de uma cortesã (BALZAC, 1990, p. 51-52).

Ester, não fosse a ação interventora do padre Carlos Herrera, não teria outro destino senão continuar fazendo parte do grupo das cortesãs que parece proliferar em função do significativo aumento da demanda de seus serviços, de acordo com a analogia com a atividade do crítico literário.

Não é difícil supor que tais considerações sobre a moralidade do grupo das cortesãs esteja associada a uma visão conservadora da vida social, cujas bases encontram-se na simpatia que o literato nutria pelas nobreza e aristocracia. Colocando-se contra o processo de modernização que então começava a reconfigurar o modo de organização da sociedade francesa desde o final do século XVIII, Balzac, por meio da literatura, procurou enfrentar suas consequências mais evidentes, como no caso do aumento no número de prostitutas. Um diagnóstico acerca das consequências desse “grande mal” que assolava a França, ou seja, a democratização da sociedade, converteu-se em uma perspectiva crucial para o processo de criação de seus romances. Se lembrarmos que Vautrin, o *alter ego* do escritor neste romance, está disfarçado de padre, poderemos compreender por outro viés a crueza da sentença que ele emite em relação à jovem cortesã momentos antes desta tentar o suicídio:

O amor sem esperança quando inspira a vida, quando introduz nela o princípio das dedicações, quando enobrece todos os atos com o pensamento de atingir uma perfeição ideal. Os anjos aprovam esse amor, porque ele leva ao conhecimento de Deus. Aperfeiçoar-se constantemente para vir a ser digno daquele a quem se ama, fazer-lhe mil sacrifícios secretos, adorá-lo de longe, dar seu sangue gota a gota, imolar-lhe seu amor próprio, não tem mais nem orgulho nem cólera com ele, ocultar-lhe até mesmo o conhecimento dos ciúmes atrozes que ele acende no coração, dar-lhe tudo o que ele deseja, até com detrimento nosso, amar o que ele ama, ter sempre os olhos nele para segui-lo sem que ele saiba; um amor assim a religião

perdoaria, porque não ofenderia nem as leis humanas nem as leis divinas, e porque conduziria a um caminho bem diverso do das suas sórdidas volúpias (BALZAC, 1990, p. 50).

Na medida em que a religião então convertia-se no único vetor de salvação de Ester, a jovem aceita, em função dos interesses do padre para com Lucien, seu grande amor, se internar em um convento. Como a força de sua formação moral está diretamente associada à imoralidade daquele ambiente da prostituição, ela resiste aos ensinamentos religiosos e, assim, não pode senão resignar-se e voltar às suas atividades profissionais. Poderíamos, levados por tais considerações, aproximar essa concepção de formação moral de um *meio* insinuada por Balzac às questões suscitadas por Durkheim, embora em outra chave, “pois, precisamente porque as funções econômicas absorvem hoje o maior número de cidadãos, há uma multidão de indivíduos cuja vida transcorre quase toda no meio industrial e comercial; a decorrência disso é que, como tal meio é pouco marcado pela moralidade, a maior parte de sua existência transcorre fora de toda e qualquer ação moral” (cf. DURKHEIM, 1999, p. 8-9). Mas, como se pode notar, novamente o uso do termo *meio* não denota qualquer sentido que possa lembrar seu uso nas tradições intelectuais das ciências da natureza e, mesmo no momento em que produz sua obra, Durkheim já compreende que “a obra do sociólogo não é a do homem público” (1999, p. 32), o que significa dizer que, em contraste com Balzac, não almeja ocupar nenhum tipo de cargo político, dedicando-se exclusivamente à pesquisa científica: “Será necessário que, em cada profissão, um corpo de regras se constitua, fixando a quantidade de trabalho, a justa remuneração dos diferentes funcionários, seu dever com os demais e para com a comunidade, etc.” (1999, p. 39).

As desconfianças que *Da divisão social do trabalho* gerou no ambiente intelectual francês reforçaram certa “antipatia” em relação ao seu autor que anos antes, em 1887, quando estudava na Alemanha, escrevera que “na França só se conhecem dois tipos de moral: a dos espiritualistas e kantianos e a dos utilitaristas. Mas surgiu recentemente na Alemanha uma escola de teóricos morais que se propôs a estudar a ética como uma ciência especial, com seu método e seus princípios” (cf. DURKHEIM, 2006, p. 11). Os princípios desta nova escola teórica, mais tarde, se fizeram presentes em sua primeira obra, notadamente em relação à questão metodológica. É válido inferir que as comparações com os alemães não devem ter agradado o rol de intelectuais atrelados à economia política ortodoxa:

[...] para os economistas ortodoxos, a economia política produz naturalmente suas consequências morais, sem a necessidade de qualquer incentivo ou restrição. [...], para os economistas alemães, essa harmonia tão desejável das duas ciências [moral e

economia política] e dos dois modos de ação não passam de um sonho teórico, uma hipótese que os fatos raramente confirmam. O progresso industrial e moral não são necessariamente coincidentes (DURKHEIM, 2006, p. 18).

Balzac, portanto, oferece um contraponto propriamente nacionalista à adesão “antinacionalista” de Durkheim. Se ciência e literatura coincidiam no autor de *Esplendores e misérias das cortesãs*, preocupado, sobretudo, com a direção do processo de modernização a conduzir a sociedade francesa, essa interpenetração na obra de Durkheim não se dá senão por denegação das tradições intelectuais que não podiam mais comportar em seus princípios epistemológicos vagas generalizações: “As diferentes ciências filosóficas tendem cada vez mais a se afastar umas das outras e a abandonar as grandes hipóteses metafísicas que sempre foram sua raiz comum” (cf. DURKHEIM, 2006, p. 11). O rigor que o autor reclama para a produção de seus trabalhos contrasta fortemente com o modo como Balzac levava a cabo o desempenho de sua pena:

Não parece existir uma ordenação consciente das diferentes retomadas do motivo da harmonia, assim como não parece que Balzac tivesse seguido um plano sistemático na descrição da aparência de Mme. Vauquer; a sequência das coisas mencionadas – [...] – não permite reconhecer qualquer traço de composição; também não é indicada nenhuma separação entre roupa e corpo, nem entre traço físico e o seu significado moral. A descrição toda, [...], dirige-se para a fantasia mimética do leitor; [...]. A tese da “unidade de estilo” do meio, na qual são também incluídos os seres humanos, não é fundamentada racionalmente, mas é apresentada como um estado de coisas imediatamente apreensíveis, de maneira puramente sugestiva, *sem provas*. [...] pressupõe a tese da harmonia, com tudo o que ela traz consigo (significação sociológico-moral dos móveis e das peças de vestuário, possibilidade de determinar os elementos ainda não visíveis do meio a partir dos que já foram dados, etc.) (AUERBACH, 2009, p. 421) (grifos meus).

Como não associar tal falta de organização a esta passagem de *Da divisão do trabalho social*?

Uma certa maneira de nos representar e de nos explicar os principais fatos da vida moral tornou-se-nos, assim, habitual, apesar de nada ter de científica; pois ela se formou ao acaso e sem método, resulta de exames sumários, superficiais, feitos de passagem por assim dizer. Se não nos libertamos desses juízos prontos, é evidente que não poderíamos entrar nas considerações que se vão seguir: a ciência, neste como em outros pontos, supõe uma inteira liberdade de espírito. É necessário desfazer-se dessas maneiras de ver e de julgar, que um longo hábito fixou em nós; é necessário submeter-se rigorosamente à disciplina da dúvida metódica. (DURKHEIM, 1999, p. 48)

Percebe-se, portanto, os matizes das atividades científicas e literárias em Balzac e em Durkheim. O quadro histórico e social da primeira metade do século permitiu ao romancista apreender e representar a realidade social de um ponto de vista que abarcava de forma contígua literatura e ciência, uma vez que tanto a produção do conhecimento científico quanto a educação estavam nas mãos dos *honnête homme*. Balzac pôde efetuar suas aspirações

intelectuais sem muitas resistências por parte do ambiente intelectual. Não quer dizer que, mesmo em função do contexto, sua atividade não sofresse interferências advindas de suas necessidades básicas, pois é sabido com que velocidade escrevia seus romances. No fim do século, por outro lado, os campos científico e literário já não podiam superpor-se e aqueles que almejassem desempenhar as funções de uma dessas atividades deveria optar entre uma ou outra:

Mas a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico: podemos observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade. As funções políticas, administrativas, judiciárias especializam-se cada vez mais. O mesmo ocorre com as funções artísticas e científicas. Estamos longe do tempo em que a filosofia era a ciência única; ela fragmentou-se numa multidão de disciplinas especiais, cada uma das quais tem seu objeto, seu método, seu espírito (DURKHEIM, 1999, p. 2).

Considerações ousadas, e logo acusadas de antinacionalistas por parte das alas mais conversadoras dos quadros intelectuais franceses, parecem, assim, ampliar o campo semântico das proposições que Émile Durkheim polinizou por toda sua obra. Podemos mesmo nos perguntar se neste trecho de *As regras do método sociológico*, o autor não estaria aludindo à sua própria posição em relação ao ambiente intelectual daquele período.

De acordo com o direito ateniense, Sócrates era um criminoso e sua condenação simplesmente justa. No entanto seu crime, a saber, a independência de seu pensamento, era útil, não somente à humanidade, mas à sua pátria. Pois ele servia para preparar uma moral e uma fé novas, das quais os atenienses tinham então necessidade, porque as tradições segundo as quais tinham vivido até então não mais estavam em harmonia com suas condições de existência. Ora, o caso de Sócrates não é isolado; ele se reproduz periodicamente na história. A liberdade de pensar que desfrutamos atualmente jamais poderia ter sido proclamada se as regras que a proibiam não tivessem sido violadas antes de serem solenemente abolidas. Entretanto, naquele momento, essa violação era um crime, já que era uma ofensa a sentimentos ainda muito fortes na generalidade das consciências. Todavia esse crime era útil, pois preludia transformações que, dia após dia, tornavam-se necessárias. A livre filosofia teve por precursores os heréticos de todo tipo que o braço secular justamente perseguiu durante toda a Idade Média, até as vésperas dos tempos contemporâneos (DURKHEIM, 2014, p. 72-73).

Como Sócrates, estaria Durkheim consciente do seu papel na propagação de uma nova moral no campo científico? Só é possível dizer, a partir do que foi exposto sobre suas preocupações com a moral, que “esse estudo [ética e sociologia da moral] é tanto mais necessário na medida em que todas essas obras são praticamente desconhecidas em nosso país [...] veremos, na verdade, ser possível encontrar nelas algumas indicações valiosas da direção da moral, caso ela se elevasse à condição de uma ciência” (cf. DURKHEIM, 2006, p. 11). Tais indicações o conduziram, seis anos depois de *Ética e sociologia da moral* à *Da divisão do trabalho social*.

CAPÍTULO II AS ESTRUTURAS DO SUICÍDIO

Uma das marcas do “século sério” descrito por Franco Moretti é a impessoalidade “‘objetiva’ [...] não no sentido de que o filtro da representação tenha se tornado magicamente transparente [...], mas na medida em que a subjetividade do escritor foi relegada ao segundo plano. A objetividade aumenta *porque a subjetividade diminui*” (MORETTI, 2014, p. 95-96). O autor está preocupado com determinadas narrativas oitocentistas de escritores como Balzac e Flaubert, por exemplo. No entanto, o trecho faz lembrar uma das características da sociologia durkheimiana, qual seja: a de que é preciso afastar as pré-noções ao investigar os fatos sociais, uma vez que é imprescindível tratá-los como coisas, assim como fazem as ciências positivas. “Pois concepções que têm alguma base objetiva não dependem estritamente da *personalidade* de seu autor. Elas têm algo de impessoal que faz com que os outros possam retomá-las e continuá-las” (DURKHEIM, 2011, p. 3).

Tal é a diretriz presente em *O suicídio* e que já se faz presente em seus trabalhos anteriores. A preocupação com a objetividade no trabalho científico atravessa o conjunto de sua obra, mas não é exclusividade da ciência. O romance oitocentista, nesse sentido, ganha o papel destacado por Moretti. *Pari passu* à objetividade, a utilidade encontra-se, do mesmo modo, nas prescrições do sociólogo. De fato, Durkheim enunciava que um trabalho de sociologia útil poderia ter continuidade no futuro, logo, era passível de retomada e transmissão por seus discípulos (DURKHEIM, 2011, p. 3). Assim, duas qualidades do romance oitocentista ligadas à ascensão da burguesia apresentam-se no bojo da sociologia de Durkheim. Ambas são vistas como consequências de um processo que se arrasta, no âmbito da literatura, desde o século XVIII na Inglaterra, mas cujo cimo, entretanto, é a França da segunda metade do século XIX. A modernização da vida social na Europa ocidental, portanto, sedimenta as inovações estéticas operacionalizadas pelos autores de romances realistas. “A existência burguesa e as convicções conservadoras: tal é a base do romance realista, de Goethe a Austen, Scott, Balzac, Flaubert, Mann [...]. A esse pequeno milagre de equilíbrio o estilo indireto livre conferiu o toque final” (MORETTI, 2014, p. 100).

Não se vê razões para que esse processo de modernização não lograsse consequências no âmbito do trabalho científico, especialmente no que tange à sociologia durkheimiana. Apesar de não lançar mão do mesmo recurso literário, o autor tateou, através do *método* sociológico, modos pelos quais conquistar a objetividade no tratamento dos

fenômenos inclinados a abordar, e assim o fez em seu segundo trabalho de maior fôlego. Se o cume do processo de modernização no âmbito literário emergiu na segunda metade do século XIX, na sociologia seu apogeu somente foi alcançado em seu término com os trabalhos de Durkheim.

Um dos propósitos de Durkheim era livrar a sociologia de seus resquícios teológico-metafísicos ainda presentes nas obras de autores autodesignados “sociólogos”, cujas concepções de ciência estavam em nítido desacordo com a sua. Mais próximos da tradição literária francesa, tais autores pouco se preocupavam com os critérios de objetividade propagados pela ciência. Aos olhos de Durkheim, o que tais autores faziam era, na verdade, um desserviço a uma disciplina com pretensões científicas. Primeiro, porque não conseguiam desvencilhar-se da literatura como modelo ou referência para a compreensão e representação da realidade social. Depois, por tentar abarcar em suas obras hipóteses por demais genéricas com as quais era impossível controlar e verificar os resultados obtidos.

Tal como salientado anteriormente, há uma ligação indireta entre Gabriel Tarde com Balzac e com toda uma tradição pedagógica amparada em princípios próprios do catolicismo e das classes aristocráticas. Afirmamos que Tarde e seus seguidores encontravam nas obras dos romancistas um modelo *genuinamente* francês de abordagem sociológica e do qual podiam se servir para os desígnios e objetivos de seus trabalhos. E ilustramos a falta de correspondência entre os sentidos de *meio* em Balzac e em Durkheim a partir da exposição do modo como o romancista apresenta uma de suas personagens ao procurar indicar seu parentesco com a ciência natural dos séculos XVII e XVIII. Em *Da divisão do trabalho*, ao ressaltar aspectos propriamente sociais, o *meio* refere-se primordialmente às disposições da estrutura social. Sua tarefa e seu ideário sociológico, neste sentido, são distintos quando comparados àqueles.

Ao defender os princípios de sua formação tradicional e literária, Gabriel Tarde indica, por essa via, sua tomada de posição no campo intelectual francês ao final do século XIX. Ao rivalizar com Émile Durkheim, Tarde escreveu em forma de romance suas considerações “sociológicas”. Durkheim, entretanto, levava adiante seu projeto e, quando possível, ressaltava os deveres dos futuros seguidores de sua ciência social:

Os que acreditam no *futuro* de nossa ciência devem empenhar-se em acabar com esse estado de coisas. Se ele persistisse, a sociologia logo *voltaria* a cair no antigo descrédito, e só os *inimigos* da razão poderiam se alegrar com isso. Pois para o espírito humano seria uma derrota se essa parte da realidade, [...], a única também que se lhe *disputa* com paixão, viesse a lhe escapar, [...]. A sociologia, portanto, não deve renunciar a nenhuma de suas ambições; [...], se deseja *responder* às esperanças

que se colocaram nela, deve aspirar a se tornar algo mais do que uma *forma original* da literatura filosófica. Que o sociólogo, [...], tome como objeto de suas pesquisas grupos de fatos nitidamente circunscritos, [...], e atenha-se firmemente a eles! (DURKHEIM, 2011, p. 2-3) (grifos nossos).

O trecho acima toca em vários pontos que desejamos explorar. O modernismo e o racionalismo de Durkheim, os embates no campo intelectual a respeito da nova concepção de sociologia e suas relações com a tradição literária francesa. O que subjaz a cada uma destas discussões é a questão do *método* sociológico.

Literatura e sociologia

O subtítulo da segunda obra de Durkheim, ao reafirmar tratar-se de um estudo de sociologia, alude principalmente aos embates no campo intelectual. Seu objeto de análise, todavia, reaparece, aqui, sob uma nova forma de abordagem. Hábil estratagem que recorre a um fenômeno *individualizado* visando um fim *sociológico*. O sociólogo, para os fins da pesquisa, lança mão das taxas estatísticas de suicídio de alguns países europeus colidas ao longo do século XIX. Na verdade, este é um importante meio pelo qual o sociólogo pode viabilizar um de seus principais pressupostos epistemológicos que, fatalmente, choca-se com a tradição literária francesa: a preponderância do todo sobre as partes. Essa foi a forma que assumiram suas obras quando do seu retorno da Alemanha. Pois, ao ignorar momentaneamente os suicídios individuais e se deter, especificamente, sobre as variações totais do fenômeno em um determinado período de tempo, Durkheim não faz nada mais senão valer-se de dados agregados sobre os quais possa desenvolver um raciocínio sociológico.

Quando determinado fenômeno não assume suas características próprias de um fato social, tal como enunciado em *As regras do método sociológico*, pode-se interpretar as inflexões teóricas de Durkheim como decorrentes do acirramento das disputas no âmbito do campo intelectual. Isso não significa dizer que Durkheim teria eventualmente abandonado suas premissas para um entendimento específico da sociologia, mas sim como estratégia para enfrentamento mais direto com seus concorrentes. Reunidos sob a sigla de “psicologia social”, a concepção de sociologia de Tarde e de seus seguidores defendiam o princípio da individualidade. Ao priorizar as taxas de suicídio como alvo de sua investigação sociológica, Durkheim teria atingido o âmago da versão tardiana de sociologia.

Para o sociólogo, era premente a sociologia se desvincular da literatura como um modelo de compreensão e representação da realidade, desarraigando-se das velhas tradições literárias que exerciam, outrora, um papel explicativo. Gustave Flaubert é um desses ícones da

tradição e seu romance de estreia comporta, em seu desfecho trágico, o mesmo fenômeno que tratado por Durkheim. Na verdade, “*Madame Bovary* é o término lógico daquele lento processo que desobrigou a literatura europeia de suas funções didáticas, substituindo o narrador onisciente por grandes doses de estilo indireto livre” (cf. MORETTI, 2014, p. 103-104).

Na segunda metade do século XIX, o romance se desvia de suas funções através da narração objetiva do escritor e, por certo, há uma completa inversão da construção estética em relação a Balzac. Pierre Bourdieu a coloca nestes termos:

É comum dizer que Balzac é o precursor da sociologia; aliás, ele chegou a considerar-se sociólogo, reivindicou tal qualificativo. De fato, para mim, o inventor da sociologia, *o mais sociólogo dos romancistas*, é Flaubert; o que não deixa de ser, frequentemente, motivo de surpresa, visto que ele é, ao mesmo tempo, o inventor do romance formal. Houve – em minha opinião, equivocadamente – um esforço, em particular por parte dos romancistas do Nouveau Roman e de seus críticos, a partir da famosa frase “O que me agradaria fazer é escrever um livro sobre nada” para estabelecer Flaubert como inventor do romance puro, do romance formal, sem objeto, etc. Na realidade, Flaubert *é o mais realista*, do ponto de vista sociológico, de todos os romancistas, em particular, na obra *A educação sentimental* e, em particular, por ser formal. [...] Penso que, no caso de Flaubert, o trabalho de busca formal foi a oportunidade para fazer uma anamnese social, para o retorno do recalcado social. Graças a uma pesquisa puramente formal, a um romance puro, a um romance que não se limita a “contar uma história”, Flaubert efetuou um trabalho – aliás, bastante penoso – que consistiu em “expectorar” sua própria experiência do mundo social e em proceder a uma objetivação da classe dominante de seu tempo que *rivaliza* com as mais bem-sucedidas análises históricas (BOURDIEU, 2011, p. 75-76) (grifos nossos).

Aqui está assinalada a relação entre sociologia e literatura francesas que se pretende abordar. A mesma relação aparece através da descrição de uma conferência de David Ledent, estudioso das obras do sociólogo. Nela, contudo, o caráter agonístico do diálogo resplandece com mais nitidez, inclusive no que tange aos romancistas e sua segunda obra que trata do suicídio:

À partir d'une analyse quantitative de son œuvre numérisée, il apparaît d'emblée que Durkheim ne recoure que très rarement à la littérature, voire en ignore des pans entiers, à commencer par les grands romanciers du XIX^e siècle (Stendhal, Balzac, Hugo, Zola, etc.). Dans *Le suicide*, lorsque Durkheim développe son analyse des « Formes individuelles des différents types de suicides », il ne cite jamais ni Flaubert ni Zola, mais leur préfère Goethe, Lamartine et Chateaubriand. *La situation de concurrence* entre le roman réaliste et la sociologie naissante est sans doute au cœur de cette réticence que Durkheim éprouve vis-à-vis de certains auteurs – une exception notable : Jean-Jacques Rousseau – pour les intégrer au cœur de ses réflexions. Pour autant, si l'absence de certaines références littéraires dans l'œuvre de Durkheim peut être ainsi interprétée, il ne faudrait pas conclure trop rapidement à une négligence ou un manque de sensibilité artistique. Aussi éparses et rares soient-elles, les références littéraires de Durkheim permettent en particulier d'éclairer l'ambivalence de sa sociologie, tantôt explicative, tantôt compréhensive (FABULA.

Disponível em: https://www.fabula.org/actualites/durkheim-et-la-litterature-conference_64653.php. Acesso em 16 jun.2016) (grifos nossos).

Portanto, as “desconfianças” do sociólogo em relação aos romances realistas do século XIX têm seu fundamento em um campo específico de batalha, que envolve, de um lado, os autores que se reuniam sob a sigla da “psicologia social” e, do outro, Durkheim e seus partidários. Cada ala disputando, assim, sua própria concepção de ciência sociológica.

Se em *Da divisão do trabalho social* o autor pôde abrir mão da presença literária em seu escopo sociológico, em *O suicídio*, ao contrário, foi inevitável que algumas obras não pudessem ficar de fora, especialmente quando o autor procura ilustrar as possíveis combinações de forças suicidógenas a partir de personagens romanescas. Como a descrição procura enfatizar em relação aos autores de romances realistas, a preferência por uns diz muito sobre seu estado de concorrência como modelos de apreensão compreensiva da realidade.

Aliás, pode-se até afirmar, retomando o argumento da descrição, que a ausência da literatura em suas obras representa seus esforços de levar adiante uma noção moderna de ciência sociológica, preterindo, em função disso, obras que ele próprio designa como decadentes. Ao estudar as condições orgânicas (sobretudo a neurastenia) que poderiam influenciar o aumento das taxas estatísticas do suicídio, Durkheim, em uma nota de rodapé, deixa escapar o apreço pela literatura russa:

Temos um exemplo notável dessa ambiguidade nas semelhanças e nos contrastes entre a literatura francesa e a literatura russa. A simpatia com que acolhemos a segunda mostra que ela tem afinidades com a nossa. E, com efeito, sente-se nos escritores das duas nações uma delicadeza doentia do sistema nervoso, uma certa ausência de equilíbrio mental e moral. Mas como esse próprio estado, ao mesmo tempo biológico e psicológico, produz consequências sociais diferentes! Enquanto a literatura russa é excessivamente idealista, enquanto a melancolia que a marca, que tem por origem uma compaixão ativa pela dor humana, é uma dessas tristezas sadias que excitam a fé e incitam à ação, a nossa se vangloria de exprimir apenas sentimentos de morno desespero e reflete um inquietante estado de depressão. Eis como um mesmo estado orgânico pode servir a fins sociais quase opostos (DURKHEIM, 2011, p. 60-61).

Como a literatura é um dos produtos de estruturas sociais as mais diversas, desenvolvida por indivíduos de certa “delicadeza do sistema nervoso”, é quase obrigatório que “reflitam”, num certo sentido, o estado em que estas se encontram no momento em que afloram. Então, “num povo envelhecido e desorientado, germinarão facilmente o desgosto da vida, uma melancolia inerte, com as funestas consequências que ela implica; ao contrário,

numa sociedade jovem, desenvolver-se-ão de preferência um idealismo ardente, um proselitismo generoso, uma devoção ativa” (cf. DURKHEIM, 2011, p. 60-61).

A visão de Durkheim acerca da sociedade e da literatura francesas parecem claras nas passagens citadas. Ambas parecem estar se “degenerando” quando comparadas aos seus homônimos russos. Por outro lado, o teor dessas passagens não pode ser tomado à parte das disputas propriamente relativas ao campo intelectual, visto que deixaríamos de fora uma série de circunstâncias contextuais que permitem sua apreensão.

Nos rastros do suicídio

Assim como Raphael, de Lamartine, oferece um *tipo ideal* do suicídio egoísta, Emma Bovary faz o mesmo em relação ao amálgama de duas causas suicidógenas. A noção de *tipo ideal* está presente em Durkheim não exatamente como se faz presente em Max Weber, embora seja utilizado pelo sociólogo francês como um instrumento de análise em prol do entendimento dos fenômenos que se propõe examinar.

Entretanto, essa noção também se encontra na literatura e, de maneira especial, nos romances realistas. Émile Zola, o precursor do movimento naturalista na literatura, manifesta sobre a personagem de Flaubert o seguinte testemunho:

A personagem Mme. Bovary, o *tipo* certamente visto e copiado por Gustave Flaubert, eternizou-se nesse mundo particular onde se agitam as grandes figuras da criação humana. [...]. Mme. Bovary, tão individual, vivendo ardentemente sua própria vida, é um *tipo geral*. Encontramo-la em todos os lugares na França, em todas as classes, em todos os meios. Ela é a mulher deslocada, descontente com seu destino, mimada por um sentimentalismo vago, *desviada* de seu papel de mãe e esposa. Enfim, ela é o próprio adultério, a infidelidade inicialmente tímida, poética, em seguida triunfante, crescente (ZOLA, 1995, p. 110-111) (grifos nossos).

E sobre os dois amantes de Emma: “Esse Rodolphe, esse Léon, é o homem, a *média* do homem, se preferirem” (ZOLA, 1995, p. 112). Assim, a despeito de seus usos desiguais na sociologia e na literatura, a noção está disseminada na Europa. Certamente os autores não a compreendem do mesmo modo, mas o caso francês dá ensejo ao esclarecimento da ausência da personagem na obra durkheimiana, como já havia sugerido Ledent.

Temos, então, de recusar a sugestão de Durkheim para o estudo sociológico do fenômeno e levar a cabo seu revés. Ou seja, desconsiderar o conjunto dos suicídios cometidos numa determinada sociedade durante uma certa unidade de tempo e enxergar o caso de Emma como acontecimento particular, isolado, a exigir um exame à parte (DURKHEIM, 2011, p.

17). Devemos, antes, nos reportar às primeiras considerações feitas após a observação do Quadro I de *O suicídio*. A partir de sua inspeção, o autor conclui:

A evolução do suicídio compõe-se assim de ondas de movimento, distintas e sucessivas, que ocorrem por ímpetos, desenvolvendo-se durante um tempo, depois se detendo, para em seguida recomeçar. Podemos ver no quadro precedente que uma dessas ondas se formou por quase toda a Europa logo após os acontecimentos de 1848, ou seja, por volta dos nos 1850-53, conforme os países; uma outra começou na Alemanha depois da guerra de 1866, na França um pouco antes, por volta de 1860 [...] (DURKHEIM, 2011, p. 19).

O romance de Flaubert é publicado pela primeira vez em 1856 e, destarte, compreende-se entre as duas ondas de movimento acima mencionadas. Verificando de mais perto o mesmo quadro, podemos alcançar exatos 4.189 suicídios franceses no mesmo ano. O suicídio de Emma, como *tipo geral*, encontra-se acima enumerado em valores absolutos. Logo, a representação literária da realidade em Flaubert está assentada no próprio estado de coisas do período e, pelo menos no que concerne ao desfecho, “parece nada querer dever à sua imaginação” (ZOLA, 1995, p. 102). Emma é uma “jovem mulher” e veste, “como um homem”, um *lorgnon*. Fora “educada num convento das irmãs Ursulinas, tinha recebido, como se diz, uma bela educação, [...] aprendera, conseqüentemente, dança, geografia, desenho, fazer tapeçaria e tocar piano”. Era uma “pessoa” e, aos olhos da primeira esposa de Charles, “uma moça da cidade”. Seu pai, o velho Rouault, era dono de uma “bela fazenda” e Emma o auxiliava a administrar a cultura e os empregados, o que deixa entrever que detinham uma condição econômica acima da média. Afora a idade que não tem como ser determinada exatamente, sua classe social e seu nível de educação são variáveis que, segundo Durkheim, favorecem a tendência ao suicídio, “pois é nas classes mais cultas e mais abastadas que o suicídio faz mais vítimas” (DURKHEIM, 2011, p. 61; FLAUBERT, 2011, p. 90-95).

Por outro lado, muitas são as variáveis cuja ação deveria exercer papel profilático em seu favor. Em primeiro lugar, o suicídio é um fenômeno preferencialmente masculino, tendo as mulheres, comparativamente, maior disposição para resistir às correntes suicidógenas. Mesmo nos “asilos de alienação, [onde] a população feminina é ligeiramente superior à população masculina [...] [a mulher] nessa condição, aliás como em todas as outras, sobrevive melhor do que o homem”. Em segundo lugar, as causas por trás do fenômeno agem com maior intensidade nos grandes centros urbanos e Emma, contudo, passa a maior parte de sua vida morando na província (DURKHEIM, 2011, p. 50-51).

Duas das províncias em que sua vida transcorre, Vassonville e Tostes, estão localizadas na Normandia, cujos departamentos encontram-se abaixo da média do ponto de vista do

suicídio. Católicas, diferem dos cantões protestantes nos quais o suicídio se apresenta quatro ou cinco vezes mais. A religião católica, por sua vez, com seu sistema hierarquizado de autoridades, inibe a reflexão livre por parte de seus sequazes, fortalecendo, então, sua ligação com a sociedade religiosa em função da própria força do tradicionalismo de seu sistema (DURKHEIM, 2011, p. 60, 180-185).

Mas Emma, ainda na época do internato, escapa aos cuidados religiosos de suas preceptoras, apesar de, no início, ter demonstrado talento para o hábito:

As religiosas, que tinham tão bem presumido sua vocação, deram-se conta, com grandes espantos, que a srta. Rouault parecia escapar aos cuidados delas. Tinham-lhe, com efeito, prodigalizado os ofícios, os retiros, as novenas e os sermões, pregado tão bem o respeito que se deve aos santos e aos mártires, e dado tantos bons conselhos para a modéstia do corpo e a salvação da alma, que ela fez como os cavalos que se puxam pelas rédeas: empacou de chofre e o freio lhe escapou dos dentes. Esse espírito positivo em meio a seus entusiasmos, que tinha gostado da igreja por suas flores, da música pelas palavras das romanças, e da literatura por suas excitações passionais, insurgia-se diante dos mistérios da fé, assim como se irritava mais contra a disciplina, que era algo antipático à sua compleição. Quando o pai a retirou do pensionato, não ficaram zangadas por vê-la ir-se embora. A superiora achava até que ela se tornara, nos últimos tempos, pouco reverente para com a comunidade (FLAUBERT, 2011, p. 120).

Essa passagem pode sintetizar toda a relação de Emma com a religião ao longo do romance, pois só volta a recorrer a ela novamente quando sua “doença” se manifesta. Neste primeiro momento, ao reatar com a religião, apresenta uma melhora satisfatória em relação ao seu estado de saúde, bastante deteriorado pelas frequentes decepções com as quais se debatia:

Um dia, no auge da doença, [...], pedira a comunhão; e, à medida que se faziam em seu quarto os preparativos para o sacramento, [...], Emma sentia algo forte passando sobre ela, que a livrara das dores, de toda percepção, de todo sentimento. [...], outra vida começava; pareceu-lhe que o seu ser, subindo rumo a Deus, ia aniquilar-se nesse amor como um incenso aceso que se dissipa em vapor. [...]; e foi como a desfalecer numa alegria celeste que ela avançou os lábios para aceitar o corpo do Salvador que se apresentava. [...] Sua alma, esfalfada de orgulho, repousava enfim na humildade cristã; e, [...], Emma contemplava em si mesma a destruição da sua vontade, que devia abrir para as invasões da graça uma larga entrada. Existia, então, no lugar das felicidades ditas maiores, outro amor acima de todos os amores, sem intermitência nem fim, e que cresceria eternamente! Ela entreviu, em meio às ilusões de sua esperança, um estado de pureza flutuando acima da terra, confundindo-se com o céu, onde aspirou estar. Quis tornar-se uma santa. Comprou rosários, usou amuletos; desejava ter em seu quarto, à cabeceira do leito, um relicário incrustado de esmeraldas, para beijá-las todas as noites.

O sacerdote ficava encantado com essas disposições, embora a religião de Emma, pensava ele, pudesse, de tanto fervor, acabar por ficar no limite da heresia e até da extravagância (FLAUBERT, 2011, p. 321-323).

Portanto, na infância e na vida adulta, a ligação da personagem com a vida religiosa se dera sempre por meio de tênues envoltórios. Toda a profilaxia, própria do sistema

religioso, passível de agir como abrigo contra as correntes suicidógenas, esvanece no caso flaubertiano. Impedida de cercear a vontade de Emma, impondo-lhe restrições de pensamento, a doutrina não realiza de todo sua ação integradora. Nesse sentido, Emma está deslocada de seu meio social, e é aí que reside um dos riscos que circundam as possíveis vítimas do suicídio. Pois, de acordo com Durkheim:

Se ela [a religião] protege o homem contra o desejo de se destruir, não é por pregar, com argumentos *sui generis*, o respeito por sua pessoa; é por ela ser uma sociedade. O que constitui essa sociedade é a existência de um certo número de crenças e de práticas, tradicionais e, por conseguinte, obrigatórias, comuns a todos os fiéis. Quanto mais numerosas e importantes essas situações coletivas, mais a comunidade religiosa é fortemente integrada; maior também é sua virtude de preservação. O detalhe dos dogmas e dos ritos é secundário. O essencial é que eles sejam de tal natureza que alimentem uma vida coletiva de intensidade suficiente (DURKHEIM, 2011, p. 203).

E, seguindo o raciocínio do sociólogo, a respeito da questão da liberdade de pensamento:

O livre exame é [...] o efeito de uma outra causa. [...], quando os homens, depois de terem recebido sua fé pronta da tradição [...], reclamam o direito de construí-la por si mesmos, [...] é que eles passam a ter necessidade dessa liberdade. Ora, essa própria necessidade só pode ter uma causa: a falência das crenças tradicionais. Se elas continuassem a se impor com a mesma energia, nem se pensaria em criticá-las. Se elas continuassem tendo a mesma autoridade, não se pediria para verificar a fonte dessa autoridade. A reflexão só se desenvolve quando tem necessidade de se desenvolver, ou seja, quando um certo número de ideias e de sentimentos irrefletidos, até então suficientes para dirigir a conduta, perde sua eficácia. [...], a reflexão intervém para preencher o vazio que se fez, [...], a reflexão só desperta na medida em que os hábitos prontos se desorganizam. Ela só reivindica seus direitos contra a opinião comum quando esta já não tem a mesma força, ou seja, quando já não é comum no mesmo grau (DURKHEIM, 2011, p. 186-187).

O suicídio de Emma Bovary só pode ser o resultado de mudanças estruturais na tessitura social francesa, atreladas ao crescente avanço da modernidade no país. De acordo com os dados estatísticos disponíveis no texto, houve, na França, de 1856 a 1878, um aumento de cerca de 40% no número de suicídios. Enlaçados sob a forma da taxa social de suicídios, dizem respeito a uma situação mais geral da qual são dependentes, a despeito de seu eco singular nas consciências particulares, que a manifestam (DURKHEIM, 2011, p. 171-173).

Esse agravamento no número de casos do fenômeno é a todo instante relacionado pelo autor às “rupturas do equilíbrio social” que os progressos político e tecnológico produziram no modo de vida da sociedade francesa. Uma vez que a permanência da taxa de suicídios está ligada a um conjunto de características distintivas e solidárias, sua variabilidade indica,

consequentemente, alterações de natureza nesse conjunto. Se recusa o estudo das condições individuais que conduzem ao ato de imolação de si, é porque não fazem parte do *métier* sociológico, devendo considerar apenas as condições que podem agir sobre a taxa social de suicídios (DURKHEIM, 2011, p. 19-25).

A liberdade de pensamento que caracteriza as classes mais cultas e mais abastadas, frequentemente atingidas pelas correntes de pensamento pessimistas, é uma das marcas do suicídio egoísta, cujo herói lamartiniano pôde ilustrar tão bem como um “tipo ideal”. Emma é mulher desta categoria (com uma educação e “rendimento” acima da média entre as mulheres provincianas). Seu parentesco com Raphael é expresso quando, ainda no pensionato, sua mãe faleceu:

Quando a mãe morreu, ela chorou muito nos primeiros dias. Mandou fazer um quadro fúnebre com os cabelos da defunta, e numa carta que enviou aos Bertaux, cheias de *reflexões tristes* sobre a vida, pedia que a sepultassem mais tarde na mesma tumba. O homem achou que ela estava doente e veio visitá-la. Emma ficou interiormente satisfeita de sentir que havia chegado na primeira tentativa a esse raro ideal das existências pálidas, a que nunca chegam os corações medíocres. Deixou-se, pois, deslizar pelos meandros lamartinianos, escutou as harpas sobre os lagos, todos os cantos dos cisnes agonizantes, todas as quedas de folhas, as virgens puras que sobem ao céu e a voz do Eterno discorrendo sobre os vales. Ficou entediada com tudo isso, não quis dar o braço a torcer, continuou por hábito, em seguida por *vaidade*, e ficou finalmente surpresa de se sentir apaziguada e sem mais tristeza no coração do que rugas na fronte (FLAUBERT, 2011, p. 119) (grifos nossos).

A tipificação do estado emocional do suicídio egoísta pode ser concluída:

O que a caracteriza é um estado de languidez melancólica que distende as molas de ação. Os negócios, as funções públicas, o trabalho útil, até mesmo os deveres domésticos só inspiram ao indivíduo indiferença e distanciamento. Recusa-se a sair de si mesmo. Em compensação, o pensamento e a vida interior ganham tudo o que a atividade perde. Afastando-se do que a cerca, a consciência recolhe-se em si mesma, toma a si mesma como seu próprio e único objeto e se atribui como tarefa principal observar-se ou analisar-se. Mas, por essa extrema concentração, ela só faz tornar mais profundo o fosso que a separa do resto do universo. A partir do momento em que se envolve a tal ponto consigo mesmo, o indivíduo só pode se desligar de tudo o que não seja ele e consagrar, reforçando-o, o isolamento em que vive. Não é enxergando apenas a nós mesmos que podemos encontrar razões para nos ligar a outra coisa além de nós. Todo movimento, em certo sentido, é altruísta, pois é centrífugo e lança o ser para fora de si mesmo. A reflexão, ao contrário, tem algo de pessoal e egoísta, pois ela só é possível na medida em que o indivíduo se desprende e se afasta do objeto para se voltar para si mesmo, e ela é tanto mais intensa quanto mais completo é esse retorno para si mesmo. Só podemos agir misturando-nos ao mundo; para pensá-lo, é preciso que deixemos de nos confundir com ele, para podermos contemplá-lo de fora; com mais razão ainda, isso é necessário para pensarmos em nós mesmos. Portanto, aquele cuja atividade se converte inteira em pensamento interior torna-se insensível a tudo o que o cerca (DURKHEIM, 2011, p. 357-358).

Nota-se essa letargia em Emma logo após os primeiros arroubos de desencanto com a vida, em função do êxtase que o baile na casa do marquês D'Andervilliers provocara em seu espírito, tendo causado, devido às nostalgias reminiscentes, um “buraco em sua vida”: “Ela agora deixava tudo correr em sua casa, [...], outrora tão cuidadosa e delicada, ficava agora dias inteiros sem se arrumar, [...] Emma se tornava difícil, caprichosa [...] se dizia sufocada [...], não escondia mais o seu desprezo por nada, nem por ninguém” (FLAUBERT, 2011, p. 128-139, 150-151).

Já está definido que seu suicídio deve-se ao distanciamento em relação ao meio social. Emma é uma mulher completamente insatisfeita com a vida que leva na província. Sujeita ao “duplo desafio” da liberdade e da felicidade, próprio das mulheres do século XIX, como afirma Stéphane Michaud, a personagem, da apresentação ao próprio sacrifício, debate-se conflituosamente com as “questões da mulher”. “Adúltera, culpada e frustrada nos seus sonhos, se mantém superior às vilezas que a acabrunham” (MICHAUD; DUBY e PERROT, 1991, p. 150, 165).

Estas questões e essa “superioridade” tem, em Durkheim, seu alcance, desde que as entendamos à luz de sua teoria sociológica. A liberdade, a felicidade e a “superioridade”, entendida como sublevação do indivíduo ante a sociedade, trespassam toda sua bibliografia, mas é em seu segundo trabalho que um recorte de gênero é delineado com mais afinco. Todas dependem em larga medida do grau de socialização; não há liberdade e felicidade em dissonância com os valores sociais, bem como não há personalidade individual pairando acima de toda a sociedade. E assim é com Emma Bovary:

Ele [Charles] não podia impedir-se de tocar continuamente em seu pente, seus anéis, seu fichu; por vezes, dava-lhe nas bochechas grandes beijos com plena boca, ou eram beijinhos enfileirados ao longo do braço nu, desde a ponta dos dedos até as espáduas; e ela o afastava, meio sorrindo e entediada, como se faz com uma criança que se dependura na gente.

Antes de se casar, ela achava ter amor; mas não tendo chegado a felicidade que deveria resultar desse amor, era preciso que ela tivesse se enganado, pensava. E Emma buscava saber o que exatamente se entendia na vida pelas palavras *felicidade*, *paixão* e *embriaguez*, que lhe tinham parecido tão belas nos livros (FLAUBERT, 2011, p. 114).

A instituição casamento fornece, para Flaubert e para Durkheim, a ocasião para revelar a antinomia que ela oferece como possibilidade aos cônjuges. Charles beneficiou-se do início ao fim de seu casamento: Emma era bela, educada, cuidava das questões domésticas e, inclusive, da organização dos honorários do agente de saúde. Até a irrupção de sua doença nervosa e sua conseqüente morte – e mesmo até descobrir seus adultérios –, do seu ponto de

vista, tudo estava perfeito. Desfrutava, por ser homem, dos benefícios profiláticos da situação conjugal diante das correntes suicidógenas e torna-se, assim, um caso particular dos que compunham a taxa social francesa de suicídios. Sua “morte natural” atesta isso. Emma, ao contrário, estava mais exposta justamente por sua situação. Na análise das estatísticas dos suicídios dos casados, as mulheres casadas, na França, superam a participação das solteiras na mesma idade, pois “embora ela [a mulher] não perca ao se casar, ganha menos do que o esposo”. Charles está ainda em melhor situação porque “nos departamentos, o homem casado é muito mais preservado do que a mulher casada” (DURKHEIM, 2011, p. 222-223, 239).

Além do mais, sua disposição ao suicídio é agravada pelo fato de não encontrar em sua filha Berthe “seu complemento natural”, asseverando que “por si mesma, a sociedade conjugal prejudica a mulher e agrava sua tendência ao suicídio”. Pois enquanto o orgulho masculino de Charles transbordava-lhe pelos poros e inebriava em ternuras as afeições por Emma, ela logo se amou ao ruir das expectativas malogradas do enxoval que imaginara (DURKHEIM, 2011, p. 229; FLAUBERT, 2011, p. 177-178).

Ela desejava um filho. Ele seria forte e moreno, ela o chamaria Georges; e essa ideia de ter como filho um macho era como a revanche esperada de todas as suas impotências passadas. Um homem, pelo menos, é livre; pode percorrer as paixões e os lugares, atravessar os obstáculos, consumir as felicidades mais distantes. Mas uma mulher é impedida continuamente. Inerte e inflexível a uma só vez, tem contra si as molezas da carne com as dependências da lei. Sua vontade, como o véu de seu chapéu preso por um cordão, palpita a todos os ventos; há sempre algum desejo que carrega, alguma conveniência que detém (FLAUBERT, 2011, p. 178).

Por conseguinte, o casamento e a maternidade não a beneficiaram e, na verdade, Emma nunca esteve *feliz* com sua situação. Uma das causas desse desconforto está atrelada ao conteúdo do mundo subjetivo da personagem. Uma vez que seu interesse pelo universo das leituras de romances alimentava os voos de sua fantasia, Emma continuamente mostraria sua insatisfação em relação à sua vida na província.

Um pouco antes de ser enviada ao convento, lera Bernardin de Saint-Pierre e, assim, havia figurado para sua vida uma trama como aquela de seu romance. Simpática à arte sacra, preferia as missas às ilustrações bíblicas, e tinha entre elas suas preferências. Alegorias de amores celestiais “levantavam-lhe do fundo da alma doçuras inesperadas” e “escutou, nas primeiras vezes, a lamentação sonora dos melancólicos românticos a espalhar-se por todos os ecos da terra e da eternidade”; “sendo de índole mais sentimental que artística, buscando emoções, e não paisagens”. Assim, os anos de internato aguçaram sua curiosidade para com

as leituras romanescas e estas, por sua vez, revolveram no seu interior um infinito desejo de felicidade cavalheiresca (FLAUBERT, 2011, p. 115-119).

É esta a ideia fixa que irá dominar-lhe o espírito por todo o enredo. A personagem projeta, primeiro em Charles e depois em Léon e Rodolphe, o conteúdo de sua felicidade. Gostaria de viver como nas estórias dos livros que a solteirona da lavanderia do convento trazia da cidade sob encomenda das jovens internas:

Ela sabia de cor as canções galantes do século passado, [...]. Contava histórias, punha-as a par das novidades, encarregava-se das encomendas da cidade, e emprestava às maiores, às escondidas, algum romance que sempre tinha nos bolsos do avental, e de que a boa moça pessoalmente engolia longos capítulos, [...]. Eram só amores, namorados, namoradas, damas perseguidas a desmaiar em pavilhões solitários, mensageiros que são mortos em todas as paradas, cavalos que se esgotam em todas as páginas, florestas sombrias, perturbações do coração, juramentos, suspiros, lágrimas e beijos, barquinhos ao luar, rouxinóis nos bosques, *cavalheiros* bravos como leões, meigos como cordeiros, virtuosos a não mais poder, sempre bem-postos, e que choram como urnas. Durante seis meses, aos quinze anos, Emma sujou as mãos nessa poeira dos velhos gabinetes de leitura (FLAUBERT, 2011, p. 117).

A subjetividade de Emma foi, ao longo dos anos, moldada por esse devaneio e por uma noção de felicidade que o acompanhava. Se nutria expectativas quanto ao alcance da felicidade e a embriaguez da paixão via casamento, é por que acreditava que viveria, como nos romances, uma grande aventura amorosa marcada pelos sobressaltos de uma ardilosa trama. Porém, essa fantasiosa fortuna nunca estivera totalmente de acordo com a realidade na qual se encontrava. Nem Charles, nem Rodolphe ou Léon a fizeram feliz, a despeito da grande esperança que neles depositou. *Madame Bovary* é um dos exemplos literários em que a protagonista não tem acesso à felicidade, mesmo quando “mobiliza as mil capacidades do espírito feminino” (MICHAUD; DUBY e PERROT, 1991, p. 152).

A leitura de romances a favorecer uma livre reflexão não deve ser a única causa que a leva a se matar. Mas pode-se dizer que esse consumo exagerado a predispôs à ação de duas correntes suicidógenas identificadas por Durkheim. Uma conduz ao suicídio egoísta, a outra, por sua vez, inclina os indivíduos ao suicídio anômico, marcado por toda espécie de exageros no que tange à satisfação de seus desejos. Assim como o individualismo excessivo, a anomia é produto da modernidade e refere-se ao lapso de controle e regulação da sociedade sobre os indivíduos e suas necessidades.

O suicídio de Emma encontra em Yonville um ambiente favorável para se desenvolver e encerrar, assim, todo seu sofrimento. É aí também que suas esperanças de viver um grande amor e encontrar a felicidade são reacesas a partir de seus enlaços com Rodolphe e Léon, um

aristocrata e um jovem escritor. O burgo localiza-se no departamento do Neufchâtel, “nos confins da Normandia, da Picardia e da Ilha de França [...] [e] ficou estacionária, apesar das novas oportunidades”. Ora, ao consultar o mapa de suicídios por distrito, nota-se que Neufchâtel apresenta um elevado número de casos no quinquênio 1887-91 e, mesmo que haja entre a publicação das duas obras um intervalo considerável – 1856 e 1897 –, não é um exagero considerar que as causas sociais que pendem os indivíduos ao suicídio já se encontrassem ali em estado latente. Apesar de se situar na província, localiza-se ao norte da França, terreno onde os suicídios estão distribuídos em números considerados alarmantes para o conjunto do país (DURKHEIM, 2011, p. 65, 150; FLAUBERT, 2011, p. 156).

Sabe-se que nosso país está dividido, tanto moral como etnologicamente, em duas partes que ainda não se interpenetraram completamente. As populações do Centro e do Sul conservam seu humor, um gênero de vida que lhes é próprio e, por essa razão, resistem às ideias e aos costumes do Norte. Ora, é no Norte que se encontra o foco da civilização francesa; [...], como ela contém, [...], as principais causas que levam os franceses a se matar, os limites geográficos de sua esfera de ação também são os da zona mais fértil em suicídios. Se, então, as pessoas do Norte se matam mais que as do Sul, [...]; é simplesmente porque as causas sociais do suicídio se encontram mais particularmente acumuladas ao norte do Loire do que ao sul (DURKHEIM, 2011, p. 84).

Estamos longe da proteção sulista que o espírito provinciano, o tradicionalismo e contatos sociais esparsos poderiam oferecer a Emma. Além disso, o cenário econômico de Yonville comporta novas perspectivas quanto ao seu futuro papel industrial em razão da instalação de uma fiação que linho, vista com bons olhos por Homais, o farmacêutico do burgo (DURKHEIM, 2011, p. 85; FLAUBERT, 2011, p. 193).

As causas sociais que favorecem os suicídios egoísta e anômico se fazem presentes mais ao norte do que ao sul da França pelo fato de que lá a vida social estivera mais sujeita aos efeitos da modernidade, dismantelando com todas as suas forças o antigo estado de coisas que configurava anteriormente as relações sociais. E em Yonville⁴ não poderia ser tão diferente, uma vez que está tão sujeita ao influxo daqueles meios sociais quanto os outros departamentos localizados no norte da França. A “época dos comícios” é um exemplo desta “notoriedade” de Yonville em relação às outras duas em que Charles e Emma haviam iniciado sua trajetória matrimonial (FLAUBERT, 2011, p. 228).

⁴ “Segundo Flaubert, Yonville-l’Abbaye era ‘um lugar que não existe’ (carta de 4 de junho de 1857), mas se compunha de detalhes de várias localidades existentes. O nome *Yonville* provém da rua Croix d’Yonville, em Rouen. A localização geral aponta para a aldeia normanda Forges-les-Eaux, onde Flaubert esteve em 1848. Os pormenores das ruas e dos prédios são do povoado de Ry, no qual vivera Eugène Delamare. Certas características dos campos circundantes derivam da paisagem em torno a Forges” (FLAUBERT, 2011, p. 487-488).

Organizadas com o propósito de premiar os agricultores mais relevantes da região por suas contribuições para com a economia nacional, as feiras agrícolas sinalizam, como a instalação da fiação de linho, sua “relevância” econômica e seu pé na soleira da vida moderna francesa. Lieuvain, conselheiro e representante do governo, designado para homenagear Yonville no comício, esboça em seu discurso um quadro da conjuntura política e econômica francesa do período e estreita-o até atingir, ao término, garbos elogios aos mais variados tributos dos agricultores e da agricultura para a vida social:

“Mas senhores, [...], que se afastando de minha lembrança esses quadros sombrios, volto o olhar para a situação atual de nossa bela pátria: que vejo eu? Por toda parte florescem o comércio e as artes; por toda parte novas vias de comunicação, como outras tantas novas artérias no corpo do Estado, estabelecendo nele novas relações; nossos grandes centros manufatureiros retomaram a atividade; a religião, mais fortalecida, sorri a todos os corações; nossos portos estão lotados, a confiança renasce, e finalmente a França respira! ...” [...] “Vocês, agricultores e operários dos campos; vocês, pioneiros pacíficos de uma obra toda de civilização! Vocês entenderam, digo eu, que as tempestades políticas são ainda mais temíveis verdadeiramente do que as desordens da atmosfera...” [...] “Só quem fosse bastante cego, bastante mergulhado (não temo dizê-lo), bastante mergulhado nos preconceitos de outro tempo pode ignorar ainda o espírito das populações agrícolas. Onde encontrar, de fato, mais patriotismo do que nos campos, mais dedicação à causa pública, mais inteligência, numa palavra? E não estou pensando, senhores, naquela inteligência superficial, vão ornamento das mentes ociosas, mas antes nessa inteligência profunda e moderada, que se aplica acima de qualquer coisa a perseguir fins úteis, contribuindo assim para o bem de cada um, para a melhoria comum e o sustento dos Estados, fruto do respeito às leis e da prática dos deveres...” (FLAUBERT, 2011, p. 240-242).

A presença de Lieuvain é outro indicador do horizonte econômico da província, localizada nas proximidades de Rouen, um dos grandes centros urbanos franceses, bem mais próximo do norte e da civilização francesa, atestando o que Durkheim já afirmara a respeito da constituição do meio social em amplas extensões do território e suas consequências desagradáveis. Além do mais, durante todo o episódio, vemos Rodolphe tenazmente investido em seduzir Emma, alheia aos objetos e pessoas circundantes e lançando-lhes eventualmente olhares curiosos ou indiferentes. Momento no qual a questão de sua liberdade reaparece ao se esgueirar dos melosos exageros estratégicos de sedução do aristocrata: “Parece-me, entretanto [...], que você não é nada digno de dó. [...], você é livre” (DURKHEIM, 2011, p. 152; FLAUBERT, p. 228-253).

O século XIX, como já salientou Michaud ao apontar o “duplo desafio” das mulheres, comprimia sua existência em um tipo de enquadramento social com pouca amplitude de ação. O caso de Emma é exemplar, pois coloca uma mulher excepcional em uma conjuntura enclausurante a tal ponto que se vê levada ao maior sacrifício realizado contra si mesma.

Persegue sem fim a liberdade e a felicidade, exaltadas pelos romances, de um mundo imaginário repleto de emoções e sentimentalismos. Como Frédéric Moreau, de *A educação sentimental*, e Dom Quixote, refugia-se na ilusão romanesca por não conseguir levar a sério o real (AUERBACH, 2009, 311; BOURDIEU, 1996, 27).

Essa falta de investimento no jogo sério da realidade, a recusa da “*illusio* como ilusão unanimemente aprovada e compartilhada”, desloca-a, no jogo de relações responsável por manter em níveis “saudáveis” o grau de socialização e sociabilidade, para uma posição insegura e débil. Assim, a assertiva de Bourdieu converge com a noção durkheimiana de que o “meio social é constituído essencialmente de ideias, crenças, hábitos e tendências comuns” (BOURDIEU, 1996, p. 27; DURKHEIM, 2011, p. 388).

Partilhar desse conjunto de representações sociais é estar em compatibilidade com a vida social na qual foram engendradas e, contudo, vimos que Emma não está plenamente de acordo com o meio social que a envolve, fato agravante de sua condição. Vislumbrava em seu casamento com Charles os caminhos para alcançar a paixão e a felicidade, mas, a despeito de suas idealizações, o matrimônio lhe causa os maiores enfados e dissabores possíveis. Outro ideal romanesco cuja falta lhe traz maiores amargores, a liberdade “invejada” nos homens, é-lhe inacessível primeiro por sua condição de gênero num século ainda marcado pelas desigualdades mais profundas entre homens e mulheres; segundo, porque a própria natureza da instituição favorece em larga medida o sexo masculino (DURKHEIM, 2011, 342).

Segundo Durkheim:

A mulher pode sofrer quando o casamento lhe é contrário, mais do que pode beneficiar-se dele quando atende a seus interesses. Portanto, ela o necessita menos. [...]. A liberdade à qual o homem renunciou só podia ser para ele uma fonte de tormentos. A mulher não tinha as mesmas razões para abandoná-la e, sob esse aspecto, podemos dizer que, submetendo-se à mesma regra, foi ela que fez um sacrifício (DURKHEIM, 2011, p. 353).

A satisfação de Charles contrapõe-se às agruras de sua esposa. O agente de saúde desfruta de todos os benefícios, cumpre com todos os seus deveres, limita seus desejos, aparenta estar feliz e, portanto, deve estar submetido à “disciplina salutar” e aos “equilíbrios mental e moral” resultantes da mesma. E isso só pode ser imputado à ação do casamento em sua vida (DURKHEIM, 2011, p. 346-347). Sua mulher, por outro lado, observa sua vida degrading já nos primeiros meses do casamento até atingir o ponto de o suicídio ser a única alternativa de resolução para seus problemas. Em Rodolphe e Léon, respectivamente, espera encontrar todos os desejos alimentados pelos ideais romanescos, pois sua existência foi

arruinada pelo conjúgio e, através de adultérios, pode-se dizer, tenta apoderar-se da liberdade negada em sua condição social. Porque o cárcere feminino da vida privada opõe a todos os sonhos de sua imaginação a resistência da realidade social, não avista outras escapatórias senão deixar-se guiar por sentimentos íntimos, confinados e escusos.

Do ponto de vista da sociologia de Émile Durkheim, e da análise do suicídio como fato social, Emma Bovary seria apenas um caso particular de sua totalidade numérica e seu sistema de movimentos individuais seria, então, consequência do estado moral do corpo coletivo. Pois “a sociedade não pode desintegrar-se sem que, [...], o indivíduo se desligue da vida social, sem que seus fins próprios se tornem preponderantes sobre os fins comuns, sem que sua personalidade, em suma, tenda a se colocar acima da personalidade coletiva” (DURKHEIM, 2011, p. 258).

Apesar de Yonville-l'Abbaye ter ficado “estacionária” até Charles e Emma chegarem a suas terras, vimos sua economia resplandecer em horizontes futuros a partir da instalação da fiação de linho, assim como a presença de Lieuvvain e as premiações no comício. Estes indícios da “civilização” setentrional, avassaladora da tradição e de seus costumes, sinalizam timidamente a virtualidade das metamorfoses pelas quais o “burgo preguiçoso” pode ser atravessado (FLAUBERT, 2011, p. 156).

Diferente das duas províncias anteriores, seu protagonismo econômico é maior. Logo seus efeitos podem se fazer sentir sobre sua população. “Todas as vezes que se produzem graves rearranjos no corpo social, sejam eles devidos a um súbito movimento de crescimento ou a um cataclisma inesperado, o homem se mata mais facilmente” (DURKHEIM, 2011, p. 311). Não é certo atribuir àqueles dois eventos uma grandeza dessas proporções, mas também não se deve desconsiderá-los como agentes de transformação das condições sociais da província. Afinal, o suicídio concebido como efeito de uma ou de um conjunto de causas, cuja ação envolve os indivíduos, se exprime segundo as condições do meio social e é, portanto, coletivo. Qualquer alteração em sua constituição geral não teria porque não afetar as possíveis vítimas (DURKHEIM, 2011, p. 391-392).

Sabe-se do abandono de casos particulares com vistas a uma investigação mais individualizada sobre o fenômeno em consequência de sua impenetrabilidade motivacional e da urgência metodológica requerida pela nova disciplina científica. Uma investida de abordagem nesses moldes iria requerer do pesquisador dados concernentes ao “estado de espírito” da vítima, da concepção e da execução do ato, dos temperamentos momentâneos.

Informações indisponíveis, entre tantas outras. Embora fosse possível evocar cartas e escritos deixados pelos suicidas, as avaliações elaboradas habitualmente repousariam em equívocos a respeito de si mesmos e das causas sociais que os levaram a se matar (DURKHEIM, 2011, p. 166-167).

Como esses argumentos são demasiado marcados pela subjetividade dos sujeitos, e por exprimirem de modo infiel a situação geral pela qual se expressam individualmente, eles a apresentam como suas causas apenas aparentemente. À maneira da premência e da cercania dos acontecimentos da ordem privada, uns e outros meramente assinalam os pontos fracos e as disposições morais das vítimas e ocasionam as distantes consequências do estado moral da sociedade. Precedendo o ato em si mesmo, são falsamente responsabilizados, pois é preciso o gatilho de alguma inclinação própria para levar a um tal desfecho sobre a própria vida (DURKHEIM, 2011, p. 174, 384-385, 393).

E, mesmo dispondo de ótimas descrições dos casos particulares, seria improvável discernir a partir delas o caráter sociológico dos mesmos. Pois é partindo de sua forma coletiva, a taxa social de suicídios, que se pode saber quais as junções pelas quais o suicídio resulta, uma vez que, do ponto de vista do sociólogo, aquele objeto de análise é formado por unidades homogêneas e qualitativamente indistintas (DURKHEIM, 2011, p. 169). Mas podemos contar com o caso de Emma. A personagem, após contrair grandes dívidas com o comerciante local e recorrer inutilmente a Léon e Rodolphe com o objetivo de conseguir o montante necessário para saldar sua dívida, entra em um estado de desespero e é levada, assim, à única solução concebível.

Ficou perdida de estupor, não tendo mais consciência de si mesma senão pelos batimentos das artérias, que acreditava ouvir fugirem como uma ensurdecadora música que enchia o campo. O chão debaixo de seus pés estava mais mole do que uma onda de água, e os sulcos lhe pareceram imensas vagas escuras que desabavam. Tudo que havia em sua cabeça de reminiscências, de ideias, escapava a uma só vez, [...]. A loucura se apossava dela, teve medo, e conseguiu se recuperar, de maneira confusa, é verdade; pois não se lembrava da causa de seu horrível estado, isto é, a questão do dinheiro. Ela apenas sofria de seu amor, e sentia sua alma abandoná-la por essa lembrança [...] Então a sua situação, assim como um abismo, se rerepresentou. Ela ofegava de romper o peito. Depois, num transporte de heroísmo que a fazia quase alegre, desceu a encosta correndo, atravessou a prancha das vacas, a senda, a alameda, o mercado, e chegou diante da loja do farmacêutico. [...] A chave girou na fechadura, e ela foi diretamente para a terceira prateleira, tanto a sua lembrança a guiava bem, pegou o pote de vidro azul, arrancou a rolha, enfiou a mão nele, e, retirando-a cheia de um pó branco, pôs-se a comê-lo na mão mesmo. [...] Depois ela voltou subitamente tranquilizada, e quase na serenidade de um dever cumprido. [...] Ela sentou-se à escrivaninha e escreveu uma carta que fechou lentamente, [...]

(FLAUBERT, 2011, p. 437-439).

À primeira vista somos tentados a atribuir à ação do *altruísmo* a responsabilidade desse suicídio, em consequência das marcas de “heroísmo” e de “dever cumprido”, características típicas da força norteadora e culminante do suicídio altruísta. Mas, ao longo do romance, vemos seu deslocamento e frustração em relação a tudo e a todos que a rodeiam, a fazenda e as províncias, Charles, sua filha Berthe, as devoções doméstica e religiosa, etc. Seria de se esperar um comportamento diametralmente oposto ao assistido pelos leitores e, em lugar de um progressivo distanciamento da sociedade circundante, veríamos, ao contrário, maior adesão ao seu conjunto de ideias e representações. Pois, então, não seria um caso de desprendimento e aqueles sinais estariam mais pronunciados em função do maior grau de *integração* social da personagem. Aliás, todo o enredo não teria razão de ser se fosse essa uma das forças cuja ação vimos incidir sobre a vida de Emma. Seu enfado e atitude desdenhosa ante o mundo social seriam substituídos por outra coisa e estas não se confundiriam por decorrerem de fontes distintas (DURKHEIM, 2011, p. 295).

Na verdade, são os traços deste tipo de suicídio que não correspondem de forma alguma com todo o sistema de movimentos da personagem flaubertiana, do início ao fim do romance. Em muitos pontos diverge drasticamente dos suicídios egoísta e anômico, a começar pela origem de suas causas e pelo meio moral onde se encontra frequentemente: “É o suicídio das sociedades inferiores que sobrevive entre nós porque a própria moral militar é, em certos aspectos, uma sobrevivência da moral primitiva”. Assim, é o suicídio próprio do tradicionalismo ou do “excesso de sociedade” (DURKHEIM, 2011, p. 299).

“Antagonista por excelência do espírito individualista”, o tradicionalismo protege a sociedade do suicídio egoísta, desde que não ultrapasse os limites da moderação. A personalidade individual não pode resistir à sua força e o indivíduo não dispõe de sua própria existência. O peso da sociedade é maior e pode conduzi-lo ao sacrifício de si mesmo quando for necessário (DURKHEIM, 2011, p. 273-274, 280, 296). Logo, temos o avesso no caso de Emma Bovary: a personagem “flutua” por sobre o mundo social onde habita. Suas ligações são demasiado tênues e a sociedade não parece exercer peso algum como aquele do tradicionalismo mais acentuado. É impossível, portanto, reportar à força de sua ação a causa de seu suicídio. Antes, é muito mais provável e muito mais plausível que se deva à ação do avanço da modernidade e de seu choque contra o tradicionalismo, principalmente no que tange ao comportamento feminino ao longo do século XIX.

Embora Geneviève Fraisse atribua a Durkheim a concepção de uma “grave doença social” a partir da dissolução da sociedade matrimonial por meio do ataque ao divórcio baseado na “vontade das partes”, isto nos parece um equívoco da autora. Se o sociólogo explora a situação da anomia conjugal através dos casos de divorciados juridicamente, é justamente porque servem como indicadores de maior fidedignidade em comparação aos outros, tendo em vista a própria exigência metodológica e factual imposta por si mesmo para os fins de sua disciplina, como bem lembra a autora. Acreditamos que, no contexto de sua obra, tal preferência visa acentuar o caráter estabelecido do divórcio como instituição, cujos efeitos não se restringem unicamente ao círculo da sociedade doméstica. Ao equiparar França e Itália, sua intenção era a de apresentar os contrastes entre países onde o divórcio apresentava um progressivo aumento ao longo dos anos, por um lado, e onde era desconhecido até então, por outro. Pois, assim como se esvaem com o tempo, outras instituições também podem surgir e alterar toda a configuração da estrutura social. Tais mudanças materiais, então, vêm rebater nas relações sociais: “A história mostra, com efeito, que o suicídio, geralmente raro nas sociedades jovens, em vias de evolução e concentração, multiplica-se, ao contrário, na medida em que elas se desintegram”. A crise das células implica, dessa forma, “uma desordem” no sistema social e toda ruptura de equilíbrio faz oscilar o número de suicídios de uma determinada região (DURKHEIM, 2011, p. 250, 329-353; FRAISSE; DUBY e PERROT, 1991, p. 90).

A questão da igualdade dos sexos deve ser posta a partir das mesmas balizas. A mudança da condição feminina ao final do século só atinge lateralmente o trabalho do autor: suas inquietações teóricas dirigiam-se, sobretudo, para os problemas da socialização e da ordem moral da sociedade, mas as questões de gênero estão presentes em seu segundo trabalho, dedicando a elas um rigoroso tratamento com base nos dados disponíveis.

Os resultados demonstraram que o suicídio recrutava da população masculina a maior parte de seu contingente. As mulheres, entretanto, a despeito das opressões sociais, preservavam-se mais em relação ao fenômeno. Da mesma forma, é um tanto arbitrário Fraisse nivelar a análise de Durkheim àquela levada a cabo por Friedrich Engels e concebê-la como “o seu reverso à imagem de seus respectivos projectos de sociedade”. A declaração reafirma a noção escolar de um Durkheim como sociólogo da ordem e conservador, desconsiderando todo o ambiente de disputas acadêmicas e políticas no qual se encontrava, bem como o

substrato de suas reflexões acerca da questão. Mas não se deve fazer vista grossa às passagens que sugerem traços de “misoginia” sem acusá-lo injustamente por seus prognósticos.

A primeira delas contempla a anomia sexual e está levemente impregnada do discurso biologista da diferença entre os sexos, tão comum ao século XIX. Por outro lado, ela permite revelar a essência da opressão matrimonial sofrida pelas mulheres:

[...] as necessidades sexuais da mulher têm um caráter menos mental, porque, de maneira geral, sua vida mental é menos desenvolvida. Elas estão mais diretamente relacionadas com as exigências do organismo, seguem-nas mais do que as antecedem, e encontram, por conseguinte, um freio mais eficaz. Porque a mulher é um ser mais instintivo do que o homem, para encontrar a calma e a paz basta que ela siga seus instintos. Portanto, uma regulamentação social tão estrita quanto a do casamento, e sobretudo do casamento monogâmico, não lhe é necessária. Ora, uma tal disciplina, mesmo quando é útil, não deixa de ter inconvenientes. Fixando para sempre a condição conjugal, ela impede que se saia dela, seja o que for que possa acontecer. Limitando o horizonte, ela fecha as saídas e proíbe todas as esperanças, mesmo que legítimas. O próprio homem não deixa de sofrer imutabilidade; mas, para ele, o mal é amplamente compensado pelos benefícios que usufrui de outro lado. Além disso, os costumes lhe concedem certos privilégios que lhe permitem atenuar, em certa medida, o rigor do regime. Para a mulher, ao contrário, não há compensação nem atenuação. Para ela, a monogamia é estritamente obrigatória, sem moderações de nenhum tipo, e, por outro lado, o casamento não lhe é útil, pelo menos no mesmo grau, para limitar seus desejos, que são naturalmente limitados, e lhe ensinam a se contentar com seu destino; mas impede-a de mudá-lo quando ele se torna intolerável. A regra para ela é, pois, uma opressão sem grandes vantagens. Portanto, tudo o que a suaviza e a alivia só pode melhorar a situação da mulher casada. Por isso o divórcio a protege, e por isso também ela recorre facilmente a ele (DURKHEIM, 2011, p. 348-349).

Outra passagem se volta para as questões da vida profissional:

[...] não há razão para supor que algum dia a mulher terá condições de preencher na sociedade as mesmas funções que o homem; no entanto, ela poderá ter um papel que, embora lhe sendo próprio, seja mais ativo e mais importante do que o de hoje. O sexo feminino não se tornará mais semelhante ao masculino; ao contrário, é de se prever que passará a se distinguir mais dele. Apenas, essas diferenças serão, mais que no passado, utilizadas socialmente. Por que, por exemplo, à medida que o homem, cada vez mais absorvido por funções utilitárias, é obrigado a renunciar às funções estéticas, estas não passariam a incumbir às mulheres? Assim, os dois sexos se aproximariam, embora se diferenciando. Eles se socializariam igualmente, porém de maneiras diferentes. E é exatamente neste sentido que parece estar se operando a evolução (DURKHEIM, 2011, p. 504-505).

Enquanto, para alguns autores, os instintos são a fonte de sua “fraqueza”, para Durkheim eles funcionam como um anteparo natural capaz de neutralizar, em certa medida, a ação das forças suicidógenas. O sociólogo também não é adepto das visões onde o casamento é a instituição reguladora por excelência do sexo feminino, vindo inclusive a prejudicá-las do ponto de vista do suicídio. Com efeito, esse domínio da natureza biológica parece estar mais condicionado ao âmbito da socialização dos indivíduos do que solto à sua própria esfera de ação. Aliás, em comparação ao seu trabalho anterior, quase não é possível notar em *O suicídio*

uma terminologia tão próxima das ciências físicas e da natureza, e percebe-se ao longo do texto o quanto o *social* predomina por sobre todas as outras esferas da vida (DURKHEIM, 2011, p. 504).

Em segundo lugar, não se deve perder de vista o rigoroso acautelamento sobre as ingerências subjetivas das prenoções próprias dos sujeitos do conhecimento. Invasão de antemão todo o ponto de vista do pesquisador, desvirtuam a real natureza dos fatos, cuja observação merece estar pautada por uma circunspeção metodológica objetiva. Destarte, se Engels avista a revolução e uma nova realidade social a partir dela mesma, as projeções de Durkheim, por sua vez, estão de acordo com o “sentido [em] que parece estar se operando a evolução”. O idealismo do autor não vai além daquilo que se pode perceber a partir da observação dos dados coletados e, dessa maneira, não pode afastar-se demasiadamente do que os fatos sociais sugerem por si mesmos.

Sendo o aumento da taxa de suicídios a expressão de ruptura de equilíbrio, não seria uma abrupta revolução social a saída para esse e outros problemas de ordem moral, como, por exemplo, a desigualdade entre os sexos. Não quer dizer, todavia, que não identificasse um objeto pelo qual fosse possível intervir para atenuar a situação. Apenas não acreditava na viabilidade de uma profunda mudança histórica que em tão pouco tempo apagasse as sombras do passado. Na verdade, era premente minar a flagrante desigualdade psicológica existente, reorientando o empenho para o nivelamento da natureza dos seres. “Só então a indissolubilidade do laço conjugal já não poderá ser acusada de servir a uma das duas partes em questão” (DURKHEIM, 2011, p. 503-505).

Mas Emma não teve acesso a esta oportunidade, a despeito do alívio conquistado por meio de seus romances extraconjugais. Deve-se supor, caso pudesse desfrutá-lo nos momentos de exasperação, que recorreria ao divórcio se este lhe estivesse disponível, embora seja de se esperar sua recorrência costumeira em centros urbanos e não no campo, onde a vida social da mulher é tão ativa quanto a do homem e não há grande diferenciação moral entre ambos (DURKHEIM, 2011, p. 505). Talvez já esteja claro o quanto Emma é uma mulher moderna ou, pelo menos, o quão afeita é aos encantos da sociedade capitalista moderna. Yonville-l'Abbaye com certeza sente suas repercussões através de mudanças econômicas e estruturais. Sem sombra de dúvidas nenhuma outra personagem do romance possui as mesmas qualidades e aptidões. Quem mais se aproximaria, a sra. Homais, não tem nada de esplêndido. Inclusive, deste ponto de vista, a família do farmacêutico está mais guarnecida

contra o suicídio que a família Bovary: os cônjuges participam das atividades da loja, dividem responsabilidades domésticas e têm três filhos. Ou seja, a dinâmica e a densidade familiar favorecem a preservação contra a atuação das correntes suicidógenas (DUKRHEIM, 2011, p. 244-249).

Com efeito, sentimos sua presença com maior intensidade desde a chegada dos Bovary à província. As três correntes suicidógenas (egoísta, altruísta e anômica) atuam de modo a direcionar o destino de Emma mediante o contato com seus representantes. Forças sociais operantes, concomitantemente causas sociais do suicídio, tradição e modernidade, viabilizam o processo encetado pelas próprias disposições da personagem e encontram, naquele meio social, fecundo terreno para levá-lo ao seu termo. Na verdade, apesar de não se expressar no suicídio de Emma, o tradicionalismo não deixa de se pronunciar e se fazer presente. Mesmo que se passasse em um grande centro urbano, como Paris, por exemplo, uma tal força não poderia ausentar-se. Somente as tendências egoísta e anômica estão correlacionadas à modernidade e à “hipercivilização”, capazes de sensibilizar e tornar mais aguda a delicadeza dos sistemas nervosos. Assim, graças a essas modificações nervosas, os indivíduos tendem a desligar-se facilmente dos objetos circundantes, além de resistirem com mais força a qualquer disciplina moderadora (DURKHEIM, 2011, p. 416-417).

Aliás, no que concerne aos tipos de suicídio, Durkheim já sublinhava o amálgama dos mesmos ao salientar a existência de espécies compostas, cujas características podiam ser encontradas num mesmo suicídio. Especialmente a anomia e o egoísmo mantêm nexos por representarem aspectos distintos de uma mesma situação social e, diante disso, podem ser encontrados num mesmo suicídio. Em razão de uma precária socialização, a sociedade não pode conter a tendência egoísta e, ao mesmo tempo, servir de marco regulador para apetites e desejos individuais, estirando-os ao infinito sem termos definidos (DURKHEIM, 2011, p. 369). Portanto, no suicídio em questão, podemos apontar as relações de força entre essas causas sociais e a trajetória fatal de Emma Bovary.

Bournisien, o padre de Yonville, “é o órgão natural da fé e da tradição”. Está em desvantagem com relação às duas outras forças existentes, cujos órgãos, Homais, o farmacêutico, e Lheureux, o comerciante de tecidos, se apresentam de antemão ainda quando Charles e Emma chegam de viagem. Única autoridade religiosa da província, ilustra a fraca intensidade de sua função no enquadramento e contenção dos indivíduos através de seus dogmas e preceitos. No batizado de Berthe, indignou-se com a “derrisão do primeiro dos

sacramentos” ao assistir o pai Bovary benzer sua neta com um copo de champanhe e por muito pouco não se retira do local (DURKHEIM, 2011, p. 191; FLAUBERT, 2011, p. 180).

Quando um “enternecimento se apossou” de Emma e ela “sem consciência disso [...] caminhou rumo à igreja, disposta a qualquer devoção”, não pôde, ainda assim, contar com a assistência do eclesiástico. Distraído com as traquinices das crianças que corriam pelos arredores da igreja, dispensara pouca atenção às lamúrias da jovem, que reconhecia precisar de remédios espirituais a fim de solucionar o desespero de sua condição. Ademais, convenientemente ressurgiu em algumas situações: no suplício da amputação da perna de Hipolyte, funcionário da pensão local, em visitas pós-catecismo aos Bovary, no comício, etc. (FLAUBERT, 2011, p. 203-208, 284, 326). Homais é seu opositor declarado. Homem de ciência e reflexão, protesta contra a igreja a plenos pulmões sempre que lhe aparece o momento oportuno. Torna-se um grande companheiro e conselheiro de Charles em praticamente todas as ocasiões. É acusado de heresia, ateísmo e de proferir sacrilégios. Contudo, é uma figura sempre presente e muito próxima da família Bovary: recepciona-os, entusiasma-se com a profissão do colega, convida-os para jantar em sua casa ou convida a si mesmo para as refeições nos novos vizinhos, auxilia Charles na operação de Hipolyte, nas convalescenças de Emma, é, enfim, bastante prestativo para com o casal (FLAUBERT, 2011, p. 166, 187, 193, 277).

À sra. Lefrançois, dona da hospedaria, numa dessas acusações, replica:

O meu Deus, para mim, é o Deus de Sócrates, de Franklin, de Voltaire e de Béranger! [...], não admito um homenzinho de bom Deus que passeia em seu canteiro com uma bengala na mão, aloja os seus amigos no ventre das baleias, morre lançando um grito e ressuscita ao fim de três dias: coisas absurdas em si mesmas e completamente opostas, aliás, a todas as leis da física; o que nos demonstra, de passagem, que os padres sempre chafurdaram numa ignorância torpe, em que se esforçam por engolfar consigo as populações (FLAUBERT, 2011, p. 164).

A devoção de Homais é voltada para a ciência e não há outro espaço em suas crenças para misticismos religiosos. Nos primeiros esclarecimentos a respeito da atuação profissional de Charles em Yonville, adverte-o sobre “muitos preconceitos” e “teimosias da rotina, contra o que se chocarão cotidianamente todos os esforços da sua ciência”, bem como detalha diligentemente as condições climáticas da região, a composição química do amoníaco exalado pela presença do gado nos campos, e seus efeitos orgânicos nos indivíduos (FLAUBERT, 2011, p. 168-169). Para Durkheim, a ciência “é o único meio de que a livre reflexão dispõe para alcançar seus fins”. Sua ascensão está diretamente relacionada com o declínio das práticas tradicionais, preenchendo as lacunas deixadas pelas crenças esmorecidas. Na medida

em que perde o domínio das consciências particulares, estas recorrem a outras fontes de esclarecimento, pois “busca-se a luz assim que o costume obscuro deixa de responder às novas necessidades” (DURKHEIM, 2011, p. 191).

Destarte, podemos afirmar que Charles é, de certo modo, um reforço para a livre reflexão científica na província, tendo Homais como ponta de lança. Também não se deve perder de vista o simbolismo da morte de Emma por ingestão do arsênico localizado no “laboratório” de sua loja, acessado com a colaboração de Justin, assistente do farmacêutico. Enfim, o boticário ainda deixa à disposição da vizinha o acervo de sua biblioteca, “composta dos melhores autores”, como Voltaire, Rousseau, Delille e Walter Scott. Somados a Balzac, Eugène Sue, Georges Sand, as revistas sobre a vida e sobre a moda parisiense completam o rol bibliográfico. Tais páginas atizam as imagens mentais projetadas nas comparações entre a sua própria realidade e as personagens fictícias, bem como suas cobiças pessoais alinhadas às novidades da capital francesa para onde seus olhos estavam apontados. No “imenso país das felicidades e das paixões, [...] ela confundia, no seu desejo, as sensualidades do luxo com as alegrias do coração, as elegâncias dos costumes e as delicadezas do sentimento” (FLAUBERT, 2011, p. 141-142, 174).

A essa confusão de ordem mental e sentimental, vem se aliar uma confusão de ordem material e social presente em germe por conta do egoísmo e das fantasiosas aspirações de uma vida como a das heroínas de romances. Emma destaca-se por seu porte; é convidada para ir ao baile na residência de um marquês e procura “prolongar a ilusão dessa vida luxuriosa que em breve seria preciso abandonar”; sua sogra “achava-a de um tipo por demais elevado para a posição de fortuna que tinham” e, após a festa, requereu de Charles elegâncias desconhecidas que o seduziam. Impacientada com Nastasie, a criada de Tostes, despede-a. E ao ser interpelada por seu marido a respeito da situação responde: “– Quem é que me impede?” (FLAUBERT, 2011, p. 123, 127, 136, 138).

Realmente, o único obstáculo capaz de paralisar todos os seus desejos e pretensões é a própria morte. Até então vemo-la oscilar entre o bem e o mal-estar, entre os arroubos de paixão anômica e a languidez melancólica egoísta, entre a satisfação material de objetos de luxo e o reflexivo recolhimento interior, interpretando ao mesmo tempo o duplo personagem que carrega as duas correntes suicidógenas da modernidade, cujo resultado é um suicídio misto: “Para preencher o vazio que sente em si, busca sensações novas; [...] mas também se

cansa mais depressa, e esse cansaço o lança de volta a si mesmo e reforça sua melancolia interior” (DURKHEIM, 2011, p. 369-370).

Assim, as disposições morais de Emma associam-se à ação das três correntes sociais que levam ao suicídio e que se intensificam em razão da aproximação do norte francês, berço da civilização, e de Rouen, um grande centro urbano. Enquanto o padre e o farmacêutico corriqueiramente digladiam-se a respeito da legitimidade dos escritos religiosos, Lheureux, o comerciante, lança esforços na tentativa de fazer de Emma sua melhor cliente.

Chega à Yonville junto com Emma, “tentando consolá-la” a respeito do sumiço de seu cachorro Djali. “Era um homem esperto, esse negociante”. Um dia, recebe sua visita em casa e põe-se a contemplar artigos de sua loja, procurando seduzi-la com elogios obsequiosos a respeito de sua distinta elegância, incompatível com as humildes ofertas de sua “lojinha”. Emma, contudo, resiste a essas primeiras investidas, mas não tem a mesma força para defender-se da invasão de sentimentos que começava a nutrir por León, seu primeiro amante (FLAUBERT, 2011, 165, 195-196).

Assim, a oportunidade para a invasão da corrente anômica sobre a consciência de Emma encontra a fresta pela qual pode se infiltrar:

Então, os apetites da carne, as cobiças do dinheiro e as melancolias da paixão, tudo se confundiu num mesmo sofrimento – e, em vez de desviar o pensamento, cada vez mais se prendia a ele, incitando a dor e buscando por toda a parte ocasiões. Ela se irritava com um prato mal servido, ou com uma porta entreaberta, gemia pelo veludo que não tinha, pela felicidade que lhe faltava, pelos seus sonhos por demais elevados, pela casa pequena demais. [...] Não era ele [Charles] o obstáculo a toda a felicidade, a causa de toda a miséria e como fecho pontudo dessa *correia complexa* que a prendia por todos os lados? [...]. A mediocridade doméstica a levava a fantasias luxuosas, a ternura matrimonial a desejos adúlteros. [...] logo se abria em sua alma um abismo vago, cheio de escuridão (FLAUBERT, 2011, p. 201-202) (grifos nossos).

Esse mecanismo complexo não é outra coisa senão a própria sociedade. Uma prisão, sob o ponto de vista da personagem. Sem dúvida, essa prisão de grades invisíveis se instalou ao seu redor com o auxílio de suas próprias predisposições. Apenas, experimenta o cerco dessa jaula com maior intensidade somente após seu casamento e sabe disso muito bem (FLAUBERT, 2011, p. 202).

Por outro lado, Felicité, a criada de Yonville, compara a conduta de Emma com a da filha de um antigo patrão: “[...], a senhora é justamente como a Guérine, [...] Ela estava tão triste, tão triste, [...]. O mal dela, [...], era uma espécie de nevoeiro que tinha na cabeça, e os médicos não podiam fazer nada, nem o padre tampouco”. Dessa perspectiva, vê-se a tristeza

de ambas corroborar os argumentos de Durkheim a respeito das correntes suicidógenas. Para o sociólogo, essa tristeza não é inerente ao indivíduo, mas reflete a situação do grupo – que, nesse caso, é o das mulheres – do qual faz parte e, assim, nenhum acontecimento específico é a causa imediata de sua morte. “Tudo depende da intensidade com que as causas suicidógenas agiram sobre o indivíduo” (DURKHEIM, 2011, p. 384-385; FLAUBERT, 2011, p. 202).

Após a partida de León, o estado de Emma se deteriora bastante e procura compensar a falta desse amor não carnal e idealizado por intermédio do consumo desenfreado de peças de requinte, com o intuito de suprir toda a lacuna que sobrara em seu coração:

O dia seguinte foi, para Emma, fúnebre. Tudo lhe pareceu envolto numa atmosfera negra que flutuava confusamente sobre o exterior das coisas, e a mágoa se engolfava em sua alma com uivos suaves, [...], a lassidão [...] aquela dor, enfim, que nos traz a interrupção de todo movimento costumeiro, a cessação brusca de uma vibração prolongada. [...] Como na volta de Vaubyessard, [...], ela tinha uma melancolia morna, um desespero entorpecido. [...], ele tinha ido embora, o único encanto da sua vida, a única esperança possível de uma felicidade! [...] Apossou-se dela a vontade de correr para encontrar-se com ele, [...], e os seus desejos, [...], só se tornavam mais ativos. [...], suas vontades de volúpia [...], seus projetos de felicidades [...], sua virtude estéril, suas esperanças desabadas, [...]. O amor, pouco a pouco, extinguiu-se pela ausência, [...]; mas, como o tufão continuasse a soprar, e a paixão se consumisse até as cinzas, e nenhum socorro lhe viesse, [...], fez-se noite completa por todos os lados, e ela ficou perdida em um frio terrível que trespassava. [...]. Ela se considerava agora muito mais infeliz: [...]. Comprou um genuflexório gótico e gastou cerca de catorze francos num mês em limões para limpar as unhas; escreveu a Rouen a fim de obter um vestido de casimira azul; escolheu na loja de Lheureux a mais bela das echarpes; e, com as janelas fechadas, com um livro na mão, ela ficava estendida num sofá nesses trajes. [...] Quis aprender italiano: comprou dicionários, uma gramática, uma provisão de papel branco. Tentou fazer leituras sérias da história e da filosofia. [...]. Mas acontecia com suas leituras o mesmo que com suas tapeçarias que, todas começadas, entulhavam o seu armário; ela as pegava, abandonava-as, passava a outras. [...] Apesar de seus ares evaporados [...], Emma, entretanto, não parecia alegre e, [...], conservava no canto da boca aquela contração imóvel que enrugava a fisionomia as solteironas e a dos ambiciosos decaídos (FLAUBERT, 2011, p. 218-221).

Assim, essas inconstâncias e alterações sentimentais irão dominar daí em diante toda a sua pessoa, sem nenhuma chance de equilíbrio ou interrupção, cessando apenas após o início de sua aventura amorosa, a qual, de fato, vem a consumir-se com Rodolphe. Em seu primeiro encontro, o fidalgo pressente o desamparo moral de sua vítima e, passo após passo, precipita-se em sua direção até conquistá-la com o pretexto de que com uma cavalgada pelo campo suas convalescenças ir-se-iam cessar. Com Rodolphe consegue efetivar os desejos inconfessos que reprimira por León. Deleita-se, em frente ao espelho, com a reviravolta de sua fisionomia, comemorando o novo estatuto de mulher adúltera. Antecipa os resultados deste enlace figurando imageticamente “as alegrias do amor, aquela febre da felicidade de que já tinha perdido as esperanças”. Realiza, afinal, o maior de seus desejos, aquele que se alimentara de

tantos enredos consumidos com empenho e ardor: “Tornava-se ela própria como uma *parte* verdadeira daquelas imaginações e realizava o longo devaneio de sua juventude, considerando-se o tipo de amante a quem tanto tinha invejado. Aliás, Emma experimentava uma satisfação de vingança” (FLAUBERT, 2011, p. 263) (grifos nossos).

Vinga-se da sua condição social, a prisão dissimulada sob a forma do matrimônio. E é Rodolphe quem a liberta. Foge, todos os dias, durante as madrugadas, para encontrá-lo; passa horas em sua casa observando a pompa de sua vida e de seus objetos, maquinando mil maneiras de viverem, a sós, as luxúrias desse amor encoberto. Com o tempo, ele torna-se “indispensável para a sua vida” e os riscos de um segredo tão imoral tornam-se cada vez mais pungentes, tanto quanto as ousadias dos encontros às escondidas em sua própria casa. No entanto, as coisas se amornam com o passar dos meses: desejava de seu amante mais seriedade e dramaticidade no romance, um sentimentalismo aflora em sua pessoa, o entusiasmo inicial chega ao fim passados seis meses, sente saudades do passado ao ler a carta do pai e acaba, por fim, arrependendo-se de não amar Charles da forma como ele o amara (FLAUBERT, 2011, p. 263-276).

O horizonte de felicidade que o marido pode lhe proporcionar está associado ao sucesso momentâneo da operação de Hipolyte. Idealizada e organizada com a ajuda de Homais, a cirurgia, à primeira vista bem-sucedida, concentra os esforços de Charles para superar a mediocridade de sua condição e, assim, atrelar ao seu sobrenome um status do qual não desfrutava. Emma sonhava com as glórias de seu esposo, subordinando sua felicidade ao êxito da empreitada. Mas seu ânimo começa a despencar à medida que a operação, após alguns dias, tende ao fracasso e resulta na amputação da perna do paciente. A humilhação de Charles acaba por repercutir em Emma, que resolve dar um basta em suas desgraças e retornar para os braços de seu amante (FLAUBERT, 2011, p. 277-291). A partir de então, todo o desprezo nutrido por Charles impulsiona-a para Rodolphe forçosamente. Não suporta mais o marido e a existência a que ele a submeteu. Torna-se a cortesã de um príncipe cujas qualidades em nada se comparam às de seu opressor por direito. E era preciso estar à altura de uma tal personalidade, embelezando-se, atulhando-se de bijuterias, de cremes, mantendo em dia a manicure e a alvura dos lenços e lençóis (FLAUBERT, 2011, p. 292).

Como por um ato compensatório, presentearia Hypollite com uma perna de pau, que “não ousando servir-se todos os dias de tão bela perna, suplicou a sra. Bovary que lhe arranjasse outra mais cômoda” (FLAUBERT, 2011, p. 293).

Foi o sr. Lhereux, o comerciante, que se encarregara da encomenda; isso lhe dava a oportunidade de frequentar Emma. Conversava com ela sobre as novas mercadorias vindas de Paris, mil curiosidades femininas, mostrava-se muito complacente e nunca pedia dinheiro. Emma se entregava a essa facilidade de satisfazer a todos os seus caprichos. Assim, ela quis ter, para dá-lo a Rodolphe, um belíssimo chicote que se encontrava em Rouen, numa loja de guarda-chuvas. O sr. Lhereux, na semana seguinte, colocou-o sobre sua mesa.

Mas no dia seguinte ele se apresentou na casa dela com uma fatura de duzentos e setenta francos, sem contar os centavos. Emma ficou muito embaraçada [...] (FLAUBERT, 2011, p. 293-294).

Por intermédio de seu representante, a corrente anômica encontra ocasião favorável para se intensificar sobre Emma. Aliás, Lheureux é apenas mais um entre os fornecedores cujos débitos os Bovary ainda precisam quitar. Mas é aquele que consegue destravar e superexcitar as ambições e os impulsos de consumo da personagem. O próprio Durkheim ressaltou o fato de que a anomia é constante e normal no mundo econômico, e que sua ação, com o desenvolvimento da indústria, afora estender-se para outras esferas da vida social (doméstica, sexual, etc.), desencadeou ao infinito os desejos e paixões, sem possibilidades de se constituir algum tipo de barreira que os limitassem (DURKHEIM, 2011, p. 324-325; FLAUBERT, 2011, p. 294).

Qualquer ser vivo só pode ser feliz ou até só pode viver se suas necessidades têm uma relação suficiente com seus meios. Caso contrário, se elas exigem mais do que lhes pode ser oferecido ou simplesmente algo diferente, estarão constantemente em atrito e não poderão funcionar sem dor (DURKHEIM, 2011, p. 311).

Como essa corrente extrapola sua esfera de ação imediata e avança por sobre toda a vida coletiva e individual, esses anseios materiais e emocionais correm o risco de estar apenas à mercê de nossa sensibilidade, “um abismo sem fundo que nada é capaz de preencher”, caso o processo de socialização não seja suficientemente forte e consolidado nos indivíduos, como é o caso da personagem aqui em questão (DURKHEIM, 2011, p. 313).

Sem dúvida, as exigências de Emma ultrapassam toda a sua realidade econômica, pois é preciso recorrer a notas promissórias e contar com o pagamento dos honorários de Charles para adquirir as novidades que Lheureux pode oferecer. Mas não é somente ao mundo material que seus desejos se apegam. Do ponto de vista sentimental, nunca está satisfeita. Charles, Rodolphe ou Léon só a satisfazem muito dificilmente e por alguns momentos antes que uma nova onda emotiva venha desestabilizá-la e fazê-la debater-se contra tudo que a rodeia. Nem sua filha Berthe fornece-lhe as provisões de sentimento maternal capazes de apaziguar seu coração.

Rodolphe, por um instante, enfeitiçado por palavras de amor e demonstrações exageradas de afeto, adentra os devaneios de Emma e se pega meditando sobre a possibilidade de fugirem. A imagem rapidamente se dissipa e o aristocrata cai em si, rejeitando todas as hipóteses dessa impulsiva peripécia. Por meio de uma carta, dá um basta nos vínculos que os atam. Um novo golpe em direção às expectativas de Emma (FLAUBERT, p. 299, 302-311). Essas colisões repetidamente são apresentadas pelos mais variados motivos e ilustram a fraqueza e a incompatibilidade de suas ações e anseios morais, materiais e sociais. Sua última saída é também seu último e derradeiro abalo.

Após sofrer pelo abandono de Rodolphe e mergulhar em tristeza, Emma dirige-se com o marido a Rouen a fim de assistir um novo espetáculo teatral. Lá reencontra seu primeiro admirador, Léon, mais velho, confiante e, desta vez, mais habilidoso com as questões do amor. Emma, por insistência de Charles, não retorna para casa e, ao lado do estudante de direito, passa mais algumas noites em Rouen. Ambos, enfim, materializam o ideal platônico construído ainda em Yonville quando o peso da moralidade, do matrimônio, da maternidade e da culpa impossibilitava o elo amoroso (FLAUBERT, 2011, p.329-330, 337, 339-340, 344, 346-348, 357-359). Novos pretextos e encontros às escondidas abalroam-se a supostas aulas de piano, diárias em hotéis, um pequeno mobiliário e, por isso, a renovação das promissórias de Lheureux. Intacto, o conto de fadas suportaria os êxtases da paixão provinciana, saboreada na grande cidade (FLAUBERT, 2011, p. 370-372, 375,377). Como o amante anterior, também Léon encantara-se por Emma. Contemplava-a admirando suas maneiras, suas roupas e seu porte. “Ela era a apaixonada de todos os romances, a heroína de todos os dramas, o vago *ela* de todos os volumes de versos”. Uma madona na qual seus olhos e sua alma podiam se expandir durante o período que passavam juntos em Rouen (FLAUBERT, 2011, p. 382-383).

Contudo, “o dia seguinte era medonho, e os seguintes eram mais intoleráveis ainda pela impaciência de Emma em recuperar sua felicidade”. Em outras palavras, conquanto não pudesse comprazer-se por meio de seus relacionamentos amorosos, ou por meio da aquisição material, não encontrava equilíbrio suficiente para manter-se em harmonia com a realidade social. Para tanto era preciso um verdadeiro malabarismo apto a dar conta das mentiras “em que ela envolvia o seu amor como em véus”, e dos embaraços da curiosidade e solicitações provincianas (FLAUBERT, 2011, p. 388-389).

Mas era improvável e praticamente impossível esgueirar-se de Lheureux. Assim, ao flagrar Emma e Léon de braços dados em Rouen, a chantageia – “Eu precisaria de dinheiro”.

“Ela declarou que não podia dar-lhe. Lheureux pôs-se a gemer e lembrou todas as complacências que ele tinha tido” (FLAUBERT, 2011, p. 389).

Com efeito, das duas promissórias subscritas por Charles, Emma até agora só havia pagado uma. Quanto à segunda, o comerciante, a pedido seu, tinha consentido em substituí-la por duas outras que tinham sido renovadas com prazo muito longo. Depois tirou do bolso uma lista de fornecimentos não pagos, a saber: as cortinas, o tapete, o tecido para as poltronas, vários vestidos e diversos artigos de toalete, cujo valor montava à quantia de dois mil francos aproximadamente.

Ela baixou a cabeça; ele retomou:

- Mas, se a senhora não tem dinheiro líquido, tem *bens* (FLAUBERT, 2011, p. 389).

Com a aquiescência de Emma, o comerciante toma a dianteira na venda de uma pequena casa pertencente à família Bovary. Instaure-se, por essa via, uma nova fonte de riquezas. “Um horizonte de fantasias realizáveis abriu-se então diante de Emma”. Por outro lado, Charles, assustado com a chegada de uma promissória que desconhecia, também recorre ao comerciante sob o compromisso de assinar mais duas promissórias e no intuito de “acalmar as coisas”. Isto atesta novamente a declaração de Durkheim sobre a anomia no mundo econômico, tendo em vista que a essa altura todos os bens da família Bovary estão ou podem estar sob o domínio contratual de Lheureux (FLAUBERT, 390-392).

Daqui em diante percorremos as brigas com a mãe Bovary, outro ataque de nervos, transbordamentos com Léon e gozos da vida. “Tornava-se irritável, gulosa, voluptuosa”. Como outrora, desejava dele algo a mais, uma espécie de romantismo lírico. Impacientou-se quando não pôde comparecer ao encontro marcado e duvidou de sua coragem para atos de bravura romanesca. “Não estava feliz, nunca tinha estado”. “Cada sorriso escondia um bocejo de tédio, cada alegria uma maldição, cada prazer o seu desgosto, e os melhores beijos não deixavam nos lábios senão uma irrealizável vontade de uma volúpia mais alta” (FLAUBERT, 2011, p. 393-394, 396, 401, 403).

Nada, portanto, poderia abarrotar o infinito de suas paixões. “Pois desejos ilimitados são insaciáveis por definição e não é sem razão que se considera a insaciabilidade como sinal de morbidez. Já que nada os limita, eles sempre ultrapassam os meios de que dispõem. Nada, portanto, pode acalmá-los. Uma sede inextinguível é um suplício perpetuamente renovado” (DURKHEIM, 2011, p. 313; FLAUBERT, 2011, p. 403). Porque viver como em um romance é ir ao enalço de um fim inalcançável por si mesmo, vemo-la descontente em toda sua trajetória. Suas paixões não têm limites, avançam progressivamente e, então, não podem jamais chegar a um termo. Emma é por si mesma inapta para lhes dosar a medida, e a força

reguladora que pode contê-los não age suficientemente neste sentido (DURKHEIM, 2011, p. 303, 314-315).

Por outro lado, vimos quão isolada está do meio social, tendência que vai se agravar bastante ao longo do romance, bem ao lado de seus desejos. Pouco a pouco começa a rejeitar todos a sua volta, incluindo Léon. Ele já não mais corresponde ao homem dos seus sonhos. Imaginava agora um homem ideal, repleto de todas as qualidades dos heróis romanescos que Charles ou os outros dois não puderam contemplar. “Ela experimentava agora uma lassidão incessante e universal”. “Gostaria de não viver mais, ou de dormir continuamente”. “Tudo e ela mesma lhe eram insuportáveis” (FLAUBERT, 2011, p. 409-412).

Emma foge à regra das conclusões mais gerais de Durkheim acerca da mulher. É certo que a participação da mulher é inferior à do homem nas taxas estatísticas, mesmo em comparação com os países observados (França, Alemanha, Itália, etc.). Contudo, essa diferença é atribuída ao nível de instrução, à conduta mais orientada pelo tradicionalismo e pelo fato de “não [ter] grandes necessidades intelectuais”. Enfim, é antes resultado da rudeza de sua sensibilidade e do pouco grau de sociabilidade que lhe é necessária. A mulher teria, então, poucos desejos e satisfazê-los-ia com pouca coisa (DURKHEIM, 2011, p. 197, 221-22, 267-268).

Ora, esse não é o caso da personagem. Já salientamos o quanto Emma é uma mulher da modernidade: suas leituras vão dos clássicos da literatura aos da filosofia francesa, porta-se como alguém da cidade grande, está sempre atenta às últimas modas. Mas é preciso destacar que em parte alguma suas ações estão de acordo com as crenças estabelecidas e, mesmo quando tem de se dobrar aos acontecimentos que não pode conter, imagina-os de um modo mais romanesco (como é o caso de seu casamento, por exemplo). Destarte, seus movimentos estão em função de suas aspirações e anseios emocionais. “O individualismo excessivo não tem por resultado apenas favorecer a ação das causas suicidógenas, mas é, em si mesmo, uma causa desse gênero. Além de desvencilhar de um obstáculo utilmente coercivo a propensão que impele os homens a se matar, ele cria essa propensão integralmente” (DURKHEIM, 2011, p. 190, 260). Mas sem nenhum elo com a sociedade, ou com um dos grupos que a compõem, é improvável que o indivíduo possa conter as exigências que ele mesmo vislumbra para si, pois a influência moderadora dos apetites particulares não pode se exercer sem sua intervenção. O vínculo de dependência entre este e aqueles grupos sociais não pode se enfraquecer sem que lhe sejam deixados à sua própria fortuna os marcos de seus interesses

próprios. A participação na vida coletiva é requisito fundamental para escapar à ação das correntes de pensamento que conduzem ao suicídio e uma fonte de energia na qual os indivíduos podem renovar-se. Uma vez que é o homem socializado que define a grandeza da existência, “num tal estado de abalo, as menores causas podem facilmente dar origem às resoluções desesperadas” (DURKHEIM, 2011, p. 258-259, 264).

Emma viu o próprio mundo desabar diante de si por não conter a si mesma. Desejava tudo, porém nada lhe era suficiente. O casamento era o seu claustro, não pôde oferecer nada além de um sopro de felicidade que durou poucos meses. Tampouco seus amantes puderam reconfortá-la, antes a tendo decepcionado pelo medo de fugir e a salvar de suas torturas. Os objetos do mundo material que tinham lhe “suavizado a amargura da vida” agora estavam sendo retomados por conta da penhora das promissórias de Lheureux. Está sem força, fadigada, sem recursos para reaver seus bens. “Sentia-se perdida, rodando ao acaso em abismos indefiníveis”. Mas, apesar disso, “nunca tinha tido tanta estima por si mesma, nem tanto desprezo pelos outros” (FLAUBERT, 2011, p. 417, 419-420, 422, 426).

Sintoma da ascensão da vida moderna e do esfacelamento das crenças e práticas tradicionais, esse individualismo exagerado que observamos impede qualquer ligação um pouco mais sólida com algo que não os próprios desejos e paixões. Para ela, a felicidade não pode ser definida, vivendo, por essa razão, em constante estado de perturbação. As necessidades, à medida que são atingidas, geram outras mais novas, fazendo seguir adiante a linha demarcatória de suas ambições. Estas, superexcitadas, “vão sempre além dos resultados obtidos, sejam eles quais forem, pois elas não são advertidas de que não devem avançar mais. Nada as contenta, portanto, e toda essa agitação alimenta a si mesma, perpetuamente, sem conseguir saciar-se” (DURKHEIM, 2011, p. 314, 317, 322).

Toda sua atividade é voltada para si mesma e, como finalidade, é insuficiente. A sociedade não lhe é objeto de respeito uma vez que não a ultrapassa, não desempenhando, enfim, o poder moderador de sua autoridade moral. Faltando esse marco moral imposto por esta força superior, sem regular as paixões individuais, estes fascínios correm soltos sem direção. “Pois todo ser, sendo parte do universo, é relativo ao resto do universo; sua natureza e a maneira pela qual ele a manifesta não dependem, portanto, apenas dele mesmo, mas dos outros seres que, por conseguinte, o contêm e o regulam” (DURKHEIM, 2011, p. 260, 315, 319-320).

A realidade parece não ter valor em comparação com o que as imaginações febris vislumbram como possível; desligamo-nos dela, portanto, mas para nos desligar do

possível quando, por sua vez, ele se torna realidade. Temos sede de coisas novas, de prazeres ignorados, de sensações inominadas, mas que perdem todo o sabor assim que se tornam conhecidas. Então, ao sobrevir o menor revés, não temos força para suportá-lo. A febre despenca e percebemos que o tumulto era estéril e que todas aquelas sensações novas, indefinidamente acumuladas, não conseguiram constituir um sólido capital de felicidade do qual pudéssemos viver nos dias de provação. [...] o homem que sempre esperou tudo no futuro, que viveu com os olhos fixos no futuro, nada tem no passado que o console dos amargores do presente, pois o passado foi para ele apenas uma série de etapas atravessadas com impaciência. O que lhe permitia não enxergar a si mesmo era o fato de sempre contar com encontrar mais adiante a felicidade que ainda não encontrara até então. Mas eis que foi detido em sua caminhada; não tem mais nada, nem atrás nem à frente, em que repousar o olhar. O cansaço, aliás, é suficiente por si só para produzir o desencanto, pois é difícil não sentir, com o tempo, a inutilidade de uma perseguição interminável (DURKHEIM, 2011, p. 325-326).

A exasperação de Emma cessa com sua morte. Não há nada mais que se possa fazer para mitigar seu desespero. Só resta a Charles lidar com seu sofrimento e encaminhar a cerimônia do funeral. Incrédulo e irado, para tal, é auxiliado por Bournisien e Homais. Enquanto é preciso dar apoio ao agente de saúde neste difícil momento, ambos mantêm em dia a política da boa vizinhança. Mas logo Charles retira-se do cômodo no qual se encontra o cadáver de sua esposa, a diplomacia é deixada de lado. A desavença é constantemente entrecortada pela presença de Charles que não consegue evitar afastar-se por muito tempo, vindo, de tempos em tempos, admirar o corpo estendido na cama (FLAUBERT, 2011, p. 452, 454).

O boticário, a quem o silêncio pesava, não tardou a formular algumas queixas sobre aquela ‘infortunada jovem senhora’; e o padre respondeu que nada mais restava a fazer senão rezar por ela.

— Entretanto — retomou Homais —, de duas uma: ou ela morreu em estado de graça (como se exprime a Igreja), e então não tem nenhuma necessidade de nossas orações; ou morreu impenitente (é, creio eu, a expressão eclesiástica), e então...

Bournisien interrompeu-o, replicando em tom ríspido que nem por isso se devia deixar de rezar.

— Mas — objetou o farmacêutico —, pois que Deus conhece todas as nossas necessidades, para que pode servir a oração?

— Como! — fez o eclesiástico —, a oração! Você então não é cristão?

— Perdoe! — disse Homais —; admiro o cristianismo. Ele primeiro libertou os escravos, introduziu no mundo uma moral...

— Não se trata disso! Todos os textos...

— Oh! Oh! Quanto aos textos, abra a história; sabe-se que eles foram falsificados pelos jesuítas.

[...] Eles se esquentavam, estavam vermelhos, falavam ao mesmo tempo sem se escutar; Bournisien escandalizava-se com tamanha audácia; Homais maravilhava-se com tamanha burrice; [...] Homais atacou a confissão. Bournisien defendeu-a; [...] Estavam face a face um com o outro, barriga para a frente, rosto intumescido, com jeito amuado, depois de tanto desacordo encontrando-se finalmente na mesma fraqueza humana; e não se mexiam mais do que o cadáver ao seu lado, [...] O farmacêutico e o vigário voltaram a mergulhar em suas ocupações, não sem dormir de vez em quando, coisa de que se acusavam reciprocamente a cada novo despertar.

Então o sr. Bournisien aspergia o quarto com água benta e Homais jogava um pouco de cloro no chão (FLAUBERT, 2011, p. 456-457, 459-461).

A correlação de forças entre um e outro tende a fazer-nos interpretar toda essa querela como devidamente equilibrada, posto que ao seu término vemos os representantes brindarem enquanto dividem um “queijo e uma broa grande”. Todavia, Lheureux não se mostra nem um pouco sensibilizado com o que aconteceu e põe-se a insuflar seu amigo banqueiro, interessado em ressarcir o crédito concedido a Emma. “Apesar da economia em que vivia Bovary, estava longe de poder amortecer as antigas dívidas. Lheureux recusou renovar qualquer promissória. O confisco dos bens tornou-se iminente” (FLAUBERT, 2011, p. 470, 475).

O comerciante não faz mais que dar prosseguimento à ação da anomia no plano econômico, seu reino por excelência. Sob esse ponto de vista, continua a estimular os desejos e as paixões dos outros habitantes de Yonville:

[...] a dona da hospedaria não o escutava [Charles] com atenção, tendo como ele mágoas, pois o sr. Lheureux acabara de estabelecer as *Favoritas do comércio*, e Hivert, que gozava de grande reputação pelas comissões, exigia um acréscimo de estipêndios e ameaçava aderir ‘à concorrência’ (FLAUBERT, 2011, p. 478).

A partir dos anos 1850, os efeitos do avanço da modernidade sobre a vida social francesa não deixaram de ser representados sob a forma literária. Gustave Flaubert abordou os problemas do mundo social como “*se não falasse dele*”. Assim o fez no romance aqui examinado (BOURDIEU, 1996, p. 17). O suicídio e as paixões exacerbadas também são temas retratados fora da ordem da literatura. A segunda obra de Émile Durkheim interpela-os diretamente a partir de um modelo de análise pautado por princípios teórico-metodológicos que objetivavam a compreensão científica da realidade social sob o ponto de vista da sociologia.

Os esforços empreendidos pelos dois autores não podem, por sua vez, ser desvinculados do quadro político e social mais abrangente, bem como das lutas internas de cada campo de produção simbólica à qual se referem. Este será um dos tópicos do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A AUTONOMIZAÇÃO DOS CAMPOS DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA

Émile Durkheim liderava o movimento intelectual determinado a modificar as noções de sociologia em vigor desde os anos 1870 e então fundamentadas no corpo de conhecimentos das tradições intelectuais. Ainda fortemente escoradas em uma tradição humanista e literária, portavam preceitos que as aproximavam da filosofia idealista e da psicologia social, disciplinas atreladas ao campo literário (CONSOLIM, 2007, p. 52). Esta ala mais conservadora do campo intelectual francês, na verdade, movia esforços para, institucionalmente, inviabilizar a consolidação institucional da sociologia durkheimiana.

Mas o autor de *As formas elementares da vida religiosa* não era o único a vislumbrar os entraves e resistências quanto a uma formulação científica para a sociologia (CONSOLIM, 2007, p. 53). Para René Worms, “as Faculdades de Direito e a École Libre de Sciences Politiques eram locais de ensino de ‘arte’ e não de ‘ciência’ e, por sua vez, os professores da Faculdade de Letras tinham disposições muito ‘estéticas’ e ‘subjetivas’ e faltava-lhes uma visão objetiva e científica” (CONSOLIM, 2007, p. 53). Essa visão não é outra senão aquela insistentemente professada por Durkheim ao longo de seus principais trabalhos, qual seja, um ponto de vista fundamental para lançar sobre os objetos de sua sociologia os princípios metodológicos já existentes nas outras ciências positivas. Pois, como encerra Worms, àquele grupo carecia também o “conhecimento da biologia”, do qual Durkheim não abriu mão, principalmente em *Da divisão do trabalho social*.

Tais disputas no campo intelectual francês entre um polo literário/filosófico e outro científico/sociológico conduziram, paulatinamente, o desenvolvimento do escopo sociológico de Émile Durkheim. Vemos ao longo de sua produção bibliográfica, nos temas e em seus desdobramentos, uma permanente discussão acerca de questões de ordem epistemológica. Esses enfrentamentos teórico-metodológicos explicam em grande parte as mudanças no curso de sua trajetória intelectual na medida em que se tornam cada vez mais agudos de uma obra à outra. Em todas as suas grandes obras subjaz a clássica questão indivíduo/sociedade, tão cara à ciência sociológica. Na verdade, esse problema teórico é o principal condutor dos debates no campo intelectual com os quais Durkheim se digladiava. A temática de seus livros, a despeito das aparências, não diz respeito a outra coisa. Ademais, seus opositores o associavam à ruína do prestígio que outrora detinham.

Comparemos, por exemplo, a opinião de Worms acerca daqueles professores com uma passagem do prefácio à primeira edição de *Da divisão do trabalho social*:

[...] seus hábitos de espírito e as tradições que lhe estão impregnadas fazem deles *literatos delicados e pedagogos* por vezes notáveis [...] (WORMS, 1905, p. 940 apud CONSOLIM, 2007, p. 53) (grifos nossos).

Toda a diferença [no modo como a moral é abordada neste trabalho, em comparação aos outros estudiosos] está em que eles a estudam de uma maneira muito sumária, contentam-se inclusive em transformar um movimento de sua sensibilidade, uma *aspiração* um tanto viva de seu coração, que, no entanto, nada mais é que um fato, numa espécie de *imperativo*, diante do qual inclinam sua razão e nos pedem que inclinemos a nossa (DURKHEIM, 1999, p. 45) (grifos nossos).

Segundo Consolim, a posição de Worms junto ao campo intelectual francês tende a obscurecer as divisões entre os representantes dos dois polos envolvidos na luta pela legitimidade científica e institucional. Mas, embora tenha uma disposição mais moderada nesse ambiente, suas apreciações vão de encontro às de Durkheim quando se trata de caracterizar o mote desses intelectuais no tratamento da moral enquanto objeto de apreciação e produção do conhecimento científico (CONSOLIM, 2007, p. 53).

Em sua primeira obra, Durkheim evidencia qual é o principal vetor a nortear a sua sociologia: a *razão*, que não se deve subjugar frente ao *sentimento*, à sensibilidade, de seus contendores. Tão logo seja esta sua premissa de compreensão da vida social, é de se esperar que a encontremos em vários momentos de seus trabalhos. Mas, como tal, em sua forma pura, por assim dizer, a razão não pode se aplicar sobre todas as coisas. É preciso um anteparo apto a proteger-lhe contra as invasões de nossa própria subjetividade, de nossas prenoções, das aspirações idealizadas de nosso coração. Tal é o mérito do *método* em sua ciência. Aliás, a ciência, escreve Durkheim, “nada mais é que a consciência levada a seu mais alto ponto de clareza [...] é um *campo* de ação aberto à iniciativa de todos”, que supõe “disposições especiais” (DURKHEIM, 1999, p. 17-18) (grifos nossos).

O campo no qual a ciência francesa era produzida nos últimos anos do século XIX se encontrava desimpedido para toda espécie de empreendimento disciplinar, e não era muito diferente no específico caso da sociologia. Esse foi um dos motivos que levou Émile Durkheim a empunhar tão firmemente suas prescrições metodológicas ao deparar-se com os principais problemas teóricos e as muitas dificuldades práticas que rondavam a ciência sociológica. Pois até o momento em que debutara no campo intelectual francês, no final dos anos 1880, a sociologia estava nas mãos daqueles intelectuais formados pelos antigos padrões de educação religiosa e humanista, ainda vinculados a uma postura literária na qual o

sentimento (ou a sensibilidade) preenchia todos os requisitos da produção do conhecimento.

No período de transição do século XIX para o século XX:

[...] também na França a sociologia ainda era uma disciplina incipiente. Certamente Comte já lhe dera um nome – essa forma mista do grego e do latim, que soava tão horrível não somente para aqueles que tinham formação clássica –, mas ninguém sabia dizer qual era efetivamente o objeto da sociologia e em que consistia seu método específico. As diferenças entre os poucos intelectuais que já se autodesignavam sociólogos eram enormes, e de resto havia uma série de disciplinas concorrentes, como a filosofia, a história e a psicologia, que faziam o possível para que a nova disciplina parecesse supérflua (LEPENIES, 1996, p. 67).

Idealizada em meio a uma disputa pela aquisição de legitimidade científica e institucional, a sociologia de Durkheim contou, por um lado, com todo o apoio das reformas políticas no sistema educacional francês e, por outro, com a “crescente autonomização do campo universitário e a correspondente profissionalização das ciências sociais” durante a Terceira República. Polêmica em sua origem, a sociologia durkheimiana se viu obrigada a enfronhar-se no sistema universitário. O que não significa dizer que essa inserção não tenha encontrado opositores ávidos por extingui-la das instituições onde pudera encontrar abrigo, principalmente a Nouvelle Sorbonne (CONSOLIM, 2007, p. 1, 16-17; LEPENIES, 1996, p. 1, 59, 67).

O conteúdo das obras de Durkheim pode ser mais bem iluminado a partir do tenso combate entre as duas alas em confronto no campo intelectual francês nos últimos anos do século XIX. O processo de autonomização do campo intelectual, as condições políticas e sociais e o projeto durkheimiano ligam-se, por sua vez, a um conjunto de posições e relações cruzadas entre os agentes e instituições de ensino envolvidas no episódio. Tais fatores contribuíram em grande medida para a legitimação científica e institucional que culminou na consolidação de sua sociologia como a doutrina por excelência da Terceira República e a “ciência-chave da Nova Sorbonne”, relegando a segundo plano a filosofia que então ocupava tal posição (CONSOLIM, 2007; LEPENIES, 1996, p. 59).

O “ideal de cientificidade” de Durkheim tornou-se um perigo iminente para a velha tradição intelectual porque “a sociologia era menos uma disciplina cujo progresso dependia de indivíduos formados do que da formação de grupos de pesquisa capazes de trabalhar com eficácia. Para isso eram necessários divisão do trabalho e cooperação”. Não é, portanto, à toa que o tema da divisão do trabalho, especialmente o modo como foi abordado, revelavam-se uma ofensa e pudessem incitar tanto furor entre os representantes da cultura clássica francesa (LEPENIES, 1996, p. 56). A sociologia era uma ciência da modernidade. Na França do final

do século XIX, este parentesco se chocava com as aspirações dos filhos das classes aristocráticas. Habitados a ocupar posições de prestígio nas instituições de ensino superior, perceberam-se acuados pela nascente disciplina, principalmente a partir do momento em que a sociologia começou a espalhar-se pelo sistema de ensino em função da atuação de Durkheim e de sua equipe e colaboradores, aglomerando em seu entorno um grande número de interessados em seus novos métodos e técnicas de pesquisa. A cisão do campo intelectual entre tradicionalistas e modernistas também foi o resultado do processo de modernização e democratização que vinha se intensificando no decorrer do século. Impulsionando a autonomia do campo intelectual universitário, tal processo redefiniu os critérios de consagração no ensino superior. A clássica formação dos *honnête homme*, os “homens de letras” franceses, perderia o peso que outrora detinha no sistema de educação, garantindo, então, uma posição segura em uma de suas instituições. Minando os princípios epistemológicos das disciplinas tradicionais ligadas ao polo literário do campo intelectual, “o avanço do *sprit démocratique*, essa consequência perniciosa da Revolução, não apenas enfraquecera politicamente a França, como também havia prejudicado a ciência francesa” (LEPENIES, 1996, p. 67).

Durkheim encarnava um dos males da modernização: o perigo de “degeneração” da cultura clássica francesa, o desaparecimento dos verdadeiros valores da França. Havia na sociologia de Durkheim, segundo a perspectiva conservadora, uma tendência a substituir a tradição literária e humanista da cultura francesa por uma ciência estrangeira, especialmente alemã. Tais sinais de deterioração estariam difusos em seus trabalhos de sociologia, contaminando as mentes dos jovens estudantes, ou seja, ameaçando o “refinamento” de seus cérebros. Treinados e domesticados no uso de técnicas de pesquisa concernentes ao âmbito das novas ciências emergentes, os colaboradores e seguidores da sociologia durkheimiana deixaram de lado a feição mais literária de sua formação, uma vez que esse era um período em que o recrutamento da sociologia integrava diferentes indivíduos das mais diversas formações. “O trabalhador sociológico deveria substituir o gênio literário original: esse era o verdadeiro escândalo da Nova Sorbonne” (LEPENIES, 1996, p. 57).

Consolim lembra-nos que essa oposição em dois polos está estreitamente vinculada “à prática e à representação da função do intelectual”, cada ala representando uma concepção e um polo específico. Segundo a autora:

No campo intelectual francês, diferentemente do alemão, a posição intelectual dominante ainda era ocupada pelo ‘homem de letras’, ligado ao polo literário, a uma

produção culta e voltada para o público burguês. [...]. Em 1893, quando Durkheim criticou a cultura generalista e defendeu a especialização intelectual, foi considerado um “germanizado” pela ala literária (CONSOLIM, 2007, p. 26).

Vê-se, desse modo, o quanto a ala modernista de Durkheim aterrorizava os setores mais conservadores a respeito da abertura de novas possibilidades institucionais para a implementação de sua sociologia, aqueles perdendo progressivamente sua posição de prestígio. Aliás, enquanto ciência, a própria noção de sociologia estava em jogo. Era uma das arenas do confronto no campo intelectual nos anos 1880-1900, ou seja, no momento em que as primeiras publicações de Durkheim vinham a público. Era preciso fazer alguma coisa, uma ciência originalmente francesa não poderia se desnaturar e se tornar alemã. Além disso, “o vocabulário da fábrica penetrava a universidade” e se tornou corriqueiro o fato de que “os professores se comparassem a pedreiros e nada quisessem saber de arte ou literatura”. O polo literário também execrava o “culto da especialização” tão logo, em função da autonomização do campo intelectual, a divisão do trabalho intensificava cada vez mais o ambiente universitário e as antigas disciplinas estivessem perdendo o peso curricular na formação dos novos profissionais da intelectualidade francesa (CONSOLIM, 2007; LEPENIES, 1996, p. 56-58).

“Na virada do século, Gabriel Tarde disputava com René Worms e Émile Durkheim a supremacia na sociologia francesa”. Diferentes interesses, disposições e concepções de ciência se articulavam e se contrapunham nas instituições de ensino superior. Contudo, era Durkheim quem detinha a vantagem e encabeçava os principais avanços teóricos e metodológicos da disciplina. Sua sociologia alinhava-se com os princípios e perspectivas da Terceira República, o que garantia, desse modo, uma posição de destaque e influência tanto no Ministério da Educação quanto na Nova Sorbonne, onde era, além de um “coordenador de estudos, um regente e um monarca absoluto” (LEPENIES, 1996, p. 59-60).

O processo de autonomização do campo científico nas duas últimas décadas do século XIX reverberou nas obras de autores que constituíam os soldados das alas em choque. No caso de Durkheim, em suas obras essenciais, muitos são os indicadores capazes de explicitar as rusgas com os escritores do polo literário. Os melhores exemplos são fornecidos por excertos de *O suicídio*, pois esse trabalho permite um melhor realce de seus mais válidos pressupostos, tal o modo pelo qual o argumento está sistematizado. Uma passagem, logo no prefácio, é capaz de nos remeter às críticas contra suas opiniões favoráveis à especialização da sociologia, pois toca em mais de um ponto das polêmicas do campo. Diz Durkheim:

O método sociológico, tal como o empregamos [em *Da divisão do trabalho social* e em *As regras do método sociológico*], baseia-se inteiramente no princípio fundamental de que os fatos sociais devem ser estudados como coisas, ou seja, como realidades exteriores ao indivíduo. Não há preceito que nos tenha sido mais contestado; não há outro, no entanto, que seja mais fundamental. Pois, enfim, para que a sociologia seja possível, é preciso antes de mais nada que ela tenha uma realidade a conhecer, e que essa realidade não caiba a outras ciências. Mas, se não há nada de real fora das consciências particulares, ela desaparece por falta de uma matéria que lhe seja própria. O único objeto ao qual se pode, então, aplicar a observação são os estados mentais do indivíduo, uma vez que não existe mais nada do que isso. E tratar deles cabe à psicologia (DURKHEIM, 2011, p. 5).

O uso correto do método sociológico, a exclusividade de uma realidade que não se confunda com a de outras ciências, como é o caso da psicologia, e o tom de réplica sinalizam a força e a ação do processo de autonomização. Em todo caso, deve-se recordar do tema do livro, por si só outro indicador de atritos e desavenças bastante pertinente. Tão logo diga respeito ao estudo do suicídio, aparentemente um fenômeno de ordem psicológica, o texto acaba por contemplar em sua primeira parte o escrutínio das hipóteses de suas alegadas e supostas causas, como a neurastenia, a hereditariedade, o alcoolismo, etc. Todas correlacionadas às explicações de disciplinas já consolidadas nas instituições de ensino superior, como a criminologia e a psicologia social, de Gabriel Tarde – que “gentilmente” disponibilizou os dados, quando “chefe do serviço de estatística judiciária” do Ministério de Justiça (DURKHEIM, 2011, p. 6).

Tarde, no entanto, era um dos autores reunidos em torno do polo literário do campo intelectual e quem formulou uma das categorias centrais a concorrer para o desenvolvimento do programa de pesquisa durkheimiano: o conceito de *imitação*. A partir deste conceito, o adversário de Durkheim pretendeu esclarecer acontecimentos de ordem da vida social, partindo do primado do indivíduo. O indivíduo, por sua vez, tinha participação reduzida na sociologia de Durkheim. Para o autor, a sociologia deveria abordar “forças reais, vivas e atuantes”, independente dos indivíduos, a despeito de sua participação na origem das mesmas. Em busca de uma sociologia objetiva, Émile Durkheim antepunha “realidades tão definidas e resistentes quanto aqueles *de que* trata o psicólogo ou o biólogo” como seus objetos de pesquisa, forçando, com alguma veemência, os ataques aos intelectuais de formação clássica e críticos ferrenhos da especialização científica. O autor de *As formas elementares da vida religiosa* repetia em seus trabalhos que era preciso varrer da ciência “o gosto pelas generalidades vagas” há muito integrado nos resultados de pesquisas daqueles autores (DURKHEIM, 2011, p. 5- 6).

Igualmente, o cuidado com a definição do problema de pesquisa é um exemplo do rigor aplicado sobre os quadros teórico-metodológicos com os quais se deparava na sociologia francesa. Assim, quanto mais demarcados e circunscritos os fatos cabíveis ao sociólogo tanto melhor seria a compreensão e a resolução dos principais obstáculos epistemológicos que vinham se acumulando na produção do conhecimento sobre a realidade social e impedindo o avanço dos resultados da sociologia, inviabilizando sua credibilidade no quadro das ciências que poderiam responder às atuais questões da modernidade.

Se, portanto, nos deixarmos guiar pela acepção geralmente aceita, correremos o risco de distinguir o que deve ser confundido ou de confundir o que deve ser distinguido, de ignorar assim o verdadeiro parentesco das coisas e, conseqüentemente, de nos enganarmos sobre sua natureza. [...], o cientista não pode tomar como objetos de suas pesquisas os grupos de fatos já constituídos aos quais correspondem as palavras da língua corrente. É obrigado a constituir os grupos que deseja estudar, a fim de lhes dar a homogeneidade e especificidade que lhes são necessárias para poderem ser tratados cientificamente. É assim que o botânico, quando fala de flores e frutos, o zoólogo, quando fala de peixes ou de insetos, tomam esses diversos termos em sentidos que tiveram de estabelecer previamente (DURKHEIM, 2011, p. 9-10).

Durkheim reitera a distinção entre as especialidades e os domínios de seus estudos, uma estratégia para afirmar sua posição no ambiente intelectual e reivindicar para si o estudo dos fatos sociais. Defensor de reformas no sistema de ensino e da especialização das ciências, acreditava na eficácia do uso de uma metodologia adequada para “constituir uma categoria de objetos, que, [...] objetivamente fundamentada [...], corresponda a uma natureza determinada de coisas”. E sobre o grupo assim designado, a metodologia interpelaria causas e origens, eliminando inclusive as próprias representações que os estudiosos *a priori* fazem da vida social. Assim é com a definição do suicídio, estudo de um fenômeno cujas “causas da morte situam-se fora de nós muito mais do que em nós e só nos atingem se nos aventuramos em sua esfera de ação” (DURKHEIM, 2011, p. 11-12).

Portanto, as preciosas singularidade e sensibilidade do indivíduo da psicologia social de Gabriel Tarde, e de outras disciplinas do polo literário do campo intelectual, foram deixadas de lado na sociologia durkheimiana, e isso mesmo em uma obra encarregada de levantar e responder indagações sobre uma ação exclusivamente individual que, aparentemente, não tinha qualquer ligação com os procedimentos metodológicos definidos em *As regras do método sociológico*. Existia ainda o problema da subjetividade dos sujeitos, pois, como “a intenção é algo muito íntimo para poder ser apreendida de fora, a não ser por aproximações grosseiras, ela se furta até mesmo à observação interior”, ou seja, a impossibilidade de atingir

as representações individuais após o suicídio e dar-lhes consistência no modelo de análise (DURKHEIM, 2011, p. 12).

Contanto, Durkheim seguia se interrogando:

Mas o fato assim definido interessará ao sociólogo? Uma vez que o suicídio é um ato do indivíduo que afeta apenas o indivíduo, parece que deve depender exclusivamente de fatores individuais e que pertence, conseqüentemente, unicamente ao domínio da psicologia (DURKHEIM, 2011, p. 16-17).

O desígnio de sua sociologia seria a de abordar o suicídio por um “aspecto totalmente diferente”. Os dados estatísticos forneceram-lhe essa possibilidade. A soma dos casos particulares deu-lhe uma unidade de observação e análise. Nada o impediu de debruçar-se para a compreensão do suicídio a partir deste novo ângulo teórico-metodológico. “Se exauriu em vigílias” de “um suicídio embrionário” que correspondia “aos atos de coragem e devoção” encerrados no universo do trabalho científico especializado (DURKHEIM, 2011, p. 16-17).

Mas todo o esforço da empreitada é uma das repercussões do processo de autonomização do campo universitário. As exigências para ocupar um posto de professor em algumas das universidades francesas se alteraram drasticamente. Critérios econômicos e sociais já não tinham a mesma influência de poucas décadas anteriores no recrutamento para estes cargos. Foram os próprios critérios do campo científico que passaram a valer a partir dos anos 1880, e a reação de setores conservadores com formação humanista tradicional foi associar democracia e decadência. Decadência da nação, da língua, do ensino e decadência da ciência francesa (CONSOLIM, 2007, p. 20-22; LEPENIES, 1996, p. 58).

Durkheim estava na ponta da equipe responsável por oferecer o modelo de ciência da Terceira República. Um modelo que dispensasse, entre as outras “carências da velha universidade”, o sentimento e a sensibilidade como espinha dorsal da produção do conhecimento acerca da realidade social. Não era, aliás, o único a defender a saída destes móveis filosóficos (LEPENIES, 1996, p. 59). As ciências positivistas conquistaram nas últimas décadas do século XIX a simpatia dos republicanos em razão de seus práticos resultados para o desenvolvimento da França democrática. A sociologia, por sua vez, abraçou as chances de consolidar-se de uma vez por todas no sistema de ensino superior e, não por acaso, Durkheim e outros, como Worms e Tarde, disputaram com fervor a dianteira do modelo epistemológico da nova ciência. Era Durkheim quem conquistava simpatizantes, embora também ganhasse críticos defensores da antiga formação intelectual francesa.

A sociologia de Tarde era basicamente psicologia social; para ele, a sociedade era governada quase exclusivamente pelos processos do inventar e do imitar. Tarde era

antideterminista e estava convencido de que toda sociedade se dividia em pequena elite criadora e uma grande massa limitada à imitação. Seu currículo revela uma brilhante carreira, mas ele não conseguiu encontrar seguidores e discípulos que mantivessem viva sua doutrina. A cadeira no Collège de France trazia mais prestígio que uma posição na Sorbonne, mas, em contrapartida, a influência sobre a instrução pública era mínima. Logo Tarde se veria eclipsado – apesar de seu sucesso entre a alta burguesia, nos salões e entre os católicos – pela sombra de Durkheim, que havia muito reunido uma equipe a sua volta e se concentrara na revista *Année sociologique*. A tentativa de Tarde de transformar a *chaire de philosophie moderne* do Collège de France numa cadeira de psicologia sociológica fracassou. Morreu em 1904 (LEPENIES, 1996, p. 61-61).

Toda a sociologia de Gabriel Tarde tinha no indivíduo seu suporte. Nada mais distante da sociologia de Durkheim e mais próximo, por consequência, daquelas “disposições estéticas” das quais René Worms falara ao caracterizar os professores da Velha Sorbonne. A propósito, quando era editor da *Revue internationale de sociologie*, Worms publicou o romance utópico de Tarde. “O próprio Tarde se desculpava por publicar sua ‘fantasia sociológica’ numa revista especializada”. Como é de se notar, a concorrência entre os autores pela legitimidade das novas e antigas disciplinas não excluía o contato e interações profissionais, sendo comum a colaboração em coleções editoriais, como com Tarde e Worms, ou de outro tipo, como com a concessão dos dados estatísticos de Tarde para Durkheim (CONSOLIM, 2007, p. 62-106; LEPENIES, 1996, p. 62).

Só o fato de Tarde ter escrito e publicado um romance nos mostra o quanto o campo científico em construção ainda estava impregnado de critérios estéticos, o que possibilitava a relutante permanência de intelectuais forjados pela formação humanista e literária. O conhecimento sociológico desvinculava-se lentamente dessas pretensões literárias e do estetismo que as acompanhava nos trabalhos de “sociologia” tão criticados por Durkheim. O caso de Gabriel Tarde, contudo, é emblemático, pois, em seu livro, as principais inquietações intelectuais dos últimos anos do século estão representadas.

No *Fragment d'histoire future*, “a literatura floresce, e a poesia está no topo das atividades humanas”. “A ciência avança calmamente”. Ficção que abarca em seu enredo um “experimento sociológico”, o livro de Tarde “antecipa o conflito entre os sociólogos da Terceira República e a polêmica entre os ideais sociológicos de educação e os literários, que caracterizou a reorganização da Sorbonne e de todo o ensino público francês na virada do século”. “Sob a terra desaparece a sociologia de Durkheim; a psicologia social de Tarde sobrevive” (LEPENIES, 1996, p. 62-63). Seu romance é o *locus* perfeito para demonstrar a força do processo de imitação e sua tese acerca do desenvolvimento das relações sociais e da construção da personalidade. Por ele, “os homens imitam-se uns aos outros e desse modo

constituem, por mais paradoxal que isso possa parecer, sua individualidade”. Vetor de uma grande maioria dos fenômenos sociais, a imitação era “uma chave que servia em qualquer fechadura” (LEPENIES, 1996, p. 60, 63).

A imitação de Gabriel Tarde pôde, inclusive, ousar uma explicação acerca das causas do suicídio. Essa é uma das hipóteses sem as quais o livro de Durkheim não poderia ter-se consolidado como um clássico da sociologia. Longe de excluí-la de sua perspectiva, ele a inclui em seu modelo de análise. É, a propósito, a ocasião para acomodá-la ao lado das hipóteses que tendiam a atribuir a morte voluntária a causas extra sociais, como a raça e a hereditariedade. Estas, por seu turno, pertenciam a autores oriundos de outras disciplinas como a história, a antropologia e de ramos da psicologia, disciplinas concorrentes quanto ao entendimento científico da “questão social”, em geral, e do suicídio, em particular. Podia mesmo acontecer de todas elas estarem inclusas na formação intelectual de autores cuja trajetória estivesse mais atrelada ao polo filosófico do campo, figurando ainda disciplinas como a economia, as letras, a filosofia, etc. (CONSOLIM, 2007, p. 89-90; DURKHEIM, 2011, p. 79-81).

Outro conceito, o de “contágio”, também circulava no campo intelectual. Apropriados da medicina pela “psicologia social”, o contágio e a imitação são desdobramentos de obras reunidas em torno do que ficou conhecido como “psicologia das multidões”. Gabriel Tarde e Gustave Le Bon são dois destes interessados nas multidões e em sua circunscrição como fenômeno de ordem “social”. Fenômeno social que tinha nos indivíduos sua força motriz e na genialidade de alguns destes a possibilidade de adquirir uma feição menos ameaçadora e destruidora de todos os privilégios de que as classes aristocráticas desfrutavam até os anos 1870. O conceito defende a “ideia de que, em multidão, as pessoas perdem até certo ponto a capacidade crítica e tendem a ‘imitar’ os demais”. (CONSOLIM, 2007, p. 7, 112-167). Como afirma o próprio Durkheim, “quando se fala de imitação, subtende-se fenômeno de contágio e passa-se, aliás não sem razão, da primeira à segunda dessas ideias com a mais extrema facilidade”. Portanto, os dois conceitos caminham de mãos dadas e lançam investidas contra a sociologia durkheimiana. Tanto isso é verdade que são como que examinadas lado a lado: “não pode haver imitação se não há um modelo a ser imitado; não há contágio sem um foco do qual ele emane e no qual, por conseguinte, ele tenha seu máximo de intensidade”. Esse é um dos motivos pelos quais a figura do “líder” é tão enfatizada teoricamente, uma vez que todo fenômeno social é uma reimpressão de uma imagem original principiada num

determinado indivíduo. Contudo, é aí que começam a aparecer as principais interrogações sobre a capacidade teórica e explicativa dos dois conceitos, pois sua fragilidade epistemológica é cutucada de modo insistente: “não fica explicado de modo algum por que ele [o modelo] se reproduziu nem por que nós o reproduzimos. Muito menos essa palavra pode substituir a análise do processo tão complexo de que resultam os sentimentos coletivos” (DURKHEIM, 2011, p. 136, 139, 144).

Aqui, a psicologia social e a psicologia das multidões expõem suas relações mais estreitas com os setores conservadores e seus esquemas de representação da atividade intelectual na França da virada do século. Estes, por sua vez, em nada se assemelhavam aos novos modos de percepção das obrigações e exigências dos encargos de um “operário intelectual”, dos quais se queixavam os representantes do grupo de adversários de Durkheim (CONSOLIM, 2007, p. 129-134; LEPENIES, 1996, p. 58). Dado que é a partir da reprodução exata de uma ação puramente individual e de sua proliferação entre um ou mais indivíduos que os fenômenos sociais são conformados, não seria incomum, por exemplo, casos de suicídios em membros de uma mesma família. Acerca destes casos, diz Durkheim: “Muitos indivíduos têm, por outro lado, o sentimento de que, fazendo como seus pais, estão cedendo à força do exemplo”. Entre os membros de um mesmo ambiente familiar, praticamente todos estariam sujeitos à “força contagiosa do exemplo”, bastava-se preencher as condições e um tiro inicial, ou seja, um primeiro suicídio no núcleo familiar. “Essa contagiosidade se faz sentir sobretudo nos indivíduos cuja constituição os torna mais facilmente acessíveis a todas as sugestões em geral e às ideias do suicídio em particular” (DURKHEIM, 2011, p. 90, 92).

Mas, como questiona Durkheim a partir dos dados estatísticos, é possível explicitar a excepcionalidade destes casos assim como a dos casos que poderiam validar a hipótese da transmissão hereditária da morte voluntária, apoiada na observação de casos de suicídio infantil e explicada sempre em associação com algum outro fator convergente (DURKHEIM, 2011, p. 93, 96, 98).

Antes de adentrar na análise das causas sociais do suicídio, Émile Durkheim dedica um capítulo à imitação, o “último fator psicológico” a ser perscrutado “devido à extrema importância que lhe foi atribuída na gênese dos fatos sociais em geral e do suicídio em particular”, “uma fonte original e particularmente fecunda de fenômenos sociais”. As relações estabelecidas por meio de sua força de atuação eram peremptórias e despertavam em muito suas desconfianças sobre seu potencial explicativo:

Não é necessário que haja entre eles uma comunhão intelectual ou moral, tampouco uma troca de serviços, nem mesmo é necessário que falem a mesma língua, e depois da transferência eles não se encontram mais ligados do que antes. [...]. Como ele não tem nada de social no segundo caso [imitar os sons da natureza], o mesmo ocorre com o primeiro. Ele tem origem em certas propriedades de nossa vida representativa que não resultam de nenhuma influência coletiva. Portanto, se estivesse demonstrado que ele contribui para determinar a taxa de suicídios, resultaria que esta última depende diretamente, seja em totalidade seja em parte, de causas individuais (DURKHEIM, 2011, p. 130).

Basta lembrarmos da organização de *O suicídio* e averiguar o deslinde da relação entre estados psicopáticos e suicídios na primeira parte do livro, precedendo o estudo de sua relação com a raça e a hereditariedade, os estados psicológicos normais. Se sua força era tão prodigiosa quanto seus defensores proclamavam, seria “principalmente quanto ao suicídio que ela deve[ria] dar provas de seu poder, pois não há outro fato sobre o qual ela tenha maior domínio” (CONSOLIM, 2007, p. 7; DURKHEIM, 2011, p. 143). “O suicídio irá nos oferecer um meio de verificar, por meio de uma experiência decisiva, a realidade da *virtude* maravilhosa que se atribui à imitação”. “Para poder afirmar que uma tendência ou uma ideia se propaga por imitação, é preciso vê-la sair dos meios em que nasceu para invadir outros que, por si mesmos, não a suscitam naturalmente” (DURKHEIM, 2011, p. 143-144).

O espaço concedido à participação e ao exame dessas teses sinaliza a contenda por legitimidade explicativa e epistemológica no campo intelectual por parte da sociologia de Durkheim. Professando e levando a cabo um novo esquema de representação do trabalho sociológico, o esforço de Durkheim em conduzir a pesquisa de modo rigoroso é expressão de sua insatisfação com os métodos e resultados obtidos pela sociologia de seus concorrentes, “contaminada” pelo excesso de sentimentalismo da tradição intelectual francesa. No plano teórico, essas “estratégias” científicas encontram sua debilidade sem muito esforço. À luz das críticas da maleabilidade descritivo-conceitual do trabalho de Tarde, Le Bon e outros aliados contemporâneos na luta contra a sociologia “germanizada”, são várias as passagens dos trabalhos de Émile Durkheim que permitem delinear os contornos destes enfrentamentos.

As forças em confronto, por sua vez, eram notadamente desiguais do ponto de vista teórico-metodológico. Por exemplo: ainda no capítulo sobre a imitação, Durkheim distingue o grupo de fatos que o termo implica e chega à conclusão de que as “três espécies de fatos são muito diferentes uma das outras”. A primeira delas, a da reunião de pessoas numa multidão, tem um destaque um pouco mais acentuado por tratar da explosão de sentimentos coletivos. “Houve quem dissesse”, nos diz Durkheim, “que a imitação assim concebida melhor manifestaria sua natureza”. Contudo, o que acontece é que dessa reunião se forma um estado

novo, embora possa se produzir realmente um “nivelamento entre as diferentes consciências”. Na verdade, continua, “a primeira [espécie] não pode ser confundida com as seguintes, pois ela não implica nenhum fato de reprodução propriamente dita”. Assim, *imitação* não serviria para caracterizar o fenômeno deste amálgama psíquico; seria “antes criação que se deveria dizer, já que dessa composição de forças resulta algo de novo” (DURKHEIM, 2011, p. 131-133).

O que se deve conservar do escrutínio deste primeiro fenômeno e de suas implicações é a constância e a autoridade do elemento individual como a pedra de toque de um processo que culmina na elaboração e propagação de um novo sentimento que tende a se intensificar em grupos muito numerosos. “Formam-se nos espíritos imagens que exprimem as *diferentes manifestações* emanadas dos diversos pontos da multidão com suas nuances diversas”. Temos, dessa forma, em ambos os casos, um contágio ou uma epidemia de sentimentos que tendem a se coletivizar, “ricochetes, mais ou menos repetidos, de fatos individuais” (DURKHEIM, 2011, p. 133, 142). Isso denota, nas teses da psicologia das multidões, duas coisas: o apego destes autores aos antigos valores das disciplinas humanistas, na forma de protagonismos individuais, e a inquietação ante a ameaça democrática sob a máscara das pautas e demandas sociais trazidas à tona pelas furiosas reivindicações das multidões (CONSOLIM, 2007, p. 112-167). Por outro lado, e concomitantemente, permite perceber o discernimento metodológico com o qual a abordagem sociológica em *O suicídio* pode ser concebida como um novo modelo de análise dos fenômenos sociais. Por toda parte encontram-se indagações sobre o quadro explicativo dessas teorias e indícios de que seu autor tinha conhecimento acerca do solo onde se assentavam:

Atribuir essas imagens a um processo de imitação significaria dizer que elas são simples cópias dos estados que exprimem? Mas, antes de tudo, seria uma metáfora singularmente grosseira, extraída da velha e inadmissível teoria das espécies sensíveis. Além disso, se tomarmos a palavra imitação nesse sentido, será preciso estendê-la a todas as nossas sensações e a todas as nossas ideias, indistintamente (DURKHEIM, 2011, p. 133).

[...], é sabido que a maneira pela qual os homens reunidos se afetam mutuamente pode transformar uma reunião de burgueses inofensivos em um monstro temível. *Singular* imitação a que produz semelhantes metamorfoses! Para que se tenha utilizado um termo tão impróprio para designar esse fenômeno, decerto se imaginou vagamente cada sentimento individual se *modelando* no dos outros. [...], não haveria nenhuma impropriedade em chamar de imitação a causa de que resulta esse [novo] estado, desde que se admitisse que, sempre, ele foi *inspirado* à multidão por um mentor. Mas, além dessa asserção nunca ter recebido *sequer* um começo de prova e de ser contrariada por uma multiplicidade de fatos em que o chefe é manifestamente o produto da multidão e não sua causa informadora, na medida em que essa ação

diretora é real, ela não tem nenhuma relação com o que chamamos imitação recíproca, pois é unilateral (DURKHEIM, 2011, p. 134) (grifos meus).

Os fatos imitados por causa do *prestígio* moral ou intelectual do sujeito, individual ou coletivo, que serve de *modelo*, entram antes na segunda categoria. Pois essa imitação nada tem de automático. Ela implica um raciocínio: age-se *como* a pessoa em quem se confia, pois a *superioridade* que se reconhece nela garante a conveniência dos atos. Para segui-la têm-se razões que se têm para respeitá-la. *Nada se fez* para explicar tais atos quando *simplesmente* se disse que eram imitados (DURKHEIM, 2011, p. 138-139) (grifos meus).

Como a observação meticulosa das premissas do contágio e da imitação pode revelar as incongruências de seus quadros teórico-explicativos, não teria por que não tirar proveito da oportunidade, prosseguir, salientar os equívocos de sua elaboração para, assim, confirmar a sua própria teoria sobre a produção e reprodução dos fatos sociais: “Mas, na realidade, não há aqui nem modelos nem cópias. Há penetração, fusão de um certo número de estados no seio de um outro que se distingue deles: é o estado coletivo” (DURKHEIM, 2011, p. 134).

Dissecam-se as categorias e transplantam-nas para um outro corpo teórico em proveito de uma sociologia dos sentimentos coletivos, para uma ciência sociológica *racional* amparada a todo e qualquer momento por um *método* adequado ao tratamento dos fenômenos sociais. Embora pudessem existir – e, de fato, existiam – sujeitos dotados de algo como um *sentimento* particular, dignos de despertar a atenção e o respeito de um grande grupo de pessoas (como a multidão), não se podia identificar com toda certeza, reiterava frequentemente Durkheim, a origem desta “sensibilidade original” a uma causa individual. Como esses fenômenos expressavam em sua ocorrência certo tipo de coercitividade, complicavam-se os autores quando tentavam explicá-la unicamente por essa característica:

Mas, se a impressão que este último [modelo de um ato] suscita em nós só pode produzir seus efeitos graças a nosso consentimento e com nossa participação, já não se pode tratar-se de contágio, a não ser por metáfora, e a metáfora é incorreta. Pois as causas determinantes de nossa ação são as razões que nos fizeram consentir, não o exemplo que tivemos sob os olhos. Nós é que somos seus autores, mesmo que não a tenhamos inventado. Daí todas essas expressões, tantas vezes repetidas, como propagação contagiosa, expansão contagiosa, não são adequadas e devem ser rejeitadas. Elas deturpam os fatos em vez de explicá-los; encobrem a questão em vez de elucidá-la (DURKHEIM, 2011, p. 137).

[...], *agir por respeito ou por receio da opinião não é agir por imitação*. Tais atos [caracterizados por coerção] não se distinguem essencialmente daqueles que concertamos todas as vezes que inovamos. Eles ocorrem, com efeito, em virtude de uma característica que lhes é inerente e que nos leva a considerar que devem ser feitos. Mas, quando nos insurgimos contra os costumes em vez de segui-los, somos determinados da mesma maneira; se adotamos uma nova ideia, uma prática original, é por ela ter qualidades intrínsecas que nos levam a considerar que deve ser adotada. [...]. A maneira pela qual nos conformamos aos costumes ou às modas de nosso país não têm, portanto, nada em comum com a macaquice mecânica que nos leva a produzir os movimentos que testemunhamos (DURKHEIM, 2011, p. 135-136).

Pode acontecer, sem dúvida, em casos particulares, que uma moda ou tradição seja reproduzida por simples macaqueio; mas então ela não é reproduzida como moda ou tradição (DURKHEIM, 2011, p. 136).

Quão distante estamos da teoria sociológica de Émile Durkheim, cujo ponto de partida teórico principiava indiscutivelmente da sociedade e consistia em afirmar a superioridade do todo social sobre as partes individuais! Nunca os fenômenos sociais, em sua extrema complexidade, poderiam ter como causa direta mecanismos psicológicos individuais, a despeito de qualquer “originalidade” de um Tarde ou de um Le Bon, por exemplo. A reprodução dos costumes e das tradições e o aparecimento da ideia de suicídio em massa não podem, jamais, para o autor de *As formas elementares da vida religiosa*, ter sua origem em causas individuais. A força de uma e o poder de difusão da outra são, ambos, produtos de causas sociais, elaborados por todo o grupo. Devem-se “ao prestígio especial de que são investidas as crenças e as práticas coletivas pelo único fato de serem coletivas” e à sua ação sobre as consciências individuais (DURKHEIM, 2011 p. 140, 142).

Assim, toda a tradição filosófica ancorada no papel exclusivo do indivíduo como agente de transformação da realidade social viu-se compelida a combater as teses de Durkheim sobre a sociedade e o indivíduo numa tentativa de preservar sua posição e seu prestígio intelectual. O caso de Tarde e de outros autores da psicologia social é apenas um exemplo do tipo de embate em que estes estudiosos se encontravam engastados no campo intelectual francês na virada do século. Esse “coletivismo sociológico germanizado” erigia suas ferramentas na arquitetura dos projetos de investigação contra esse sentimentalismo literário, típico dos representantes dos antigos valores humanísticos (CONSOLIM, 2007, p. 48).

A contribuição para a sociologia dessas tensões no campo universitário traduziu-se no arcabouço teórico-metodológico de Émile Durkheim. Face à progressiva especialização disciplinar e autonomização do campo universitário, Durkheim e seus seguidores tiveram de recuperar princípios metodológicos cartesianos relegados ao esquecimento em prol do sentimento e da sensibilidade individual, e entalhar com suas próprias mãos os instrumentos de investigação requeridos pela excepcionalidade de cada fenômeno social em particular. Lembremo-nos do uso de mapas para verificar as afirmações sobre a ação da imitação ou do contágio em território francês. Com o auxílio destes, tudo o que já havia sido creditado à imitação ou ao contágio pode ser posto à prova e rejeitado como esquema teórico-explicativo.

Pode-se, na realidade, correlacionar o suicídio ao “meio social” ao se dar ensejo à sua própria teoria sociológica. Chega-se à conclusão de que “reduzida apenas às suas forças, a imitação não pode ter nenhuma influência sobre o suicídio”, que apenas manifesta exteriormente “um estado que é a verdadeira causa geradora do ato”, o qual teria encontrado, a despeito de nenhuma influência da imitação, um meio de exprimir-se (DURKHEIM, 2011, p. 145, 147, 152-153, 156, 157-159).

[...], a imitação é tão desprovida de influência social, [...]; as virtudes que lhe são atribuídas são, portanto, imaginárias. Ela bem pode, num círculo restrito, determinar algumas reedições de um mesmo pensamento ou de uma mesma ação, mas nunca tem repercussões suficientemente extensa ou profundas para atingir ou modificar a alma da sociedade. Os estados coletivos, [...], são por demais resistentes para que uma inovação privada possa superá-los. Como um indivíduo, que nada mais é do que um indivíduo, poderia ter força suficiente para moldar a sociedade à sua imagem? [...]. Hoje já não se acredita que as espécies zoológicas sejam apenas variações individuais propagadas por hereditariedade; também não é admissível que o fato social não seja mais que um fato individual que se generalizou. [...]. É até de surpreender que ainda seja necessária uma hipótese que, [...], nunca tenha recebido sequer um início de demonstração experimental. [...]. No entanto a sociologia só poderá pretender ser considerada uma ciência quando não for mais permitido que aqueles que a cultivam dogmatizem desse modo, furtando-se tão evidentemente às obrigações *regulares* da prova (DURKHEIM, 2011, p. 160-162) (grifos meus).

O modelo da sociologia durkheimiana, pelo contrário, deveria incluir em seu escopo essas obrigações e observações regulares de método. Condição *sine qua non* de seus esquemas de construção do conhecimento científico, o método sociológico, muito mais eficiente que qualquer sentimento ou sensibilidade individuais nos procedimentos de investigação da realidade social, comportava em seus usos o elemento *racional*, esse sim, o único princípio confiável para dirigir essa ciência positiva. Incorporada às técnicas da pesquisa sociológica, a razão durkheimiana tinha o desígnio de expulsar das instituições de ensino superior aquele elemento outrora identificado por Auguste Comte (em seu momento mais racional) como sendo “feminizado”, presente no espectro da literatura e tão preocupada com as questões de estilo, consideradas por ele irrelevantes para a sociologia (LEPENIES, 1996, p. 27-30, 33-34).

Como o Comte da primeira fase, Durkheim também sentia a necessidade de reformular as diretrizes dessa ciência do social e encontrou o terreno favorável para sua reformulação. No campo científico, tateava e bosquejava o uso e o aprimoramento de técnicas de pesquisa, delineando novas abordagens epistemológicas e lançando-as sobre objetos de investigação antes dominados pelas perspectivas da sensibilidade da antiga tradição intelectual. O processo de autonomização do campo permitiu-lhe voltar-se unicamente para critérios de ordem

exclusivamente metodológica dos quais estes dois princípios deveriam desembaraçar-se. As questões de estilo, ao final do século XIX, só encontravam sua dignidade e valor sob o ponto de vista daqueles autores que acusavam Durkheim de incorporar a decadência da cultura francesa ao sistema de ensino, ou seja, para aqueles intelectuais formados pela antiga cultura generalista e mais próximos do polo literário/filosófico. As questões formais da estética literária não deveriam fazer parte de modelos de análise metodologicamente elaborados para abarcar um grupo de fatos tão fugidios como os fenômenos sociais (CONSOLIM, 2007, p. 24; LEPENIES, 1996, p. 58).

Ora, todos estes autores podem ser considerados como a retaguarda de um movimento de resistência que procurou criar, nas diversas instâncias do ambiente intelectual, estratégias de sobrevivência e reprodução. Uma vez que a sociologia durkheimiana e o “coletivismo alemão” passam a conquistar cada vez mais espaço nas instituições de ensino superior, e antigas disciplinas passam a ser descartadas dos currículos escolares, não resta para esses setores aristocráticos outra alternativa senão lançar mão de sua criatividade na busca por posições de prestígio no ambiente intelectual (CONSOLIM, 2007).

Falamos em “retaguarda” por que estas preocupações acerca do estilo de uma obra romanesca foram levadas ao paroxismo por Gustave Flaubert ainda na metade do século XIX, como procurou demonstrar Pierre Bourdieu ao estudar a gênese e a estrutura do campo literário. Flaubert, ao esboçar o espaço dos deslocamentos dos personagens de seus romances, principalmente em *A educação sentimental*, teria, como um *médium das estruturas*, objetivado pela linguagem “a estrutura do espaço social no qual seu próprio autor estava situado” (BOURDIEU, 1996, p. 16-17). Assim como no campo científico, a partir do final dos anos 1870, o campo literário também é atravessado por um processo de autonomização que tende a deslocar e remanejar todos os fundamentos do universo romanesco. O avanço da modernidade sobre a vida social francesa ao longo do século XIX, reconfigurando o antigo estado de coisas e das forças sociais em choque, forneceu as melhores condições para que, a partir do início da segunda metade do século, esses processos de autonomização pudessem realizar-se em campos como os da literatura, da ciência e, inclusive, da pintura. Isso significa dizer que, com Flaubert e a consolidação desse processo, seria impossível para um Balzac, por exemplo, conciliar na sua *Comédia humana* as atividades de literato com as pretensões de “cientista” – algo que pôde realizar, de alguma forma, devido à tradicional função pedagógica da literatura como modo de compreensão e expressão da realidade, por um lado, e à existência

de um espaço em aberto no qual seu “naturalismo” pudesse transcorrer figurando literariamente a vida na França a partir dos anos 1830, por outro. Também significa dizer que, do ponto de vista dos esquemas estéticos do enquadramento narrativo, a literatura, e, por sua vez, os romances franceses, sofreram profundas alterações estilísticas. Como os critérios do campo científico, os critérios do campo literário passaram, então, a agir concentricamente, expulsando para o exterior orientações outras que não aquelas propriamente literárias. Conseqüentemente, os procedimentos e as técnicas de constituição do romance e do conjunto de seus elementos (tema, enredo, personagens, estrutura, estilo, etc.), da mesma forma que os procedimentos e técnicas de constituição do conhecimento científico, se modificaram profundamente. Por outro lado, não se pode imputar exclusivamente aos processos de autonomização dos campos a total responsabilidade por essas múltiplas revoluções simbólicas em território francês. Cada agente particular encontrava-se em pontos excepcionalmente favoráveis do espaço social de atuação: eram os casos de Gustave Flaubert e Émile Durkheim. Em realidade, pode-se afirmar que ambos instituíram novas posições tanto no campo literário quanto no campo científico e universitário. Assim como fez Bourdieu a respeito de Flaubert quanto a sua participação no espaço de produção de bens simbólicos, assim pode-se fazer em relação a Durkheim quando da sua nomeação para professor da cadeira de sociologia na Faculdade de Letras da Universidade de Bourdeaux” (BALZAC, 2006; BOURDIEU, 1996; CONSOLIM, 2007; DURKHEIM, 2011; LEPENIES, 1996).

A preponderância da descrição frente à narração como forma de escrita romanesca está atrelada, como afirmou Lukács, à modernização da vida social. Segundo o autor, tal processo de consolidação da descrição como técnica de escrita no contexto francês consolida-se nos trabalhos de Émile Zola. O autor de *Naná*, um continuador de Flaubert, teria levado às últimas conseqüências o processo descritivo em seus romances. Em um período de aprofundamento da divisão do trabalho, Gustave Flaubert conseguiu equilibrar na segunda metade do século, e em alguns momentos de seus romances, a ordenação e os usos das duas técnicas. Não estaria, portanto, como então estava Zola, quando surge no ambiente literário a partir do final dos anos 1870, tão condicionado e tão premido àquela divisão do trabalho literário (LUKÁCS, 1965).

Para Lukács, quem melhor expressou o modelo narrativo no ambiente literário francês, ainda livre da especialização do trabalho intelectual, teria sido Balzac. Os romances balzaquianos, por sua vez, com seus personagens e reviravoltas próprias, teriam mais bem

representado o “momento revolucionário” daquele processo de modernização que tem seu início no século XVIII. O mérito de Balzac estaria no fato de que, pela natureza da narração e de seus usos, poderíamos identificar e veríamos concatenados os fatos responsáveis por esta ou aquela direção do processo e suas contradições, algo impossível de se realizar em Zola, por exemplo: “O fato de que Balzac, [...], busque, [...], encontrar um utópico ‘estado médio’ destas contradições [...] reside precisamente no fato de que, [...], ele se afastou desta utopia e se ateu à figuração das contradições existentes” (LUKÁCS, 2010, p. 154, 2009, p. 204-205).

A este respeito, Lukács faz alguns esclarecimentos sobre os dois sucessores do realismo de Balzac:

Nas suas opiniões subjetivas e nos seus propósitos como escritores, Flaubert e Zola não são de modo algum defensores do capitalismo. Mas são filhos da época em que viveram e, por isso, a concepção que eles tinham do mundo sofre constantemente os influxos das ideias do tempo. Isso é válido principalmente para Zola, cuja obra se ressentiu decisivamente dos preceitos da sociologia burguesa. Essa é a razão pela qual em Zola a vida se desenvolve quase sem saltos e articulações, podendo-se mesmo considerá-la, da sua perspectiva, socialmente normal: todos os atos dos homens aparecem como produtos normais do meio social. Há, porém, outras forças em ação, bastante diversas e heterogêneas, como a hereditariedade, que atua sobre os pensamentos e sentimentos dos homens, como necessidade fatalista, provocando catástrofes que interrompem o fluxo normal da vida. [...]. Em toda parte, a ação normal e hegemônica do ambiente fica contraposta, sem nexos algum, às bruscas catástrofes determinadas pelo fator hereditário (LUKÁCS, 2009, p. 160-161).

A descrição em Zola torna-se um valor em si mesmo tão logo não seja conectada por meio de algum recurso literário às ações sociais das personagens e aos enredos correspondentes. O romancista não possuía os meios “genuinamente artísticos” dos quais Flaubert podia se valer ao conceber e operacionalizar um modo de “estilização formal” na construção, por exemplo, da cena da exposição agrícola de *Madame Bovary* (LUKÁCS, 2010, p. 153-154). Em Zola, “o fato de se perder a ligação (própria da narração) entre as coisas e a função que elas assumem em acontecimentos humanos concretos implica a perda da significação artística das coisas” (LUKÁCS, 2010, p. 169). Mas, nos “grandes representantes do romance realista”, afirma Lukács, “manifestam-se concretamente as grandes forças históricas da sociedade burguesa” (LUKÁCS, 2009, p. 209).

A despeito das preferências literárias de Lukács, depreende-se de suas observações o fato de que os romancistas franceses, de Balzac a Zola, ao longo do século XIX, remodelaram os usos dos recursos técnicos e estilísticos dos métodos de representação da realidade social. Estas redefinições no âmbito da formalização da linguagem e na estruturação dos componentes de uma obra romanesca, traduz, continua Lukács, uma recolocação do

desempenho da atividade literária circunscrita na sociedade burguesa: Flaubert e Zola “tornaram-se ao mesmo tempo escritores profissionais, no sentido da divisão capitalista do trabalho”. “Flaubert é um asceta voluntário e Zola, constrangido pela necessidade material, é já um escritor profissional no sentido da divisão capitalista do trabalho” (LUKÁCS, 2010, p. 157).

Essa especialização da atividade literária é homóloga à divisão social do trabalho no campo científico e universitário, e ambas correspondem aos processos de autonomização dos campos de produção simbólica nos quais se inscrevem. Ao final dos anos 1880, quando Émile Durkheim publica seus primeiros trabalhos na Alemanha, este processo no campo científico encontra-se em um estado mais avançado em relação à metade do século. Neste sentido, a atividade literária e a atividade científica já não deveriam entrecruzar-se nos trabalhos de um mesmo autor, ou pelo menos aquela atividade literária com pretensões sociológicas embasadas nas premissas de uma metodologia *sentimental*. Novamente, o caso de Gabriel Tarde é exemplar para a compreensão das disputas no campo universitário com Émile Durkheim. Se, por um lado, descarregava inúmeras críticas às concepções de Durkheim, os conservadores, por outro lado, atulhavam de elogios desmedidos o trabalho de Tarde.

Durkheim, por sua vez, retraduzia em seus trabalhos as principais questões que estavam na base da problemática epistemológica entre os dois polos em confronto no campo. A maior delas, a questão do método apropriado para o tratamento de fenômenos sociais, assemelha-se, por tratar especificamente de critérios internos ao campo científico, àquelas relativas aos métodos e técnicas empregados na representação literária da realidade. Em *As formas elementares da vida religiosa*, logo ao esclarecer suas intenções acerca do objeto de pesquisa, ele nos diz que o estudo que visa empreender é “uma maneira de retomar, mas em condições novas, o velho problema da origem”. E alerta aos seus leitores:

Se, por origem, entende-se um primeiro começo absoluto, por certo a questão nada tem de científica e deve ser absolutamente descartada. [...]. Como toda instituição humana, a religião não começa em parte alguma. Assim, todas as especulações desse gênero são justamente desacreditadas; só podem consistir em construções subjetivas e arbitrárias [daquelas que caracterizam acima o método de Tarde] que não comportam controle de espécie alguma (DURKHEIM, 1996, p. XIV).

Assim, o principal representante do polo científico prescrevia a seus concorrentes maiores cuidados e dedicação caso desejassem de fato contribuir para um conhecimento sociológico *útil* no que tange aos procedimentos metodológicos de suas ciências. Ou seja, exigia de quem optasse por tentar apreender os fatos sociais que se deixasse conduzir em seus

trabalhos pelos recursos da razão, transfigurados sob a forma dos métodos e técnicas da pesquisa sociológica. Não é de admirar, então, que “flexibilize” as próprias *regras do método* ao longo de sua produção bibliográfica.

Em *Da divisão do trabalho social* sabemos que o método comparativo é inerente aos resultados obtidos com a ajuda da morfologia dos tipos sociais definidos. Em seu segundo trabalho, porém, seria “impraticável” iniciar a pesquisa a partir de uma morfologia dos suicídios para uma demonstração de suas causas sociais devido a insuficiência e a “suspeita” dos dados disponíveis. Então, era imprescindível, em primeiro lugar, uma classificação etiológica dos suicídios, o que pressupõe a aceitação prévia das causas sociais como determinantes para a ocorrência dos suicídios. Na medida em que existissem diferentes tipos de suicídios, eles deveriam necessariamente corresponder às diferentes correntes suicidógenas (DURKHEIM, 2011, p. 166-167). Logo, uma classificação etiológica teria a vantagem de melhor apreender as causas do suicídio:

Uma vez conhecida a natureza das causas, poderemos tentar deduzir delas a natureza dos efeitos, que se encontrarão, assim, caracterizados e classificados, pelo simples fato de que serão vinculados a suas respectivas origens. É verdade que, se não fosse de modo algum guiada pelos fatos, essa dedução correria o risco de se perder em combinações puramente fantasiosas. Mas poderemos esclarecê-la com a ajuda de algumas informações de que dispomos sobre a morfologia dos suicídios. Essas informações, por si só, são por demais incompletas e incertas para poderem nos dar um princípio de classificação; mas poderão ser utilizadas, uma vez estabelecidos os esquemas dessa classificação. Elas nos mostrarão em que sentido a dedução deverá ser dirigida e, pelos *exemplos* que nos fornecerem, teremos a certeza de que as espécies assim constituídas definitivamente não serão imaginárias (DURKHEIM, 2011, p. 168) (grifos meus).

Os exemplos utilizados por Durkheim para demonstrar a eficácia de sua classificação das correntes suicidógenas foram extraídos de obras literárias. O que vem reforçar a tese da concorrência entre sociologia e literatura na disputa pela compreensão legítima da realidade social. Durkheim provavelmente lançou mão da literatura em função do embate intelectual no qual se encontrava inserido.

Em *As formas elementares da vida religiosa*, por outro lado, os benefícios de uma classificação etiológica não poderiam circunscrever toda a dimensão do fenômeno religioso. A história e a etnografia, por sua vez, nortearam a pesquisa. Não que a sociologia devesse alinhar-se aos mesmos empreendimentos das duas disciplinas e, assim, seguir os modelos de análise correspondentes. A mirada sociológica apontava para a vida contemporânea, “o homem de hoje”. “Uma realidade concreta que só a observação histórica e etnográfica é capaz de nos revelar” (DURKHEIM, 1996, p. V-IX). Esses afastamentos do ponto de vista teórico-

metodológico marcam em Durkheim os signos do processo de modernização da vida social na virada do século, pois a concepção do fenômeno religioso como um fato social e não individual expressava em si mesma a ruptura da relação da atividade científica com os dogmas religiosos. Lembremos, quanto a essa questão, de Balzac. O romancista estava estreitamente ligado à Igreja Católica e a seus dogmas ou, pelo menos, com eles simpatizava quando escreveu o prefácio à *Comédia humana*. No sentido analítico, considera-os “um sistema completo de repressão das tendências depravadas do homem, é o maior elemento da Ordem Social” (BALZAC, 2006, p. 29; RÓNAI, 2012, p. 90, 1999, p. 117). No sentido das projeções ideais de um outro quadro da sociedade, afirma que:

O ensino, ou melhor, a educação pelos Corpos Religiosos é então o grande princípio de existência para os povos, o único meio de diminuir a quantidade de mal e de aumentar a quantidade de bem em cada Sociedade. O pensamento, [...], só pode ser preparado, subjugado, dirigido por meio da religião. A única religião possível é o Cristianismo [...]. O Cristianismo criou os povos modernos, e ele os conservará. Daí sem dúvida a necessidade do princípio monárquico. O Catolicismo e a Realeza são dois princípios gêmeos (BALZAC, 2006, p. 29-30).

Constata-se aqui um Balzac distante daquele autor que *participava* do heroico período de transformações do século XIX e da consolidação da sociedade burguesa, do qual falava Lukács. Sua compreensão do sistema religioso – considera-o um instrumento de domesticação dos homens –, por sua vez, ainda é muito distante daquela que definiria a religião como uma “uma espécie de técnica que permite ao homem enfrentar o mundo com mais confiança”, caracterização escorada em procedimentos do método comparativo da sociologia de Durkheim. Mas tal método “seria impossível se não houvesse tipos sociais, e ele só pode ser aplicado proveitosamente no interior de um mesmo tipo” (DURKHEIM, 1996, p. 88, 193; LUKÁCS, 2010, p. 156).

Em Flaubert, por sua vez, tais aspectos religiosos sequer chegam a manifestar-se no texto. Não percebemos em suas obras qualquer tom moralizante ou qualquer elogio ou exaltação do cristianismo. Não há correspondência possível entre ele e Balzac quanto ao papel moralizante da literatura. Erich Auerbach, em contrapartida, afirma que “Flaubert queria modificar a realidade através do estilo, para que ela aparecesse da maneira como Deus a vê, de forma que a ordem divina, na medida que se referisse à porção de realidade tratada em cada caso, devesse encaixar-se no estilo do autor” (AUERBACH, 2009, p. 319).

Para Auerbach e Rónai, Balzac não consegue se esquivar dessa exigência do tempo, visto que somente a vendagem de seus romances é o que pode aliviar por certo período as reivindicações dos prestamistas. Como forma de mitigar tais demandas, se valia de

colaboradores, ignorava a reflexão, “não sobra[va] tempo para ver nem uma parte ínfima do que escreveu”, diz Rónai, seu biógrafo, e emenda que “é forçoso reconhecer que a principal característica da obra não pode consistir nesta observação realista do mundo”. Auerbach, por sua vez, correlaciona a pressa à “sua obsessão por imagens sugestivas”, mas de qualquer forma ambos consideram e reconhecem o afã de sua atividade de escrita (AUERBACH, 2009 p.422; RÓNAI, 2012, p. 111-112, 1999, p. 97).

Do ponto de vista da análise ideológica de Balzac, Erich Auerbach não tem certeza da influência da ideologia na literatura do autor de *Ilusões perdidas*. Nos diz ele:

As indicações que ele próprio faz a respeito são numerosas e dão também muitos pontos de apoio, mas são confusas e contraditórias. Por mais que ele seja rico em ideias e em imaginação, não possui a qualidade de separar entre si os diversos elementos de sua própria ideologia, não é de repesar a irrupção de imagens e comparações sugestivas, mas carentes de clareza, em meio a análises racionais e, em geral, não consegue adotar uma posição crítica diante da corrente de sua própria inspiração. Todas as suas análises racionais, embora estejam cheias de observações isoladas agudas e originais, levam a uma fantasiosa macroscopia, que lembra seu contemporâneo Hugo (AUERBACH, 2009, p. 424).

O mínimo que pode ser dito sobre tais sentenças é que não merecem, em sua maioria, a generalização de que gozam. São as ocorrências surgidas da situação do instante, por vezes muito oportunas, por vezes absurdas, nem sempre de bom gosto. Balzac ambiciona ser um moralista clássico; [...]. Mas isto não casa nem com seu estilo, nem com seu temperamento. As melhores formulações, encontra-as em meio às narrações, quando nem pensa em moralizar (AUERBACH, 2009, p. 428-429).

No primeiro capítulo afirmamos que a noção de *meio* para Balzac exercia papel fundamental na construção de suas personagens, pois subordinava-os individualmente, com seus bairros, casas, móveis, vestimentas, gestos, etc., ao ambiente no qual estavam alocados. Mme. Vauquer, o pai Goriot, Lucién de Rubempré, a prostituta Esther e muitos dos que fazem parte de seu grande ecossistema “tão rico em conexões e variáveis”, como nos diz Franco Moretti, estão sujeitos àquele condicionamento entre seu meio e seus diacríticos (MORETTI, 2014, p. 83). A partir dessas caracterizações, Balzac pode lançar-se em suas generalizações analítico-moralistas e moralizantes acerca da sociedade burguesa em vias de consolidação, antes dos 1850.

Com efeito, Moretti e Auerbach concordam quanto a este ponto. Reunidos, os elementos biológicos e históricos presentes na obra de Balzac sofrem algumas vezes de “falta de clareza e de muitos exageros”. O elemento “clássico-moralista”, no entanto, “manifesta-se particularmente na propensão de Balzac para a formulação de sentenças morais de caráter generalizador”. Aquele ecossistema “que amplia seus efeitos de maneira totalmente desproporcional” abriga nas intenções e interações de seus participantes uma maneira de

realizar observações “de uma generalização desmedida”, beirando o “palavrório” (AUERBACH, 2009, p. 427-428, 431-432; MORETTI, 2014, p. 83).

Pode-se considerar, portanto, que o romancista não dispunha de um “método” no sentido de um sistema de organização pelo qual pudesse se orientar quanto à atividade literária. A urgência dos prazos e a pressa de sua escrita não colaboravam também para uma avaliação mais sociológica da realidade social. Todo o mundo balzaquiano possui uma “espécie de segunda significação, diferentemente da significação racionalmente cognoscível”. Suas análises “sociológicas”, desde a raiz, estariam embebidas no seu ponto de vista conservador, embora no campo da linguagem literária seus trabalhos trouxessem novidades. Ademais, diz Moretti, em tudo isso está de acordo com as técnicas de representação da França da primeira metade do século: “a lógica das descrições de Balzac é a mesma da ideologia mais poderosa de sua época: o conservadorismo” (AUERBACH, 2009, p. 422,424-427, 431-432; MORETTI, 2014, p. 98).

Novamente, nada parecido com aquele Balzac das análises de Gyorgy Lukács. Do ponto de vista de suas perspectivas acerca da *descrição*, o argumento de Moretti também se distancia de Lukács. Enquanto o filósofo húngaro afirma que a “descrição faz com que todas as coisas se deem no presente”, perdendo então “o princípio de seleção épica” e prejudicando a ligação entre as ações e situações do romance, o crítico literário italiano dispara que o efeito da descrição é, em verdade, “inscrever o presente tão a fundo no passado que as alternativas se tornavam simplesmente inimagináveis” (LUKÁCS, 2010, p. 168-169; MORETTI, 2014, p. 99). A estratégia de caracterizar as personagens a partir de seu meio ambiente e objetos pessoais está associada a esta posição ideológica mais conservadora diante da vida burguesa e seus corolários. Seus esquemas de representação, a “fusão” entre coisa e pessoa, a “ligação com o rosto e com os gestos faciais”, a “relação mútua entre pessoa e meio”, e seus outros recursos estilísticos, refletem o moralismo com o qual pregava as soluções imaginadas para os principais “problemas” da modernidade e da vida burguesa; refletem a “subordinação do presente ao passado” (AUERBACH, 2009, p. 421-422; MORETTI, 2014 p. 98).

Com Gustave Flaubert, a partir dos anos 1850, o trabalho sobre a linguagem é alicerçado em um novo patamar e passa a adquirir maior objetividade no tratamento estilístico e nas técnicas de representação; “o realismo torna-se apertado, impessoal e objetivo” (AUERBACH, 2009, p. 432). Franco Moretti acentua esse aspecto de objetividade nos

romances de Flaubert relacionando-o ao fortalecimento da sociedade burguesa e do processo de modernização subjacente:

[...]; com Flaubert podemos dispensar o ‘talvez’, porque o processo chegou à sua plena conclusão: personagem e narrador perderam sua distinção, subsumida pelo discurso compósito da vida burguesa. O tom emocional, o léxico, o formato da frase – todos os elementos com que contamos para desenredar o aspecto subjetivo do estilo indireto livre do seu aspecto objetivo – agora se encontram amalgamados na ‘impessoalidade objetiva’ da *idée reçue* (MORETTI, 2014, p. 104-105).

Em Balzac, o bairro, a casa, os móveis prenunciavam a introdução dos personagens e o narrador se encarregava de discriminar a matéria de seus pensamentos. Agora “o que é apresentado em primeiro lugar”, diz Auerbach, “é a personagem Emma e, através dela, apresenta-se a situação”. Ocorre uma completa inversão construtiva da estética romanesca do realismo francês, de Balzac a Flaubert: o quadro da cena do café da manhã “está subordinado ao objeto dominante, ao desespero de Emma” e, além disto, “os meios que Flaubert emprega são diferentes” dos escritores que os antecederam (AUERBACH, 2009, p.433). Nos seus resultados, Auerbach e Moretti costumam empregar os mesmos termos para designar o estilo literário do realismo de Flaubert e seus impactos nas narrativas da vida social francesa:

Poderia ser chamado simplesmente de ‘seriedade objetiva’. [...]. Seriedade objetiva que procura penetrar até as profundezas das paixões e enredos de uma vida humana, sem contudo entrar nela própria num estado de excitação, ou, pelo menos, sem delatar essa excitação: esta é uma posição que se pode esperar mais de um clérigo, de um educador ou de um psicólogo do que de um artista. [...]. Através da sua atitude – [...] – quer obrigar a linguagem a produzir a verdade dos objetos da sua observação: [...], atinge-se também através disto, no fim das contas, uma intenção pedagógica e de crítica de seu tempo; e não se deve recear dizê-lo por mais que Flaubert faça questão de ser artista e nada mais que artista (AUERBACH, 2009, p. 438-439).

[...]: o controle da alma de Emma – [...] – está nas mãos da *doxa* burguesa, não do narrador. Em uma sociedade integralmente homogeneizada, tal como a França burguesa se tornou para Flaubert, o estilo indireto livre não releva o poder das técnicas literárias, mas sua *impotência*: sua seriedade ‘objetiva’ o paralisa, tornando a oposição inimaginável; o ímpeto entrópico se inicia e a voz do narrador se funde com a dos personagens (e por meio deles com a *doxa* burguesa), não há como voltar atrás (MORETTI, 2014, p. 105).

A sua opinião sobre os acontecimentos e as personagens não é expressa; e quando as próprias personagens se manifestam, isto nunca ocorre de tal forma que o autor se identifique com sua opinião, ou com a intenção de levar o leitor a se identificar com ela. Embora ouçamos o autor falar, ele não exprime qualquer opinião e não comenta. Seu papel limita-se a escolher os acontecimentos e a traduzi-los em linguagem, e isto ocorre com a convicção de que qualquer acontecimento, se for possível exprimi-lo limpa e integralmente, interpretaria a si próprio e os seres humanos que dele participassem; muito melhor e mais inteiramente do que poderia fazer qualquer opinião ou juízo que lhe fosse acrescentado. Sobre esta convicção, isto é, sobre a profunda confiança na verdade da linguagem empregada com responsabilidade, honestidade e esmero, repousa a arte de Flaubert (AUERBACH, 2009, p. 435).

Assim, Flaubert reinventa o trabalho sobre a linguagem na atividade literária distanciando-se dos realistas anteriores, Stendhal e Balzac (AUERBACH, 2009, p. 430, 438). Aliás, essa objetividade não apenas se manifesta nas obras do escritor: também está presente na *Comédia humana* e em outros romances europeus, pois é uma das características do século burguês de que trata Franco Moretti (MORETTI, 2014, p. 73-105).

Retornemos a Durkheim e a sua principal preocupação: comportar objetos de conhecimento, os fatos sociais, nos métodos próprios da ciência e conforme as diretrizes epistemológicas da produção do conhecimento sociológico. Tais métodos, por seu turno, deveriam produzir um conhecimento objetivo e útil, livre das prenoções dos sujeitos de conhecimento. Indicamos isto de passagem no início do segundo capítulo e estamos, ao longo deste, tentando recuperar aquela indicação aprofundando-a tanto mais nos seja possível identificá-la em outros campos de produção simbólica.

A objetividade não está apenas impregnando o mundo dos romances e seus enredos através de seus métodos e técnicas narrativas, mas também se alastra nos campos literário e científico. É um produto do processo de modernização da vida social, um corolário da vida burguesa e de seus modos de representação da realidade. É o mote dos procedimentos teórico-metodológicos da sociologia durkheimiana que atravessa toda sua bibliografia. É claro que Durkheim fazia parte daquelas “camadas médias intelectualizadas” recrutadas para ocupar os cargos tradicionalmente destinados aos filhos de uma aristocracia francesa encastelada no sistema universitário, como ressalta Consolim. Mas este não pode ser tomado como o único motivo da desavença entre os polos científico e literário do campo intelectual. Cada campo de produção é atravessado por um processo de autonomização correspondente a esta modernização da vida. Flaubert e Durkheim tratam de seus objetos de uma maneira até antes não conhecida em cada um destes espaços por se encontrarem em posições privilegiadas e por desempenharem suas atividades com um rigor (BOURDIEU, 1996; CONSOLIM, 2007).

No campo literário, esse processo de autonomização antecedeu o final do século. É só a partir do fim dos anos 1880 que o campo científico e universitário começa a conquistar uma autonomia própria. Esses processos excluíram dos campos de produção simbólica um compósito de critérios de naturezas diversas e passaram a exigir de seus participantes esquemas de representação alinhados a parâmetros propriamente internos. O ambiente intelectual francês, até a metade do século XIX, dispunha dos *honnête homme* para realizar o trabalho de apreensão da realidade e representá-la por meio de narrativas científico-literárias,

ignorando a especialização do trabalho e os “limites” entre as diferentes disciplinas universitárias, de acordo com sua formação generalista clássica.

Comte até que tentou estabelecer-se como um *cientista* no sentido das ciências físicas e naturais, mas o peso e a tradição do ambiente intelectual o impediram de levar adiante esse vislumbre de racionalidade para a sociologia, descambando numa espécie de religião da ciência. Sua trajetória intelectual é apreendida por Lepenies a partir de dois momentos opostos: uma primeira fase racional e uma segunda fase sentimental (LEPENIES, 1996). Balzac, seu contemporâneo, por outro lado, obteve algum êxito com a publicação de seus romances “sociológicos”, inspirados nas obras dos naturalistas franceses e de outros pensadores dos séculos XVII e XVIII. Sua pretensão claramente era fazer uma ciência da vida social e, nesses moldes, ainda pode encontrar apoio na atmosfera desse ambiente (BALZAC, 2006).

A partir de Flaubert, contudo, uma nova posição é inaugurada no campo literário e a sua “seriedade objetiva” passa a ditar o tom da literatura da sociedade moderna (AUERBACH, 2009; BOURDIEU, 1996; MORETTI, 2014). Na literatura de Flaubert, a objetividade se instala de tal modo que já não é mais possível discernir entre o juízo do autor e a apresentação dos fatos. Os acontecimentos e as personagens são configurados e enredados de maneira que caiba ao leitor e aos críticos avaliarem as causas e as consequências de suas ações. A objetividade alcança a plenitude no campo da representação literária e já não há mais os espectros daquelas pretensões científicas do realismo anterior (AUERBACH, 2009; MORETTI, 2014).

No campo de produção do conhecimento científico, o quadro só vem a alterar-se drasticamente a partir dos anos 1880 com o início do processo de autonomização. Até então eram os representantes das formações humanistas e clássicas da cultura francesa que ocupavam os principais postos e cadeiras no sistema universitário. Citamos anteriormente o exemplo de Gabriel Tarde no Ministério da Justiça (CONSOLIM, 2007; LEPENIES, 1996). A partir deste período, a pesquisa e a especialização do trabalho científico converteram-se nas palavras de ordem da ciência francesa. Do ponto de vista do trabalho intelectual, não bastava atingir por metáforas exegéticas de ordem religiosa os principais fenômenos da realidade social, bem como sua dinâmica. Para satisfazer as pretensões de ingressar e fazer parte do sistema universitário e do campo científico francês, qualquer ciência e cientista tinha por

obrigação adotar procedimentos metodológicos mais confiáveis, os métodos das ciências positivas (CONSOLIM, 2007; LEPENIES, 1996).

Não é à toa que, na França, ao longo do século XIX, a ciência sociológica instaura-se na educação superior como o carro-chefe ideológico da Terceira República, varrendo dos corredores universitários aqueles intelectuais com formação humanista típicos do polo filosófico/literário (CONSOLIM, 2007; LEPENIES, 1996). Nenhum destes autores poderia exprimir seus esquemas de percepção e representação da atividade científica conforme as seguintes sentenças:

Assim, a sociologia parece chamada a abrir um novo caminho à ciência do homem. Até agora, colocávamo-nos diante da seguinte alternativa: ou explicar as faculdades superiores e específicas do homem, reduzindo-as às formas inferiores do ser – a razão aos sentidos, o espírito à matéria –, o que significava negar sua especificidade; ou relacioná-las a alguma realidade supra-experimental postulada, mas cuja existência nenhuma observação é capaz de estabelecer. O que deixava o espírito nesse impasse é que o indivíduo era considerado *finis naturae*: além dele não haveria nada mais, pelo menos nada que a ciência pudesse atingir. Mas a partir do momento em que se reconhece que acima do indivíduo existe a sociedade e que esta não é um ser nominal e de razão, mas um sistema de forças atuantes, uma nova maneira de explicar o homem se torna possível. Para conservar-lhe seus atributos distintivos, não é mais necessário colocá-los fora da experiência. Pelo menos, antes de chegar a este extremo, convém saber se aquilo que, no indivíduo, ultrapassa o indivíduo não viria dessa realidade supra-individual, mas dada na experiência, que é a sociedade. Claro que não se poderia dizer desde já até onde essas explicações podem se estender e se elas são capazes de resolver todos os problemas. Mas é igualmente impossível estabelecer de antemão um limite que elas não poderiam ultrapassar. O importante é experimentar a hipótese, submetê-la tão metodicamente quanto possível ao controle dos fatos. Foi o que procuramos realizar [nas *Formas elementares da vida religiosa*] (DURKHEIM, 1996, p. 498) (grifos meus).

A relação entre indivíduo e sociedade, o alvo de seus estudos desde o período de residência na Alemanha, reaparece em sua última obra sob a forma do escrutínio do sistema religioso australiano. Ao longo de sua trajetória intelectual, Émile Durkheim procurou comprovar a tese de que a sociedade era um complexo de forças que sobrepujavam a consciência individual, ao mesmo tempo em que a conformavam de acordo com suas próprias peculiaridades. Para Durkheim, a sociedade é:

[...] o mais poderoso feixe de forças físicas e morais cujo espetáculo a natureza nos oferece. Em parte nenhuma se encontra uma tal riqueza de materiais diversos, levados a semelhante grau de concentração. Não é surpreendente, pois, que dela emane uma vida mais elevada que, reagindo sobre os elementos de que resulta, os eleva a uma forma superior de existência e os transforma (DURKHEIM, 1996, p. 497-498).

Desse modo, o estatuto da sociedade passa a outro patamar epistemológico no ambiente intelectual francês. Aí, em sua grande maioria, a intelectualidade provinha de setores cuja formação alinhavava-se em algum sentido com os dogmas religiosos. A objetividade nos

resultados de seus trabalhos inexistia, dado que sua “sensibilidade” ditava o exercício de exegese dos quais emergiam (CONSOLIM, 2007). À medida em que as disciplinas de sua formação iam perdendo espaço nas instituições de ensino superior, essa intelectualidade precisou elaborar novas estratégias de sobrevivência no campo. A edição de coleções temáticas como as de “psicologia social”, uma das concorrentes da sociologia de Durkheim, por exemplo, que encontram apoio em iniciativas privadas da aristocracia, aparece como um reforço e uma plataforma de disseminação do trabalho destes autores e de suas concepções teóricas no ambiente intelectual (CONSOLIM, 2007, p. 59-106).

Por dependerem de sua circulação entre um público intelectualizado, que não necessariamente fazia parte das cadeiras dos cursos superiores, tais estratégias contaram com toda sorte de ligações entre autores cujas afinidades consistiam em conservar seu antigo prestígio e fazer frente a Durkheim e seus seguidores (CONSOLIM, 2007; LEPENIES, 1996).

Até a metade do século XIX, como observa Pierre Bourdieu a partir de sua “socioanálise” de Flaubert, a produção literária estava configurada de modo polarizado de acordo com seu público (BOURDIEU, 1996, p.64-70, 74-75). O sociólogo examina, em particular, o problema da autonomia do campo literário na metade do século através dos romances de Flaubert, mais especificamente em *A educação sentimental*. Justifica essa preferência pelo fato de:

Flaubert fez um *partido* daquilo que se impunha a Frédéric como um destino: a recusa das determinações sociais, [...], assim como das marcas propriamente intelectuais, como a vinculação a um grupo literário ou a uma revista. Durante toda sua vida, tentou manter-se nessa posição indeterminada, nesse *lugar neutro* de onde se pode sobrevoar os grupos e seus conflitos, as lutas que opõem entre si as diferentes espécies de intelectuais e de artistas e aquelas que os defrontam globalmente [...]. *A educação sentimental* marca um momento privilegiado desse trabalho: a intenção estética e a neutralização que ela opera aplicam-se aí ao próprio possível que lhe foi preciso negar para constituir-se [...] (BOURDIEU, 1996, p. 41-42).

Através da personagem Frédéric, que ele poderia ter sido, Flaubert objetiva o idealismo do mundo social que se exprime na relação de Frédéric com o universo das posições oferecidas às suas aspirações [...] (BOURDIEU, 1996, p. 43).

Essa posição permitiu reformular o trabalho sobre a linguagem na literatura e também viabilizou “produzir a visão do campo do poder” naquela obra, pois “reconstitui de maneira extraordinariamente exata a estrutura do mundo social na qual foi produzida” (BOURDIEU, 1996, p. 47-48, 77-79). Essa reconstituição dá a Bourdieu o fulcro de sua análise sobre a gênese e a estrutura do campo literário. Mais que uma simples abstração analítica, nos diz Bourdieu, “a sociedade dos artistas”:

[...] não é apenas o laboratório onde se inventa essa arte de viver muito particular que é o estilo de vida de artista, dimensão fundamental da empresa de criação artística. Uma de suas funções principais, e no entanto sempre ignorada, é ser para si mesma seu próprio mercado. Ela oferece às audácias e às transgressões que os escritores e os artistas introduzem, [...], a acolhida mais favorável, mais compreensiva; as sanções desse mercado privilegiado, [...], têm pelo menos por virtude assegurar uma forma de reconhecimento social ao que de outro modo aparece (ou seja, a outros grupos) como um desafio ao senso comum. A revolução cultural nascida desse mundo às avessas que é o campo literário e artístico só pôde ser bem-sucedida porque os grandes heresiarcas podiam contar, em sua vontade de subverter todos os princípios de visão e divisão, se não com o apoio, pelo menos com a *atenção* de todos aqueles que, ao entrar no universo da arte em via de constituição, haviam tacitamente aceito a possibilidade de que aí tudo fosse possível. Assim, está claro que o campo literário e artístico constitui-se como tal na e pela oposição ao mundo ‘burguês’ que jamais afirmara de maneira tão brutal seus valores e sua pretensão de controlar os instrumentos de legitimação, tanto no domínio da arte como no domínio da literatura, [...] (BOURDIEU, 1996, p. 75).

Esse campo literário, esse mundo de uma economia às avessas, é homólogo àquele “campo de ação” de que falara anteriormente Durkheim quando se referia ao campo científico. Logo, aqueles que dele participam voltam-se uns aos outros no que tange aos seus interesses em comum: a legitimidade acadêmica (ou o reconhecimento acadêmico) da produção do conhecimento científico.

Na metade do século XIX, pela empresa de vários escritores franceses, o campo literário começa a conquistar “um alto grau de autonomia”. O campo científico, por sua vez, só adquire essa autonomia em grau elevado a partir dos anos 1880 (BOURDIEU, 1996). Não é de admirar que “alusões” ao campo e aos seus respectivos enfrentamentos são encontradas nas obras durkheimianas. Pautada pelos procedimentos metodológicos das ciências positivas, a sociologia de Durkheim objetivava alcançar respostas, por exemplo, acerca do fenômeno religioso, a partir de uma indução “menos temerária do que tantas generalizações sumárias que, ao tentarem atingir de um salto a essência da religião sem se apoiarem na análise de nenhuma religião em particular, muito se arriscam em se perder no vazio” (DURKHEIM, 1996, p. 458).

. Seus adversários temiam em suas proposições teóricas os argumentos a respeito do poder de coerção da sociedade sobre os indivíduos. Segundo Consolim:

Para Maurice Hariou, por exemplo, professor de sociologia da Faculdade de Direito de Toulouse, a sociologia “é a mais perigosa das ciências” e não se pode ensiná-la a um auditório grande, pois este irá necessariamente dogmatizar sobre um ensino especial; daí a necessidade de controlar seus resultados, que não devem ser contrários às velhas tradições morais e jurídicas. Para Léon Say, industrial e diretor de sociedades patronais ligadas às ferrovias, professor de economia política [...], a sociologia desembocaria no socialismo através da filosofia (CONSOLIM, 2007, p. 52).

As teorizações de Durkheim sobre a vida social – a ameaça aos antigos valores e formações intelectuais clássicas – acompanhavam outra “provocação” contra essas alas da intelectualidade tradicionalista: a sua visão do trabalho científico. Nas *Formas elementares da vida religiosa*, ao distinguir as “representações sensíveis” dos *conceitos*, Durkheim faz a seguinte analogia, após caracterizar o lugar do conceito na vida dos homens:

O sistema de conceitos com o qual pensamos na vida corrente é aquele que o vocabulário de nossa língua materna exprime, pois cada palavra traduz um conceito. Ora, a língua é fixa, modifica-se lentamente e, por isso, o mesmo acontece com a organização conceitual que ela exprime. O cientista se encontra na mesma situação em face da terminologia *especial* empregada pela ciência a que se e, conseqüentemente, em face do sistema *especial* de conceitos ao qual essa terminologia corresponde. Claro que ele pode inovar, mas suas inovações são sempre uma *espécie* de violência praticada contra as maneiras de pensar instituídas (DURKHEIM, 1996, p. 481).

O problema das desavenças e simpatias entre ciência e religião, que está na base da produção teórica de alguns dos concorrentes de Durkheim a partir dos anos 1870, passa a se configurar de um outro modo. Grande parte em razão do processo de autonomização no campo intelectual. Nas oposições entre literatura e filosofia, vemos alguns grupos de intelectuais que “defendem a autonomia da ciência, ou seja, o estudo dos fatos como um fim em si mesmo e não como suporte de opiniões políticas e religiosas” (CONSOLIM, 2007, p. 76). Uma vez que os princípios religiosos deixam de alinhar-se aos princípios “científicos” da intelectualidade francesa, o próprio fenômeno religioso passa a distanciar-se dos currículos dos aliados de Durkheim. A classificação das ciências sociais de Charles Seignobos, um dos que se contrapunham a Durkheim, releva o lugar da religião na constituição das mesmas. “Pode-se identificar a forte influência do naturalismo de Taine [...], da economia social de Le Play, modificada por Gide [...], da história das civilizações, atualizada pela psicologia social e filosófica de Tarde, da economia liberal e, por fim, da síntese evolutiva, ou seja, Spencer”. Ou seja, em autores explicitamente avessos ao grupo durkheimiano (CONSOLIM, 2007, p. 90-91).

O sociólogo, por sua vez, aproveita o ensejo de seu trabalho e esclarece essas disputas e disparidades entre os sistemas religioso e científico. A ciência e a religião não deveriam mais imbricar-se em trabalhos teóricos, pois suas esferas de atuação na vida social estavam se dissociando uma da outra:

Mas o mundo da vida religiosa e moral permanece interdito. A maioria dos homens continua a crer que existe nele uma ordem de coisas na qual o espírito *só* pode penetrar por vias muito especiais [qual seja, o sentimento e a sensibilidade individuais]. Daí as fortes resistências encontradas sempre que se tenta tratar

cientificamente os fenômenos religiosos e morais. Mas, a despeito das *oposições*, as tentativas se repetem e essa persistência mesma permite prever que essa última barreira acabará por ceder e que a ciência se estabelecerá soberana menos nessa região conservada.

Nisso consiste o conflito da ciência e da religião. É comum fazer-se uma ideia inexata a respeito. Diz-se que a ciência nega a religião em princípio. Mas a religião existe, é um sistema de fatos dados; em uma palavra, é uma realidade. Como poderia a ciência negar uma realidade? Além do mais, enquanto a religião é ação, enquanto é um meio de fazer viver os homens, a ciência não poderia ser considerada tal, pois, mesmo exprimindo a vida, não a cria; ela pode perfeitamente procurar explicar a fé, mas, por isso mesmo, a supõe. Assim, não há conflito a não ser num ponto limitado. Das duas funções que a religião primitivamente cumpria, existe uma, mas só uma, que tende cada vez mais a lhe escapar: a função especulativa. O que a ciência contesta à religião não é o direito de existir, é o direito de dogmatizar sobre a natureza das coisas, é a espécie de competência *especial* que ela se atribuía para conhecer o homem e o mundo. Na verdade, a religião não conhece a si mesma. Não sabe de que ela é feita, nem as quais necessidades responde. Longe de poder ditar a lei à ciência, ela própria é *objeto* de ciência! (DURKHEIM, 1996, p. 476-477).

Assim como Flaubert “era uma ameaça à ordem estabelecida”, Émile Durkheim era uma ameaça à antiga ordem institucional do ambiente intelectual francês (MORETTI, 2014, p. 104; LEPENIES, 1996). No momento em que um movimento concêntrico reestruturava os parâmetros de produção do conhecimento no campo científico e questões ligadas à atividade literária como o estilo, por exemplo, não mais deveriam interferir nos procedimentos metodológicos adotados, Durkheim protagonizou as principais transformações no plano teórico-metodológico da ciência sociológica, “reinventando” a seu modo uma nova forma de se produzir o conhecimento sobre a vida social, completamente diferente daquela de seus concorrentes de formação humanista.

Por isso estes autores temiam as teorizações durkheimianas acerca da vida social, especialmente por estarem se referindo à vida social francesa e àqueles autores imbuídos no campo científico em pleno processo de autonomização a partir dos anos 1880. Lembrando que estes autores, ligados aos ensinos superior e secundarista, estavam disputando com Durkheim o modelo de sociologia da Terceira República (CONSOLIM, 2007, p. 33-34). O rigor do método sociológico defendido por Durkheim ao longo de toda sua trajetória intelectual, por sua vez, contribuiu para distinguir seu modelo epistemológico dos demais no campo científico. Partindo da premissa, cuja origem é a obra de alguns autores alemães, de que o todo (a sociedade) preside sobre as partes (os indivíduos), Durkheim “refrata” (no sentido atribuído ao termo por Medviédev) em seus textos sociológicos as urgências e pressões da França do final do século XIX, com suas transformações estruturais e seus corolários no

campo científico, e no qual estava inserido e confrontava uma dúzia de adversários (CONSOLIM, 2007; MEDVIÉDEV, 2012).

Essas transformações, cujo início pode-se remeter ao final do século XVIII com a Revolução de 1789, estão submersas nos textos franceses e nos textos sociológicos de Émile Durkheim. De certa forma, nestes trabalhos, referem-se mais à autonomização do campo científico e à construção do objeto e do método da sociologia durkheimiana. Mas não se deve perder de vista o fato de que o final do século XIX é um dos momentos de maiores transformações políticas e sociais na realidade social francesa em muitos domínios.

Na metade do século, quando Flaubert inicia sua trajetória no campo da literatura, a França estava no auge de um processo histórico que veio a consolidar um novo estilo de vida alicerçado nas aspirações e reivindicações da burguesia francesa, destituindo, ao cabo desse processo, a organização política do Antigo Regime. Este processo desengatilhou, por sua vez, o processo de autonomização do campo literário que há muito vinha se constituindo na França através do trabalho de vários escritores engajados na escrita da literatura.

Do ponto de vista do trabalho literário, Flaubert “contribui para transformar o romance e o processo de representação da sociedade. Em primeiro lugar entre seus pares – todos os romancistas de alguma ambição, especialmente os naturalistas, tratam-no como chefe de escola” (BOURDIEU, 1996, p. 109). Assim ele o faz ao recorrer ao que Moretti designa como o “novo dispositivo linguístico” próprio do mundo burguês: o estilo indireto livre. Diz ele: “o estilo indireto livre é uma técnica tolerante, mas é a técnica da socialização, não da individualidade”. E, de fato, Bourdieu, ao explorar o esforço de formalização da linguagem do “realismo” de Flaubert, não deixa de mencionar o estilo indireto livre como o recurso indispensável de sua escrita (BOURDIEU, 199, p. 109-132; MORETTI, 2014, p. 102).

[...]: um estilo que, mediante trabalho incansável, levou a prosa burguesa a um nível de objetividade e consistência estética sem precedentes – só para descobrir que já não sabe o que pensar sobre o seu objeto. Obras perfeitas e sem nenhuma razão de ser (MORETTI, 2014, p. 105).

No hercúleo trabalho de atingir tal objetividade, a sociologia de Durkheim deparou-se com a obra de autores que buscavam “fundar as ciências sociais em bases naturalistas e individualistas”, como Spencer e Taine, por exemplo. Se Durkheim, a partir dos anos 1890, “defendia a autonomia da sociologia em relação às ciências biológicas e psicológicas” é porque, nos anos 1870-1880, a sociologia estava impregnada desses preceitos (CONSOLIM, 2007, p. 2). Contudo, é nesse período que um outro escritor de romances empreende fazer

análises “sociológicas” de acordo com estas bases naturalistas, visando, dessa forma, chegar a resultados “científicos” do seu ponto de vista.

Alicerces do naturalismo

Emile Zola é, talvez, o maior representante da estética naturalista francesa na literatura. A maior parte de suas obras foi publicada a partir dos anos 1860. Levando a cabo um projeto literário que inclui, aproximadamente, mais de quarenta trabalhos, entre romances e peças teatrais, Zola é um espírito de sua época. Mas:

Qual o seu credo, afinal? Na base, sem dúvida, um enfoque negativo da condição humana centrada na sua dimensão natural e sem o reconforto de nenhum suporte espiritual: coisa no universo das coisas, o homem está *condicionado* pelo meio ambiente e pelo estigma hereditário [...], o ser humano tem o seu destino inscrito no cosmos universal, [...]. A metafísica cede seu lugar à física, [...], toda uma mitologia cosmonatural e bioorgânica acaba povoando a sua vasta criação, que descreve forças geradoras e destruidoras. [...], Émile Zola vai introduzir, nessa visão naturalista, a esperança moderna por excelência do milagre científico. Pois na verdade a ciência torna-se, para ele como para sua época, um álibi espiritual. [...], acredita-se então no poder sobre-humano de um progresso científico apto a regenerar e apurar a espécie humana. E é isto mesmo que seus livros dizem. Cada romance descreve a mecânica humana em funcionamento – [...], mas para detectar o *órgão* doentio a fim de saná-lo e extirpá-lo. [...]. *Médico* e *sociólogo* implícito, Zola aparece como um *místico* materialista trabalhando por uma ciência e um socialismo forjadores da miragem paradisíaca. [...]. Essa postura profunda vai [...], sedimentar todas as suas convicções de artista. [...] remete aliás, [...], a certos outros *escritores-pensadores* franceses; [...], acaba por confundir-se ele também com a imagem do *filósofo que se exprime através da ficção*. [...]. A arte *confunde-se* com o pensamento, ambos a serviço da crença pessoal (Caroni In ZOLA, 1995, p. 9-11) (grifos nossos).

Ao final do século XIX, especialmente nos romances naturalistas, as ciências naturais ainda exerciam certa influência sobre a representação literária da realidade e a perspectiva do romancista a respeito de seu trabalho exemplifica o papel que exerciam na produção dos bens simbólicos. O naturalismo foi um movimento literário encabeçado por autores desejosos de explicar a vida social através de seus romances, e de personagens que beiravam a própria realidade em meio a circunstâncias ora corriqueiras ora excepcionais. Os princípios que presidiam a sua elaboração, por sua vez, eram também encontrados em trabalhos de biólogos, fisiologistas, anatomistas, etc., nas tradições científicas que vinham na esteira das obras dos naturalistas dos séculos XVII e XVIII. A fé na ciência era uma de suas marcas.

A natureza humana, sob o ponto de vista literário, foi então encarnada no mundo da natureza. Como outrora, determinismos biológicos e outros relativos ao ambiente natural foram imputados como responsáveis pelas ações e relações humanas, bem como por seus desdobramentos no funcionamento da vida social. Veículo de expressão dessas concepções, o

romance naturalista deveria suprimir os elementos que caracterizaram o gênero literário até meados do século e assumir uma nova postura pautada nos pressupostos trazidos pela torrente positivista.

Na linha de frente estavam Zola e seus seguidores. Empenhados nesta redefinição, procuraram em seus trabalhos levar a cabo métodos de composição inspirados por aquelas ciências e, nesse sentido, a própria definição do romance estava em jogo. Na verdade, para o líder do movimento naturalista o termo precisava de um substituto à altura, apto a comportar seus novos e reformulados objetivos. Era preciso distanciar-se dos autores dos séculos XVII e XVIII cujos “personagens são simples mecânicas de sentimentos e paixões, que funcionam fora do tempo e do espaço” (ZOLA, 1995, p. 42). Os novos personagens dos romances naturalistas precisavam transbordar sua animalidade, a natureza humana deveria transpirar-se por seus poros pelo próprio fato de que o gênero se havia transformado:

É, inicialmente, desagradável que não tenhamos podido mudar essa palavra “romance”, que nada mais significa, aplicada a nossas obras naturalistas. Essa palavra traz uma ideia de conto, de fabulação, de fantasia, que destoa de modo singular das nossas verbalizações. Há quinze ou vinte anos já se sentira a impropriedade crescente do termo, e houve um momento em que se tentou colocar nas capas a palavra “estudo”. Mas isso ficava muito vago, e apesar de tudo a palavra “romance” se manteve. Seria necessária, hoje, uma feliz descoberta para substituí-la. Por sinal, esses tipos de mudanças devem se produzir e se impor por si próprios (ZOLA, 1995, p. 40-41).

Portanto, as personagens romanescas deviam, tanto quanto fosse possível ao seu autor, aproximar-se da realidade social. O texto data por volta de 1880, mas apresenta o desenvolvimento de uma concepção acerca do romance que já se encontrava em Balzac nos anos 1830, pois “estudos de costumes” funcionava como subtítulo de toda sua *Comédia humana*. O próprio Zola reconhece que não é precursor deste movimento, próprio da tradição francesa, mas que apenas segue os caminhos deixados em aberto por outros autores. Reputa a Stendhal, Balzac e Flaubert, especialmente, as principais contribuições estilísticas herdadas diretamente pela estética naturalista, porém emenda maiores elogios ao autor de *Madame Bovary*, obra que a seu ver ilustra o arquétipo por excelência do estilo próprio ao novo movimento literário. Sem dúvida, se trata de uma estratégia do autor de *Do romance* aludir aos três cânones da tradição francesa a ascendência de sua escola e tem a clareza de reconhecer que esse progresso desenvolve-se “por si mesmo” ao longo dos dois últimos séculos. As modificações que operaram esse desenvolvimento no romance moderno, de Stendhal a Zola, e os irmãos Goncourt, descambaram no naturalismo como um movimento

estético preocupado com a exatidão na reprodução da vida social em literatura. Chegou-se, portanto, ao ápice, com o naturalismo, daquilo que outrora Balzac almejava: apresentar um “estudo de costumes” do animal humano engastado em seu próprio habitat, com seus vícios e suas virtudes inerentes. Mas é preciso salientar quão afastados em suas intenções é a tríade assim formada, a despeito das novidades estilísticas introduzidas em suas obras. Cada um contribuiu, a seu modo, na reinvenção do gênero literário ao longo do século XIX.

“Stendhal é antes de tudo um psicólogo”. Para Zola, lendo um de seus trabalhos, “nos encontramos ainda diante de uma metafísica que estuda a alma como uma abstração, sem desejar averiguar a ação que as engrenagens da máquina e que a natureza inteira exerce evidentemente sobre ela”. Mas, apesar disso, “o papel de Stendhal [...] é de tal forma considerável [...] que [suas obras] determinaram, com as de Balzac, a evolução naturalista atual” (ZOLA, 1995, p. 49 e p. 57).

Destarte, Stendhal é o que mais está distante, no tempo e em seus desejos como romancista, do que viria a se tornar o escopo do naturalismo zoliano nos anos 1880, mas nem por isso, segundo o autor, deve-se relegá-lo ao esquecimento na tradição francesa. Balzac, por sua vez, “tomou o homem por inteiro, com seus órgãos, com os meios naturais e sociais, e completou as experiências do psicólogo com as do fisiologista” (ZOLA, 1995, p. 93). Ambos deram ensejo ao que mais tarde ficou conhecido como Realismo, o qual comporta sob a sua insígnia, entre outros autores, Gustave Flaubert. Este, o mais admirado entre os três, dispõe de um espaço considerável em seus ensaios de crítica literária tanto para o *escritor* quanto para o *homem*, tendo em vista que ele e Zola conservaram ainda em vida relações muito próximas de amizade. O impacto do escritor para o desenvolvimento do naturalismo, aos olhos de Zola, vai além da simples publicação de seus romances, pois, nos bastidores da representação literária, foi ele quem sugeriu pequenas alterações em trabalhos de sua autoria e dos irmãos Goncourt. Contudo, Flaubert não compartilhava explicitamente, como Balzac e os naturalistas o faziam e reclamavam, de nenhuma teoria científica tida como substrato indispensável ao seu trabalho de escritor. O que podemos supor é que o romancista apresentava, para Zola, os dois itens fundamentais sem os quais não poderia chegar ao termo de seus trabalhos: o senso do real e a expressão pessoal. Só a combinação destes dois elementos permite que um autor exprima a fidelidade da vida na estetização da realidade social, pois “nada substitui o senso do real e a expressão pessoal. Quando não se tem esses dons, melhor seria vender candeia do que se ocupar em escrever romances” (ZOLA, 1995, p. 34).

Essas duas propriedades combinadas resultam, então, em uma “verdadeira obra naturalista”, num tipo de literatura preocupada com o rigor do trabalho de escritor aplicada à apreensão e à representação da vida em sociedade, à guisa de uma ciência natural positivista apta a induzir e a gerenciar o desenvolvimento da sociedade francesa em vias de uma modernização cada vez mais aguda. Já não nos deparamos com a tradição francesa tal qual em Stendhal, em uma “psicologia pura, libertada de toda fisiologia e de toda ciência natural”. Com o naturalismo zoliano, estamos diante de algo muito mais próximo e muito mais desenvolvido do que os trabalhos de Balzac, precursor da concepção moderna do romance como um “estudo” da sociedade francesa. Saindo da ênfase psicológica de Stendhal, é preciso admitir agora que “é certo que todos os órgãos têm um eco profundo no cérebro e que seu funcionamento, mais ou menos regulado, ajusta ou desajusta o pensamento” (ZOLA, 1995, p. 58 e p. 61).

Texto e contexto em Do romance

Diferentemente do que afirma Zola, é claro que tais mudanças em torno do romance não se fizeram por si mesmas, estritamente dos pontos de vista discursivo e temático. Por trás dessas transformações de ordem formal estava a haussmanização de Paris ao fincar os pilares da modernidade e pôr abaixo a antiga estrutura material e social que confinava as relações humanas aos limites de bairros específicos com uma economia própria. Uma metáfora a respeito dos tributos que deve o naturalismo a Flaubert exemplifica o que se quer afirmar: “Eu disse que Gustave Flaubert havia trazido o machado à floresta amiúde inextrincável de Balzac, para lá cortar uma *ampla avenida* onde se pudesse enxergar com clareza” (ZOLA, 1995, p. 108). A figura de linguagem ganha contornos mais nítidos à medida que nos lembramos de sua correlação com estas mudanças estruturais de amplo espectro social. O processo de urbanização (ou de haussmanização) de Paris rebenta energicamente a partir de 1860, período em que os primeiros trabalhos de Zola aparecem no mundo das letras francesas. O movimento impressionista liderado por Manet surge igualmente no mesmo período, e é a partir desse processo que Clark vê “uma conexão entre a modernização de Paris encetada por Napoleão III e seus sequazes – em particular por seu prefeito do Sena, o barão Haussman – e a nova pintura da época”. A seu ver, “nas décadas de 1860 e 1870, o que parecia impregnar a nova pintura era o caráter arbitrário e inacabado da cidade” (CLARK, 2004, p. 59-61).

Portanto, não é um exagero acreditar que, no universo da representação literária, a reorganização arquitetônica da metrópole não seja menos cara quanto foi para seu equivalente pictórico. É de conhecimento mais ou menos generalizado que o naturalismo de Zola e o impressionismo de Manet compartilhavam afinidades eletivas no que concerne aos intentos artísticos da vanguarda francesa. Sob o pano de fundo da haussmanização, o universo social parisiense adquire novos modos de mimetização de seu elemento humano e da diversidade de categorias aí inclusas. Aludir a uma *ampla avenida* fendida ao longo da história literária francesa é, em função do contexto de operação da metáfora, fazer uma referência indireta ao avanço do capitalismo na sociedade moderna e às suas consequências mais imediatas na estrutura da metrópole, pois os romances de Flaubert são publicados entre 1856 e 1871. Como por um movimento irrefletido na construção da passagem, Zola deixa entrever o contexto histórico no qual o curso da “evolução naturalista” vinha sendo realizada desde os anos 1830.

A reformulação do novo quadro social que as modificações estruturais realizaram a partir dos anos 1860 subjaz, assim, aquela evolução estilística evocada pela metáfora zoliana. Paris, lembremos, até meados dos anos 1850, era uma cidade caracterizada por bairros afastados uns dos outros, cheia de encruzilhadas e disposta de uma maneira passível de permitir as famosas barricadas retratadas por Victor Hugo em *Os miseráveis* a respeito da Revolução de 1848. À medida que a haussmanização seguia adiante na modernização da capital, os antigos moldes materiais das relações sociais entre grupos, vizinhos, bairros e tradições desapareceriam e eram substituídos por “linhas retas rumo às estações de trem [com] o intuito de expressar que Paris era, dali em diante, parte de uma economia nacional ou internacional” (CLARK, 2004, p. 84 e p. 99).

Os efeitos da nova política urbana faziam ressurgir em representantes da velha Paris saudosismos voltados para o antigo modelo de organização social e atacavam sem pena o estado no qual o barão de Haussman deixara a cidade:

É evidente que suas descrições eram padronizadas: as evocações de Paris de 1830 e do mundo de Balzac e do *monsieur* Proudhomme tornaram-se tão cansativas quanto a apologia da modernidade feita pelos arautos do barão. [...]. Aqueles prédios de seis andares, [...], aquelas vitrines, [...] não eram Paris; eram outra coisa: uma imagem colocada no lugar de uma cidade que havia perdido os próprios meios de representação (CLARK, 2004, p. 106-107).

No campo da literatura, a representação da vida social já vinha se modificando paulatinamente desde os anos 1830 e Zola, um dos representantes do novo movimento literário, levantava a bandeira do cientificismo positivista como princípio de composição do

romance naturalista em função do papel que este desempenhou ao longo de todo o século XIX. Não só a noção de romance deveria ser substituída pela de “estudo” como, agora, se fazia necessário utilizar métodos e instrumentos de observação e análise em sua elaboração. No campo da pintura, os meios e as técnicas de representação também passavam por uma inflexão similar, e o distanciamento tornou-se um dos signos dos impressionistas. Não é por acaso que em ambas as formas de representação da realidade, os meios e os materiais da figuração, transpuseram os padrões dominantes do início do século. Com a urbanização da capital francesa, e a conseqüente relocação de grupos sociais próprios da dinâmica de *quartier*, as relações entre as classes ficaram alicerçadas sob o signo da *incerteza*. Mas, apesar de o fato das relações de produção, até 1860, concentrarem-se em uma economia de bairro, “não significava, e nunca havia significado, que o bairro fosse uma unidade fechada e autossuficiente” (CLARK, 2004, p. 89 e p. 95).

Podemos afirmar que passou a existir um distanciamento material entre as classes sociais de um jeito antes desconhecido. Mas essa divisão da cidade por “linhas de classe” seguramente influenciou a maneira como os modos artísticos de representação seriam, doravante, conduzidos por seus representantes em cada modalidade específica. Tomemos, por exemplo, os argumentos de Clark sobre os procedimentos na pintura impressionista:

A técnica, não obstante, era estranha, [...]; sem dúvida o objeto se revelava a distância, e o pintor recuava mais e mais até o ponto apropriado para *ver e comparar*. No entanto, o recuo em si implicava um *distanciamento* peculiar; era como se tivesse de existir um espaço entre o pintar e o representar: os dois procedimentos jamais deviam se entrelaçar totalmente, nem ser vistos como parte essencial um do outro. Isso ocorre porque [...] os hábitos normais de representação não deveriam ter chance de funcionar [...] (CLARK, 2004, p. 55-56) (grifos nossos).

E agora os comparemos aos de Zola a respeito de uma das propriedades fundamentais para a construção do romance naturalista:

Hoje, a qualidade mestra do romancista é o senso do real. [...] o senso do real é *sentir* a natureza e representá-la *tal como* ela é. [...], nada é mais raro. *Os pintores sabem muito bem disso*. Coloquem alguns pintores diante da natureza, eles a verão do modo mais barroco do mundo. Cada um perceberá uma cor dominante; um a fará tender ao amarelo, um outro ao violeta, um terceiro ao verde. *Para as formas*, os mesmos fenômenos se produzirão; um arredonda os objetos, outro *multiplica os ângulos*. Cada olho tem, assim, uma visão particular. [...], quando não se tem o senso do real, não é possível adquiri-lo. [...]. O senso do real *só* se torna absolutamente necessário *quando* nos prendemos às pinturas da vida. Então, nas perspectivas em que nos encontramos hoje, nada poderia substituí-lo, nem um estilo apaixonadamente elaborado, nem o vigor da pintura, nem as tentativas mais meritórias (ZOLA, 1995, p. 26-27) (grifos nossos).

A liberdade em reproduzir a vida na arte é mais flagrante na pintura impressionista. O escritor precisa ficar preso ao “senso do real”, ou seja, precisa se preocupar tanto quanto

possível com a veracidade de sua “imitação”. Ao recusar a imaginação existente outrora nos romances franceses e reclamar à natureza a fidedignidade de sua reprodução, Zola tende a se aproximar, assim, da ciência positivista e do acúmulo de seus resultados. Mas, concomitantemente, não deixa de “mostrar o elemento real, a vida no que ela tem de verdadeiro” como, antes dele, o fizera Stendhal (ZOLA, 1995, p. 29).

Nesse sentido, a refração do meio ideológico por um desvio ético-filosófico, do qual falava Medviédev, em Zola, aparece como um apelo à ciência no entendimento da vida cotidiana bem como nos caminhos pelos quais deveriam ser guiados os indivíduos na moderna sociedade francesa. Para o romancista, a ciência era uma medida de valor mais ou menos pessoal e, uma vez que estava à frente do progresso, não teria por que não servir aos fins do romance naturalista. Signos de um determinado contexto histórico, a obra literária e a pintura impressionista estavam prenhes das várias ideologias conflitantes pautadas pelas relações sociais vigentes no período. Em uma metrópole cuja “forma e o ritmo da produção estavam mudando [...] tratava-se de uma questão de escolha – ou talvez de experiência – entre enfatizar, nos anos 1860, o positivo ou o negativo da nova situação” (CLARK, 2004, p. 99-10; MEDVIÉDEV, 2012, p. 65-66; ZOLA, 1995, p. 42-43).

O entusiasmo pelo positivismo científico não deu tanta margem para o escritor quanto aquela da qual desfrutavam os pintores impressionistas, cujas obras permitiam-lhes figurar a vida e a *natureza* sem necessariamente deterem-se numa imitação realista da paisagem mediada pelo distanciamento entre o pintar e o representar. Na verdade, era uma de suas intenções elaborar um compósito de literatura, ciência natural e sociologia, por isso o uso do termo “romance” revolvía-o constantemente, dando preferência ao termo “estudo”. Como uma obra de ciência, podia desfrutar do mesmo instrumento de análise usado por Taine no estudo de Balzac, ou pelos historiadores do mesmo período. Como representação literária da realidade, “o romancista inventa ainda mais; inventa um plano, um drama; apenas, é uma ponta de drama, a primeira história surgida, e que a vida cotidiana sempre lhe fornece” (ZOLA, 1995, p. 24).

Descrevendo o meio ideológico

A prostituta Naná “ocupava no Boulevard *Haussman* o segundo andar de uma grande casa nova que o proprietário alugava só a senhoras, para as obrigar a lavar os estuques”. “O compartimento, vasto demais *para ela*, nunca fora mobiliado por completo; e um luxo

vistoso, mesinhas e cadeiras douradas, *contrastava* com um bricabraque de segunda mão, mísulas de acaju e candelabros de zinco *a fingirem* de bronze florentino” (ZOLA, 2002, p. 36). De início, Naná é marcada pela contradição e pela incerteza (a princípio, dos objetos que pretendem ser de outra qualidade) e sua residência situa-se numa das principais avenidas da metrópole francesa, cujo nome conhecido data dos primeiros anos da política de urbanização. O luxo de seu apartamento destoa em relação a uma coleção de objetos usados. O narrador segue afirmando: “Tudo aquilo *cheirava* a jovem deixada muito cedo pelo seu primeiro possuidor sério, caída em amantes equívocos, a um começo difícil, falhado, entravado por recusas de crédito e ameaças de expulsão...”. A analogia dos objetos recai em seus amantes: Naná “colecciona” amantes equívocos (ou, saturando a analogia, objetos usados). O cheiro do apartamento nos remete imediatamente ao seu árduo passado (deixada, caída, falhado, entravado). Uma característica que se apontou a respeito do naturalismo concerne a *sentir* a natureza e reproduzi-la tal qual; provoca-se nosso olfato para entender o que se passou na vida da jovem.

Zoé, sua criada, “tinha o rosto comprido, um focinho canino [e não um nariz], lívido e bexigoso, com grossos lábios e olhos negros em incessante movimento”. A cena em questão retrata um mal-entendido entre horários de dois de seus clientes:

Chamavam assim, entre si, sem se rirem daqueles nomes de morenaço e sovina, os dois homens que pagavam, um comerciante do bairro de Saint-Denis, de temperamento mesquinho, e um valáquio, *pretense conde*, cujo dinheiro, sempre muito irregular, tinha um cheiro estranho (ZOLA, 002, p. 37) (grifos nossos).

A incerteza que Clark atribuíra ao novo modo de distribuição das classes sociais, a partir da haussmanização de Paris, se faz presente mais uma vez. Agora na esteira do naturalismo e de suas características próprias. A reestruturação material da cidade deu ensejo a uma dinâmica capaz de permitir um “desfile de ‘tipos’ num palco apropriado” e Naná e Zoé são dois exemplos deste espetáculo. Clark evoca, assim, o termo que Charle designou para delinear a gênese de um novo tipo de experiência social: a sociedade do espetáculo. E o mundo do teatro estava à frente, como forma de lazer e entretenimento, desse novo estado de coisas e personagens que desfilavam por todos os lados na Paris dos anos 1870 e 1880 (CHARLE, 2012; CLARK, 2004, p. 108).

Não é em outro ambiente que Naná faz sua primeira aparição no romance zoliano. O *Varietés* torna-se sua segunda casa. É lá que a grande maioria de seus clientes e amantes, afora a sociedade francesa como um todo, acaba por tomar conhecimento de sua existência. É

o mundo no qual se viabilizam estratégias de mobilidade social, onde “as novas rainhas do palco são mulheres-objetos, cada vez mais erotizadas, que expulsam definitivamente para as coxias as distantes heroínas das tragédias clássicas tão presentes na década de 1840 com suas pomposas indumentárias” (CHARLE, 2012, p. 25).

Naná, muito alta, muito forte para os seus dezoito anos, na sua túnica branca de deusa, os seus compridos cabelos loiros soltos com simplicidade pelas espáduas, descia para o palco com um aprumo tranquilo, sorrindo ao público. [...] Logo ao segundo verso, olharam-se uns aos outros na plateia. [...]. Nunca se ouvira uma voz tão falsa, nem entoada com menos graça. [...] era uma verdadeira taquara. Ela nem mesmo sabia estar em cena, estendia as mãos para frente enquanto balançava todo o corpo, de forma pouco decente e desajeita (ZOLA, 2002, p. 20).

Assim, Naná é uma “refração ideológica de um tipo social determinado”, qual seja: a atriz-prostituta francesa dos anos 1870 e 1880. Sua função na estrutura da obra é refletir o horizonte ideológico do grupo de jovens mulheres que desemboca nesses dois mundos. Nesse sentido, Clark (2004) e Charle (2012) têm razão quanto ao espetáculo que se fazia acontecer na Paris das grandes avenidas, dos magazines, dos teatros e de sua relação com a prostituição. Indivíduos os mais variados atravessavam esse espaço urbano que se confundia com o próprio capital e sua economia de escala. A morfologia do mundo do teatro, nesse contexto, corresponde à hierarquização social e geográfica das diferentes categorias sociais e de seus locais de entretenimento, resultado da política de urbanização do barão de Haussman. A cena da estreia de Naná, com todos os elementos que não parecem se encaixar (sua voz, seus gestos, sua estrutura corporal para a idade), não deixa de representar o *meio* (ou habitat) próprio da cidade naquele período. O teatro está presente tanto em *Naná* quanto em *Do romance*, a despeito das diferenças de seus respectivos objetivos. Em um, o escritor procura expor por qual método deve-se levar adiante o estudo do universo teatral com base no cientificismo naturalista: reunindo documentos, entrevistando informantes, colecionando fatos e comparando-os, indo a campo. Procedimentos que posteriormente deixaram seu legado em tradições das ciências humanas. Em outro, exemplo concreto de aplicação deste método científico, o romancista apela ao seu imaginário no intuito de dar vida a “criaturas vivas em seu próprio meio”, elabora uma trama e desenrola, assim, o desfecho de um romance (ZOLA, 1995, p. 25-26; 2002).

A preocupação em retratar exatamente a vida cotidiana da sociedade francesa, no caso, o mundo do teatro, o fez mostrar o quanto “a segunda metade do século XIX conseguiu impor estrelas bem distantes dos cânones tradicionais da beleza ou da voz tida como teatral, criando,

assim, a ilusão de que se poderia superar essa loteria da aparência e do sopro vital unicamente com força de vontade e talento” (CHARLE, 2012, p. 104).

A *Olympia* de Manet, outra prostituta dessa sociedade do espetáculo, também causou rebuliço quando de sua exposição no salão em 1865. Como salienta Clark (2004, p. 129-130), “já havia se tornado lugar-comum naquela década que mulheres desse tipo [...] usurparam o centro das coisas e pareciam estar transformando a cidade à sua imagem”. E a exclamação que o jovem estudante deixa soar em alto e bom som à primeira visada de Naná, em sua estreia, parece sugerir a mesma admiração: “Muito elegante!”. Ao final do romance, a morte da personagem abala a todos aqueles que fizeram parte de seu círculo mais estreito. Esquecida pela sociedade que antes a aclamara, está condenada a falecer em meio aos gritos da multidão em clamor da guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurou-se conectar as formulações teórico-metodológicas das obras de Émile Durkheim aos romances de três autores clássicos da literatura francesa: Honoré de Balzac, Gustave Flaubert e Émile Zola. A partir das principais pesquisas que resumem o programa durkheimiano – *Da divisão do trabalho social*, *O suicídio* e *As formas elementares da vida religiosa* –, e de algumas das obras daqueles romancistas, apresentou-se três momentos distintos da literatura e da teoria sociológica de Émile Durkheim, enfatizando-se o contexto histórico e social da França no século XIX, bem como as concepções literárias então correntes na tradição francesa. Assim, pôde-se ilustrar o mútuo aproveitamento das relações entre dois modos de apreensão e representação da realidade social a fim de ampliar o conhecimento acerca de seus processos de produção.

Cada um destes autores elaborou um tipo de literatura de acordo com as “exigências” e lacunas do ambiente intelectual, sinalizando, assim, a ordem estética e científica vigente em três momentos da história intelectual francesa. As representações literárias, por sua vez, sofreram significativas transformações no que concerne aos seus modos de configuração estilística. No projeto da *Comédia humana*, de Balzac, ciência e literatura não se encontravam desatreladas no sentido de suas pretensões de apreensão, compreensão e representação da realidade social. Por isso, a prostituta Esther, de *Esplendores e misérias das cortesãs*, é apresentada ao leitor de um modo um tanto quanto “degradante”, partindo da localização de seu bairro na Paris dos anos 1830-40 até a descrição física mais minuciosa. Inspirado em autores de relevância na tradição francesa, o escritor decidiu-se por ordenar seus romances de um ponto de vista “naturalista”, situando e configurando seus personagens em um “meio” próprio, responsável, por sua vez, por “modelar” as características físicas e morais que lhes eram próprias. Assim, o “nível de moralidade” de cada um dos personagens balzaquianos está sujeito ao “meio” no qual se encontra engastado.

O modo de composição de seus romances, dessa forma, está de acordo com a clássica formação dos *honnête homme* franceses, de origem nobre e aristocrática. Tomando como princípio o elemento *sentimental* com vistas a construção do conhecimento científico, grande parte dos herdeiros desse tipo de formação intelectual dominava o primeiro lugar no que diz respeito às cadeiras das instituições de ensino, ambiente seguro do qual desfrutaram até o final dos anos 1870.

Apoiado nestes pressupostos, Balzac almejava escrutinar a sociedade ao desvelar seus móveis mais essenciais. Afinal, o *reino* social era algo a mais que o *reino* animal, embora se aproximassem quanto às diferentes espécies sociais em interação na sociedade francesa. Teríamos, portanto, uma espécie de “sociologia selvagem” nas obras de Balzac.

Todo o peso da tradição no ambiente intelectual francês nos anos 1830-1840 pode ser percebido, sobretudo, pelo insucesso de Auguste Comte. Comte, contemporâneo de Balzac, também desejava levar adiante um novo modo de apreensão e análise da realidade social. Contudo, esta nova ciência do social, diferente das antecessoras, como as obras que inspiraram Balzac, deveria apoiar-se na *razão*. A escrita do cientista era muito distante daquela maneira de ilustrar a vida por um viés mais literário. Além do mais, a vida social não era coordenada pelas mesmas leis que orientavam a conduta dos seres do mundo natural. À sociologia de Comte cabia o título de última ciência positiva, cuja principal diretriz seria explicar a realidade social.

Mas a trajetória intelectual de Comte não seguiu os caminhos estritos da razão. Uma arrebatadora paixão o conduziu ao redimensionamento do papel do elemento *sentimental*; e a guinada em sua produção bibliográfica foi completa ao levar seu sistema de pensamento a desembocar em uma religião positiva, cujo poder seria capaz de embelezar o mundo.

A partir da metade do século XIX, precisamente no momento em que Gustave Flaubert se lança à carreira de escritor, o ambiente intelectual francês permite que o autor de *Madame Bovary* opere toda uma inversão no modo de composição das personagens e dos ambientes exteriores. Logo, um modo que destoava de Balzac a respeito da “subordinação” do enquadramento narrativo dos personagens, que em Balzac era associada à noção de “atmosfera moral” de um determinado “meio”. Em Flaubert, o processo do trabalho de formalização da linguagem literária é levado ao paroxismo. Em pleno momento de autonomização do campo literário, Gustave Flaubert esforçou-se por construir uma posição totalmente nova; uma posição que não o deixasse à mercê dos interesses dos grupos em disputa naquele contexto histórico. Pôde, entre outras coisas, sobrevoar o habitat dos moradores de Yonville, província na qual Emma Bovary inicia suas aventuras amorosas às escondidas com jovens estudantes e aristocratas com “experiência” nas causas do amor.

Valendo-se de um habilidoso manuseio do discurso indireto livre, o narrador flaubertiano não revela qual é sua posição ante o acontecimento dos fatos narrados. Todas as conclusões que podem emergir após a apresentação de uma sequência de fatos e interações

entre os personagens da trama ficam somente ao encargo do leitor, que deve julgar ele próprio o que está acontecendo à medida que vai enveredando-se pelos meandros do enredo de seus romances. Ademais, o hercúleo dispêndio de energia levado a cabo por Gustave Flaubert permitiu-lhe, de acordo com os argumentos de Pierre Bourdieu, aproximar-se de uma literatura de orientação mais sociológica, ultrapassando, por sua vez, as intenções de Balzac décadas antes. A documentação referente a um grande volume de pesquisas e materiais sobre o conteúdo de seus trabalhos aproxima-o do tipo de documentações que apenas sociólogos ou outros autores das ciências humanas deveriam se encarregar ao longo de suas investigações científicas. Assim, pudemos observar alguns dos dramas vivenciados por Emma e como foram conformados pelo escritor: sua relação com a religião, os desejos materiais e sexuais, as aventuras excitantes que a distanciam da realidade cotidiana e da mediocridade de seu pobre marido, o “desprezo” pela filha, etc.

Pudemos, aliás, forçar uma relação entre a teoria sociológica de Émile Durkheim e o romance de Gustave Flaubert a partir da noção de *tipo*, característica compartilhada pela literatura, quando trata de tipos sociais e suas relações como personagens de um mundo particular, e pela sociologia, a despeito dos objetivos que a mobilizaram em seus respectivos campos de produção. O campo científico e universitário, assim como o campo literário a partir dos anos 1850, é atravessado por um processo de autonomização bastante similar. No campo literário, a existência de pretensões e critérios “científicos” foi relegada a último plano, deixando lugar para as preocupações relativas às questões propriamente estilísticas. Neste sentido, tanto Émile Durkheim quanto Gustave Flaubert estão voltados e debruçados sobre problemas e critérios internos a cada campo de produção simbólica.

O processo de modernização e aburguesamento da vida social francesa, que permitiu a Balzac a possibilidade de arriscar uma carreira como escritor, avançou ao longo do século e imprimiu sua marca nas obras de diferentes e variados autores, além de carregar em seus respectivos entrecos os elementos a identificar a dissolução do Antigo Regime. O século burguês, segundo Franco Moretti, arrasta, imbricado no transcorrer de sua história, a utilidade e a objetividade próprias da classe burguesa, os diacríticos das transformações estruturais e sociais ocorridas na França desde o final do século XVIII.

É no bojo dessas transformações que as formulações teóricas de Émile Durkheim sobre a realidade social resplandecem neste trabalho. Da primeira à última obra, Durkheim esteve preocupado com as questões do método em sociologia. Para o autor, a sociologia surgia da

necessidade de se compreender os problemas advindos do processo de modernização da realidade, tais como a divisão do trabalho, o aumento do número de suicídios e, inclusive, o fenômeno religioso.

Por si só, a atitude e as concepções “pragmáticas” de Durkheim, em se tratando das diretrizes e procedimentos a serem operacionalizados pela disciplina sociológica ao abordar os *atos sociais*, em nada se confundiam com os procedimentos ou as perspectivas teórico-metodológicas de disciplinas interessadas em disputar espaços institucionais no sistema de ensino superior francês. As lutas no campo da teoria e do método científico concatenaram o sentido e a direção dos desdobramentos teóricos de Durkheim na medida em que, por “social”, estes concorrentes associavam fenômenos de origens psicológicas. Não é por acaso que a psicologia social recrutava autores com formação tradicional e posturas mais conservadoras, de formação generalista e, portanto, divergentes em vários aspectos da sociologia de Durkheim.

Gabriel Tarde, René Worms e Gustave Le Bon são alguns dos representantes das disciplinas em disputa no campo da sociologia e da “questão social” contra os quais Durkheim antepunha suas investigações sobre os fenômenos sociais. O período de permanência de Durkheim na Alemanha foi crucial para que estas oposições e relações cruzadas no ambiente intelectual francês se estabelecessem. Em sua bagagem, o itinerário intelectual de Émile Durkheim era composto, também, por premissas epistemológicas de autores germânicos, cujos estudos sobre a moral estavam balizados pela concepção de que o “todo” prevalece sobre as “partes”, como é o caso, por exemplo, daqueles autores designados como “socialistas de cátedra”.

“Marginalizado” nos estudos durkheimianos, o indivíduo viu-se, no plano teórico, subjugado pela preeminência da sociedade na conformação dos fatos sociais. Émile Durkheim, um “germanizado”, encarnava uma das maiores ameaças à clássica formação aristocrática ao contrapor aos princípios do *sentimento* a *razão* como o elemento central para a construção do conhecimento científico. Requisitava de seus aliados estudos *especializados*, ou seja, que não se confundissem quanto ao tratamento e aos próprios objetos da sociologia. Em uma palavra: a autonomia da sociologia como disciplina científica.

O processo de democratização da sociedade francesa, por sua vez, emoldurou os objetivos e horizontes da disciplina de Durkheim uma vez que os corolários dos avanços da ciência para a modernização do país alinhavavam-se à agenda dos dirigentes da Terceira

República. A sociologia durkheimiana ressoava aos ouvidos de seus concorrentes como um dos ensurdecidores ecos da reorganização política, social e institucional do sistema de ensino público francês. Ademais, a “aura” que emanava dos “grandes homens” da aristocracia decadente foi se apagando paulatinamente e na medida em que se dava o recrutamento dos novos egressos das instituições “modernas” (logo, democráticas). Em todo caso, dois esquemas de percepção e representação da atividade científica encontravam-se diante de um combate neste ambiente intelectual na virada do século.

No campo da atividade literária, o modo de expressão naturalista de Émile Zola, por outro lado, deveria apresentar todos os aspectos da *natureza humana*, uma das categorias que Durkheim desejava extirpar da ciência como fonte do desenvolvimento e da dinâmica das sociedades complexas. As pretensões de Zola, como as de Balzac, compreendiam uma “minuciosa análise” dos grupos e atores em interação na sociedade francesa. O entrelaçamento dos temas da prostituição e do teatro na obra de Zola certamente fez parte das intenções do movimento literário que encabeçava. Ele mesclou certo cientificismo aos aspectos estilísticos mais abrangentes que atravessaram a tradição literária francesa ao longo do século XIX. De Stendhal ao escopo de seu naturalismo, acreditou existir uma evolução formal que se operava por si mesma, longe de qualquer modificação da estrutura da vida social, a despeito de sua reputação um tanto equívoca como sociólogo.

Foi graças ao processo de urbanização da metrópole francesa, e sua conseqüente reorganização geográfica das classes sociais, que as perspectivas inauguradas pela pintura impressionista estream no campo das artes pictóricas. O usufruto de alguma margem de liberdade permitia aos pintores desprender-se da antiga tradição de “espelhar” a realidade tal e qual. Adaptando para os fins de sua reprodução da vida cotidiana, lançou mão do método de observação e análise que já se fazia presente na crítica literária de Taine e nos tratados de historiografia de sua época, fontes compartilhadas por vários concorrentes de Durkheim. A concepção de uma literatura inspirada pela ciência natural procurou enfatizar a feição fisiológica das personagens romanescas, atrelando-as aos meios que lhe correspondiam, bem como sua relação com a personalidade das mesmas. Naná e Zoé, a seu modo, expressam as relações da prostituição e do teatro como parte do meio em que vivem.

O mundo do teatro, por sua vez, foi compreendido como horizonte ideológico para o grupo social do qual a prostituta fazia parte como um tipo geral. Uma das características desse universo particular da sociedade do espetáculo era fazer crer as possibilidades de mobilidade

social, acessível àqueles que se enveredassem por entre suas engrenagens. Assim é com Naná, a prostitua zoliana.

Sem dúvida, dos três romancistas aqui abordados, Zola foi quem mais sofreu as influências do racionalismo científico e seus progressos. Isso pode ser confirmado pelo uso de métodos próprios das ciências naturais, apoiando-se inclusive em argumentos de Le Torneau e suas hipóteses biologizantes, às quais Durkheim refuta em sua segunda obra. Era uma das intenções de Zola expor os móveis que engendram o homem enquanto espécie animal, empreendimento bem próximo do de Balzac.

Neste sentido, subjaz o trabalho a problemática da *verdade* como critério de diferenciação entre ciência e literatura. O esforço durkheimiano de antepor aos fatos sociais um conjunto de procedimentos metodológicos e, por meio destes, às próprias invasões dos “preconceitos” do pesquisador em sociologia, sinaliza suas intenções quanto a este ponto. Uma vez que era desejo seu extinguir qualquer resquício da sensibilidade literária francesa do entendimento científico dos fenômenos sociais, sua sociologia concentrava-se exclusivamente em atingir a verdade das “leis” às quais as sociedades complexas estavam submetidas e que organizavam tanto sua estrutura quanto sua dinâmica.

As relações estabelecidas no presente trabalho podem auxiliar a compreensão, por outro viés, da posição de cada um dos romancistas e de suas obras, dentro de seu respectivo contexto histórico e social, assim como do esforço de Émile Durkheim no intuito de conduzir a sociologia a um patamar mais criterioso no que se refere a apreensão, tratamento, compreensão e explicação dos fenômenos sociais e suas origens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva 2009.
- BASTIDE, Roger. **Arte e sociedade**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- BALZAC, Honoré de. **Esplendores e misérias das cortesãs**. In: A comédia humana. Trad. Vidal de Oliveira. São Paulo: Globo, 1990, p. 13-371.
- _____. **Estudos de mulher**. Trad. Rubem Mauro Machado e Ilana Heineberg. Porto Alegre, RS: L&PM, 2006.
- _____. **O pai Goriot**. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- _____. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- _____. **O sociólogo e o historiador**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira, com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- _____. **Os usos sociais da ciência**: para uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHARLE, Cristophe. **A gênese da sociedade do espetáculo**: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena. Trad. Hidalgard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CLARK, T.J. **A pintura da vida moderna**: Paris na arte de Manet e seus seguidores. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CONSOLIM, M. C. **Crítica da razão acadêmica**: campo das ciências sociais “livres” e psicologia social francesa no século XIX. 2007, 258 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres**: o século XIX. Trad. Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maia Vaquinhas, Leotina Ventura e Guilhermina Mota. Edições Afrontamento, Lda, 1991, p. 59-95 e 145-169.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As regras do método sociológico**. 4ª ed. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **O suicídio**: estudo de sociologia. 2ª ed. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**: costumes de província. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1996, p. 199-343.

LUKÁCS, Gyorgy. **Marxismo e teoria da literatura**. 2ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 149-185.

_____. **Arte e sociedade**: escritos estéticos 1932-1967. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 193-241.

MEDVIEDÉV, Pável Nikoláievitch. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Trad. Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

MORETTI, Franco. **O burguês**: entre a história e a literatura. 1ª ed. Trad. Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

RÓNAI, Paulo. **Balzac e a Comédia Humana**. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2012.

_____. **A vida de Balzac**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

ZOLA, Émile. **Do romance**: Stendhal, Flaubert e os Goncourt. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

_____. **Naná**. Trad. Roberto Vslariano. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002.